



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DORMIA A NOSSA PÁTRIA MÃE TÃO DISTRAÍDA: COMEMORAÇÕES AO  
SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL  
EM CAMPINA GRANDE/PB**

ROBERTA GERCIANE VIANA DE ARAÚJO

CAMPINA GRANDE  
AGOSTO DE 2017

ROBERTA GERCIANE VIANA DE ARAÚJO

**DORMIA A NOSSA PÁTRIA MÃE TÃO DISTRAÍDA: COMEMORAÇÕES AO  
SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL  
EM CAMPINA GRANDE/PB**

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em História  
– PPGH, do Centro de Humanidades da  
Universidade Federal de Campina Grande,  
em cumprimento às exigências para  
obtenção do título de Mestre em História,  
Área de Concentração: Cultura e Cidades.

Orientador: Dr. Luciano Mendonça de  
Lima

CAMPINA GRANDE  
AGOSTO DE 2017

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

- A663d      Araújo, Roberta Gerciane Viana de.  
Dormia a nossa Pátria Mãe tão distraída: comemorações ao  
sesquicentenário da independência do Brasil em Campina Grande/PB /  
Roberta Gerciane Viana de Araújo. – Campina Grande, 2017.  
135 f.: il. color.
- Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina  
Grande, Centro de Humanidades, 2017.  
"Orientação: Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima".  
Referências.
1. Sesquicentenário – Campina Grande-PB. 2. Ditadura Militar. I.  
Lima, Luciano Mendonça de. II. Título.
- CDU 930:329.73(813.3) (043)

ROBERTA GERCIANE VIANA DE ARAÚJO

**DORMIA A NOSSA PÁTRIA MÃE TÃO DISTRAÍDA: COMEMORAÇÕES AO  
SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL  
EM CAMPINA GRANDE/PB**

Avaliação em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Conceito: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima – UFCG  
Orientador

---

Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes – UFPB  
Examinador Externo

---

Prof. Dr. José Benjamim Montenegro - UFCG  
Examinador Interno

---

Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha – UFCG  
Suplente

Aos meus pais, Roberto e Maria José

E em memória de minha tia Marta

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais, Roberto e Maria José, por todo o amor e apoio dado nesses anos de jornada, por estarem sempre presentes e me incentivando a buscar o melhor caminho. Assim como ao meu irmão, Alysson, e a cumplicidade do amor fraternal.

Ao meu orientador, Luciano Mendonça de Lima, pela sempre disponibilidade e atenção durante os anos de parceria, pelo profissional que é, espelho para mim e tantos outros alunos, por seu amor a educação e a luta diária por um mundo melhor e menos desigual. Obrigada por tudo!

Aos meus amigos, sempre presentes, deixando essa jornada mais leve e alegre...Breno Amorim, Bruno César, Cid Douglas, Edinete Sousa, Eliza Carla, Emanoela Maracajá, Emanuelle Mabrinini, Hugo Rocha, Igor Philippy, Janaína Leandro, Jaqueline Leandro, Leonora Cavalcante, Osmael Oliveira, Priscila Gusmão e Renan Hayuri.

Aos membros da banca de qualificação, José Benjamim Montenegro e Paulo Giovani Antonino Nunes, pela disponibilidade, críticas e sugestões, e também por aceitarem participar da banca de defesa final.

Obrigada!

“Num tempo  
Página infeliz da nossa história  
Passagem desbotada na memória  
Das nossas novas gerações  
Dormia  
A nossa pátria mãe tão distraída  
Sem perceber que era subtraída  
Em tenebrosas transações”

Vai Passar (Chico Buarque - 1984)

## RESUMO

O presente texto visa analisar o significado histórico das comemorações do Sesquicentenário de Independência do Brasil no contexto da ditadura militar, buscando analisar a indagação “Qual o significado histórico das comemorações do Sesquicentenário de Independência do Brasil no contexto da ditadura militar na Paraíba com especial ênfase em Campina Grande?”, visando especificamente explicar como se desenvolveram as comemorações aos 150 anos de independência do Brasil em Campina Grande/PB, contextualizar a construção da festa e o papel da propaganda política, e problematizar como a ditadura militar se apropriou da história. Teoricamente, este projeto se adequa na perspectiva da História Social Marxista, por tratar de lançar um olhar crítico sobre como o regime militar se apropriou das comemorações referentes ao sesquicentenário e da ostensiva propaganda para gerar uma aproximação simpática com o povo. Buscamos assim compreender a temática através dos conceitos de ideologia, hegemonia e intelectual orgânico de Antônio Gramsci, visando uma perspectiva político-ideológica acerca do tema. Para tanto, utilizar-se-á como fonte principal de pesquisa o periódico “Jornal da Paraíba”, correspondente ao mês de setembro de 1972. Outras fontes utilizadas são o jornal Diário da Borborema, Atas da Câmara Municipal de Vereadores de Campina Grande e as correspondências enviadas e recebidas pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP) referentes ao ano de 1972. Campina Grande e a Paraíba também fizeram parte do contexto de comemorações e através da análise das fontes constatamos como a mídia do estado e as autoridades foram coniventes com o que estava ocorrendo no Brasil frente os planos militares. Através das reflexões propostas na pesquisa, identificamos que tal momento foi comemorado em todo o país e, através da propaganda, serviu como uma espécie de aproximação “simpática” do regime militar com as camadas populares, festejando sua própria história e, principalmente o presente e os planos futuros.

**Palavras-chave:** Sesquicentenário. Campina Grande. Ditadura Militar.



## **ABSTRACT**

The purpose of this paper is to analyze the historical significance of the celebrations of the Sesquicentenary of Independence of Brazil in the context of the military dictatorship, seeking to analyze the question "What is the historical significance of the commemorations of the Sesquicentenary of Independence of Brazil in the context of the military dictatorship in Paraíba with special emphasis on Campina Grande? ", Specifically aimed at explaining how the 150th anniversary of Brazil's independence in Campina Grande / PB developed, to contextualize the construction of the party and the role of political propaganda, and to problematize how the military dictatorship appropriated history. Theoretically, this project fits in the perspective of Marxist Social History, because it tries to throw a critical eye on how the military regime appropriated the commemorations referring to the sesquicentennial and the ostensive propaganda to generate a sympathetic approach with the people. We thus seek to understand the theme through the concepts of ideology, hegemony and organic intellectual of Antônio Gramsci, aiming at a political-ideological perspective on the theme. To do so, the periodical "Jornal da Paraíba", corresponding to the month of September of 1972, will be used as the main research source. Other sources used are the Diário da Borborema newspaper, Minutes of the Municipal Council of Campina Grande and correspondences Sent and received by the Historical and Geographic Institute Paraibano (IHGP) for the year 1972. Campina Grande and Paraíba were also part of the context of celebrations and through the analysis of the sources we verified how the state media and the authorities were conniving with what Was occurring in Brazil in front of the military plans. Through the reflections proposed in the research, we identified that such moment was celebrated throughout the country and, through propaganda, served as a sort of "sympathetic" approach of the military regime with the popular strata, celebrating its own history and especially the present and Future plans.

**Keywords:** Sesquicentenary. Campina Grande. Military dictatorship.

## LISTA DE IMAGENS

<b>IMAGEM 1</b> – D. Pedro voltou para casa.....	65
<b>IMAGEM 2</b> – Sesquicentenário da Independência – Mapa Cívico.....	67
<b>IMAGEM 3</b> – Homenagem ao Sesquicentenário no Clube Campestre.....	90
<b>IMAGEM 4</b> – Civismo no Sesqui.....	92
<b>IMAGEM 5</b> – Nota do Clube Lions.....	95
<b>IMAGEM 6</b> – Lavanderia pública a ser inaugurada em Imaculada.....	96
<b>IMAGEM 7</b> – Parabéns da empresa Wallig Nordeste.....	97
<b>IMAGEM 8</b> – Primeira página do caderno especial do Jornal da Paraíba.....	99
<b>IMAGEM 9</b> – Dia do Sesquicentenário .....	107
<b>IMAGEM 10</b> – A participação da juventude.....	109
<b>IMAGEM 11</b> – Alegria cívica.....	109
<b>IMAGEM 12</b> – Segurança militar.....	110

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**AI** – ATO INSTITUCIONAL

**AERP** – ASSESSORIA ESPECIAL DE RELAÇÕES PÚBLICAS

**API** – ASSOCIAÇÃO PARAIBANA DE IMPRENSA

**ARENA** – ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL

**ARP** – ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

**BPM** – BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR

**CBD** – CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS

**CEC** – COMISSÃO EXECUTIVA ESTADUAL

**CEE** - COMISSÃO EXECUTIVA CENTRAL

**CEPLAR** – CAMPANHA DE EDUCAÇÃO POPULAR

**CEU** – CLUBE DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO

**CFC** – CONSELHO FEDERAL DE CULTURA

**CGT** – COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES

**CIA** – CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY

**CNV** – COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

**CPDOC** – CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL

**DB** – DIÁRIO DA BORBOREMA

**FAFI** – FACULDADE DE FILOSOFIA

**FEB** - FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

**FURNE** - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE

**GRESSE** - GRÊMIO DE SUBTENENTES E SARGENTOS DO EXÉRCITO

**IBGE** – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

**IHGB** – INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

**IHGP** - INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO

**IBAD** – INSTITUTO BRASILEIRO DE AÇÃO DEMOCRÁTICA

**IPES** – INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS

**JP** – JORNAL DA PARAÍBA

**MEC** – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**MOBRAL** – MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO

**PM** – POLÍCIA MILITAR

**SUPRA** - SUPERINTENDÊNCIA DE REFORMA AGRÁRIA

**UDN** – UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1 POR TRÁS DA CORTINA: O REGIME COMEMORA OS 150 ANOS DE INDEPENDÊNCIA.....</b>	<b>34</b>
1.1 A PARAÍBA NO CENÁRIO MILITAR.....	34
1.2 O ANO CÍVICO: UMA COMEMORAÇÃO MILITAR.....	45
<b>2 AGENCIAR O PASSADO PARA JUSTIFICAR O PRESENTE: A DITADURA MILITAR SE APROPRIA DA HISTÓRIA.....</b>	<b>60</b>
2.1 ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA: O REGIME DESLEGITIMADO.....	60
2.2 AS INSTITUIÇÕES A SERVIÇO DO GOVERNO.....	68
<b>3 AS COMEMORAÇÕES DO SESQUICENTENÁRIO EM CAMPINA GRANDE PELAS PÁGINAS DO JORNAL DA PARAÍBA.....</b>	<b>77</b>
3.1 O JORNAL COMO FONTE HISTÓRICA: APONTAMENTOS E POSSIBILIDADES.....	77
3.2 O JORNAL DA PARAÍBA NOTICIA O SESQUICENTENÁRIO EM CAMPINA GRANDE E REGIÃO.....	82
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>116</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>119</b>
<b>ANEXOS</b>	

## INTRODUÇÃO

*“Já não basta esse dia após dia  
Que é um peso constante sobre as costas da gente  
Nesse tempo doente à solta nas ruas  
Colocando nas faces esse ar descontente  
Já não basta a descrença e a desconfiança  
Acabando com nossa esperança de felicidade  
Já não basta a pressão dessa falsa moral  
Encobrindo os atos de imoralidade”*

*(Da maior liberdade – Gonzaguinha)*

Há 52 anos atrás o Brasil estava sofrendo um golpe contra a sua democracia, um golpe militar. Durante 21 anos o regime militar procurou manter-se forte e no poder, tanto reforçando o aparato policial e os órgãos de investigação, quanto recorrendo à construção de sua hegemonia ideológica e tentando de toda forma se legitimar na sociedade brasileira. Na tentativa de se legitimar, o regime precisava passar a ideia de que era necessário para garantir a segurança do país, com o intuito final de estabelecer uma imagem positiva, através das estratégias de comunicação pelo uso das mídias.

O golpe acarretou mudanças muito mais complexas e estruturais na organização do país, quando então responsável pelo fim do Estado Populista<sup>1</sup> e surgimento de um Regime Militar. Logo após o golpe em 1964 alguns setores como a classe política civil que havia apoiado e dado suporte a tomada do poder, entenderam que não teriam espaço no regime que estava sendo implantado, quando alguns membros do segmento civil tiveram seus direitos políticos cassados, deixando transparecer a verdadeira face dos militares, que com a chegada ao poder, demonstraram suas reais intenções, de forma autoritária e

---

<sup>1</sup> Em sua obra, *1964: A conquista do Estado*, René Armand Dreifuss traz em seu primeiro capítulo a análise da formação do populismo no Brasil, identificando-o enquanto uma fórmula nacional de “desenvolvimento”, que tentava estabelecer uma hegemonia burguesa. Como destaca, “O populismo tem recebido várias interpretações. Para efeito da presente análise, será considerado o populismo como o bloco histórico construído pelas classes dominantes dentro das condições particulares do Brasil, isto é, a integração e articulação de diferentes classes sociais sob a liderança de um bloco de poder oligárquico-industrial. Mesmo sendo a forma que tentou encobrir a supremacia de classes desse bloco de poder, o populismo permitiu a existência de um espaço político no qual as classes trabalhadoras foram capazes de expressar algumas de suas reivindicações e desenvolver formas organizacionais que tentaram quebrar a camisa-de-força ideológica e política populista.” (1981, p. 43)

repressiva. Mais autoritária e repressiva ainda com os seus opositores, sejam do meio político, sejam da sociedade civil. Como destaca José Paulo Netto, “Para durar por duas décadas, o regime de 1º de abril teve que perseguir, exilar, torturar, prender e assassinar (e/ou fazendo “desaparecer”) operários e trabalhadores rurais, sindicalistas, estudantes, artistas, escritores, cientistas, padres e até mesmo burgueses e militares que tinham compromissos com a democracia”. (2014, p. 17)

Mediante a intensidade perpassada por todo o contexto ditatorial brasileiro durante essas duas décadas de “história”, há de se buscar neste trabalho algumas especificidades dentre tantas que estiveram presentes em tal período, a fim de trazer à tona “novos” elementos de estudo sobre a ditadura militar em âmbito nacional e local. Marcos Napolitano (2014, p. 10), destaca que “o golpe foi o resultado de uma profunda divisão na sociedade brasileira, marcada pelo embate de projetos distintos de país, os quais faziam leituras diferenciadas do que deveria ser o processo de modernização e de reformas sociais”.

Enquanto graduada no curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), tive o constante contato com as premissas do marxismo por se tratar de um curso que em sua quase totalidade adota tal corrente como base de seus fundamentos teórico-metodológicos. Historicamente a categoria profissional do Serviço Social brasileiro vem tentando extrapolar as práticas positivistas decorrentes dos primórdios da profissão, por meio de um forte avanço teórico-metodológico baseado no pensamento marxista, fruto de vários debates, congressos, conferências e formação acadêmica.

As ações profissionais do Serviço Social foram, historicamente, caracterizadas como orientação e acompanhamento às famílias, indivíduos e grupos. Essas ações são condicionadas pelas relações de classe e incidem na reprodução dessas relações, que se fazem por meio da reprodução de valores, modos de vida e de práticas culturais e políticas, adquirindo, portanto, um caráter educativo. Esse caráter educativo é mediatizado pelas políticas sociais (públicas e privadas) viabilizando os direitos sociais. Interfere na formação da conduta e da subjetividade dos sujeitos sociais que fazem parte do espaço sócio ocupacional do Serviço Social, adquirindo, portanto, uma natureza socioeducativa.

É importante salientar que o chão histórico no qual fora criada (as ações profissionais), lhes imprime um caráter contraditório, dialético. Nesse contexto, o projeto ético político do Serviço Social, as ações sócio educativas do Assistente Social, podem contribuir para a emancipação, para a formação de uma consciência crítica dos sujeitos que encontra na realidade um sistema contraditório que os exploram. Assim, mediante o perfil do curso e a formação crítica a qual se vai passando em seu decorrer, cheguei ao curso de História com uma gama de percepções e reflexões voltadas para o pensamento marxista.

A escolha do objeto de estudo se deu através de minha constante curiosidade e inquietação em ter uma leitura mais aprofundada sobre o período da ditadura militar brasileira, que vai de 1964 à 1985. Desde o início da graduação em História, sabia que este seria meu foco de pesquisa e sempre busquei participar de eventos e projetos que abarcassem tal temática. Maior aproximação ainda se deu com a participação no projeto de extensão vinculado a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), intitulado “Organização do arquivo geral do II Batalhão de Polícia Militar da Paraíba”<sup>2</sup>, no qual tive a oportunidade de trabalhar com alguns tipos de documentação referentes ao regime militar, como, por exemplo, os boletins internos. As leituras e pesquisas iniciais a respeito deste objeto de estudo resultaram no trabalho de conclusão de curso intitulado *O regime militar comemora os 150 anos de independência do Brasil: festividades em Campina Grande/PB – 1972*, para obtenção do título de licenciatura em História pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Com a conclusão da graduação em História, almejamos dar continuidade aos estudos, pelo grande leque de fontes e possibilidades de pesquisa que tal temática havia gerado.

---

<sup>2</sup> Projeto PROBEX, coordenado pelo professor Luciano Mendonça de Lima, entre 2010 e 2012, resultado de uma parceria entre a Polícia Militar e a Universidade Federal de Campina Grande. “Esse se tornou um desafio bastante interessante, na medida em que fomos em busca de um trabalho de recuperação, conservação e preservação de uma documentação valiosa, no que diz respeito às responsabilidades de novas pesquisas históricas, assim como a oportunidade de problematizar a memória de uma instituição bastante controversa, ciosa de seu espírito de corpo, baseado em valores rígidos como disciplina, hierarquia e o monopólio da força, mas que também tem uma história, pois está inserida no movimento vivo da dinâmica social. Nesse sentido, foi de fundamental importância conhecer a dinâmica dos documentos provenientes de arquivos da repressão, como é o caso das instituições militares, mas também compreender que grande parte dessa documentação trata do próprio cotidiano administrativo das instituições públicas, regido por normas, execução de tarefas, entre outros elementos.” (LIMA; ARAÚJO, 2014, p. 168)

Outra motivação que também perpassou a fase da pesquisa foi a conjuntura atual acerca dos 50 anos do golpe militar, completados em 2014. Tal momento trouxe à tona uma gama de novos textos e reflexões acerca do regime militar, fazendo com que houvesse uma ebulição do tema no Brasil e proporcionando uma visão cada vez mais crítica, de minha parte, sobre o período.

Como bem evidencia Alexandre Guedes

Vivemos um tempo de resgate da memória, da verdade e da justiça e nesta luta observamos o quanto é espantosa a capacidade manipulatória dos saudosistas da ditadura militar de tentarem, a todo custo, falsear e esconder a memória e a verdade, para evitar a conquista da justiça. Evitam falar de centenas de mortos e dos milhares de desaparecidos, exilados e assassinados, por defenderem a legalidade, a democracia e a liberdade em nosso país. (2014, p. 319)

Dentre os avanços da democracia nos últimos anos no país pode-se destacar a luta pela abertura dos arquivos da ditadura que fazem parte da luta pelo acesso a informação. Em 2011 foi sancionada a Lei de Acesso a Informação (12.527/2011) e a política nacional de dados abertos tem contribuído e muito para colocar o Brasil como um dos países de vanguarda na temática atualmente. Podemos destacar neste âmbito a liberdade de expressão, legislação que se expande no país no tocante à garantia de acesso a informação pública e das ações de resgate da memória através das Comissões da Verdade (nacional, estaduais, municipais e de entidades) que visam investigar violações de direitos humanos por agentes do estado no período de 1946 a 1988. É de suma importância destacar o papel que a Comissão da Verdade<sup>3</sup> vem desempenhando no objetivo de realizar investigações sobre crimes cometidos pelo Estado brasileiro. A importância dessa ação se concentra em revelar vários atos de repressão, onde, usualmente, agentes que representavam o governo promoveram prisões, torturas e mortes que contrariavam o respeito aos direitos humanos e a constituição de uma cultura democrática no país. Uma série de arquivos mantidos sob sigilo foram consultados e nomes envolvidos em tais incidentes foram chamados com o intuito de depor nessa mesma comissão. Um

---

<sup>3</sup> A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. Formada pelo Governo Federal, a Comissão foi composta por juristas e professores;



relatório<sup>4</sup> foi escrito a partir das audiências que foram sendo realizadas de 2012, quando a comissão foi instituída, até o segundo semestre de 2014 e entregue oficialmente em dezembro de 2014, com cerca de 4 mil páginas disponibilizadas em 3 volumes.

Partindo deste avanço que representou a criação da Comissão Nacional da Verdade também é pertinente problematizar os rumos que esta adotou e os seus resultados, já que esta pagou um preço muito alto ao se coadunar uma “vista grossa” por evidências expostas do período ditatorial, como por exemplo, os casos de desaparecimentos políticos e as punições aos responsáveis pelos crimes de lesa-humanidade, pois de certa forma, os governos Lula e Dilma pactuaram com o que vem desde o final da ditadura, que é essa ambiguidade entre os interesses públicos e a privacidade sobre os acontecimentos da época, que acabam por encobrir, também, os militares envolvidos. A CNV foi criada também com o intuito de “dar satisfações” internacionais, mostrando números, que em geral escondem a realidade, mas formalmente apresentam uma realidade positiva. Talvez este tenha sido seu maior objetivo: levantar informações, e assim, não fazendo uma problematização, já que o relatório trilhou mais para o lado emocional da memória do que para o sentido social e histórico da ditadura.

A meu ver, a discussão em torno da Ditadura Militar é de suma importância para se trazer à tona a história do Brasil no tocante ao campo político, econômico e social, e com o tema ao qual proponho, tentar explanar sobre o contexto da época, centrando nas comemorações que envolveram todo o país, e neste caso Campina Grande, nos 150 anos de independência e como a ditadura militar usou deste evento para tentar se legitimar simbolicamente. É ainda de suma relevância por não haver trabalhos, até o momento, que trabalhem com tal temática, a partir do recorte espacial aqui proposto, a perspectiva teórica que utilizo como base e as fontes utilizadas. Tais argumentos me dão respaldo em prosseguir com a pesquisa e assim realizá-la de forma coerente e coesa.

Há uma discussão acerca do uso do termo, onde historiadores denominam esse período como “civil-militar”. Como bem retrata Demian Bezerra

---

<sup>4</sup> O relatório encontra-se disponível no site oficial da Comissão da Verdade: <http://www.cnv.gov.br/>

de Melo “[...] alguns pesquisadores em tempos recentes parecem ter deixado critérios metodológicos fundamentais de lado quando têm se referido ao termo “civil” (e daí explicamos por que da nossa insistência com as aspas). Em primeiro lugar é preciso dizer que os historiadores devem apurar a abordagem sobre a participação das Forças Armadas no processo político brasileiro, evitando compartilhar das ideologias próprias desta instituição do Estado. Dizemos isso, pois, a visão segundo a qual a sociedade é dividida entre “civis” e “militares” é própria da ideologia corporativa das Forças Armadas, enganosa e simplista, para dizer o mínimo. Em suma, o argumento “civil-militar”<sup>5</sup> da forma como vem sendo apresentado pela historiografia recente como “grande novidade”, ao se distanciar do estudo da dinâmica da luta de classes como nervo da política, acaba por reproduzir a visão corporativa dos militares, significando um retrocesso no conhecimento já acumulado pela pesquisa acadêmica sobre o golpe e a ditadura. Pois enquanto Dreifuss apresentou a natureza de classe desses “civis”, as novas abordagens em tela perdem-se numa descrição dos elementos “civis” que teriam protagonizado as principais ações (ou as mais visíveis) sem que sejam estabelecidos seus nexos sócio históricos.” (2012, p.44) Recorremos, assim, ao uso do termo “Ditadura Militar” ao evidenciarmos o período em que o Brasil vivenciou a falta de democracia, ocasionando a perda de liberdade, a perseguição política e a repressão.

A partir de tais apontamentos e das leituras que foram feitas, tal tema é relevante por tratar de um acontecimento ocorrido em todo país, em um determinado recorte temporal e que pode ser trazido para a espacialidade da cidade de Campina Grande. Tal tema trará a sociedade, e também para o âmbito acadêmico, devido a escassa produção referente, novas leituras e uma percepção local acerca de um tema que abarca um evento que ocorreu nacionalmente, onde merecem ser destacadas as peculiaridades locais.

Busca-se compreender aqui como ocorreram as comemorações alusivas aos 150 anos de Independência do Brasil na cidade de Campina Grande – Paraíba, fazendo menção a organização e realização de tal festividade durante a “Semana da Pátria” na cidade paraibana durante o ano de 1972. Tal momento foi comemorado em todo o país, e através da propaganda, serviu como uma

---

<sup>5</sup> Alguns autores como Daniel Aarão Reis Filhos e Jorge Ferreira são adeptos do termo “civil-militar”;

espécie de véu para encobrir atos autoritários do governo do General Emílio Garrastazu Médici, como também do poder local, traçando certo desvio da atenção da população dos chamados “anos de chumbo”.

Dentro deste ponto de vista otimista, a pesquisa se faz viável por existirem uma gama de fontes, que estão ajudando na compreensão e análise da problemática, que serão utilizadas no processo de leitura e estudo de tais temas, e que contribuirão consideravelmente para a discussão e articulação com obras e textos que tratam do tema em uma concepção geral. Durante o trabalho de conclusão de curso foram analisados os jornais Diário da Borborema e Jornal da Paraíba, assim como, as Atas da Câmara de vereadores de Campina Grande, todos correspondentes ao ano de 1972, nosso recorte temporal tanto naquele trabalho, quanto aqui nesta dissertação, por se tratar do ano que ocorreram as festividades do sesquicentenário. Neste trabalho enveredamos para análise de um caderno especial sobre a festa, lançado pelo Jornal da Paraíba, e assim, com a necessidade de análise, também, de todo o mês de setembro, mês de encerramento das festividades e do lançamento deste caderno especial. Também adentraremos na reflexão em torno das correspondências do IHGP, e algumas notícias do Diário da Borborema e algumas atas da Câmara de vereadores de Campina Grande, fazendo um gancho assim com o trabalho de conclusão de curso.

Fazendo um breve balanço historiográfico, constatou-se que até a década de 1970 as interpretações acadêmicas mais comuns sobre o golpe giravam em torno da questão econômica da crise de acumulação ou do golpe derivado da crise do populismo, como explana Marcelo Badaró Mattos em suas reflexões sobre os novos rumos da produção historiográfica<sup>6</sup>. Como tal autor relata, “De uma forma geral, esse marco interpretativo permanece importante, por enfatizar dimensões econômicas, políticas e sociais do golpe, entendido em meio à análise de um processo mais amplo.” (2008, p. 247) Assim na década seguinte, 1980, surge a mais abrangente e significativa análise sobre as articulações entre setores das classes dominantes e militares, resultando no golpe militar de 1964.

---

<sup>6</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica*. Revista Brasileira de História. São Paulo. V. 28. N 55, p. 245 – 263. 2008;

É a obra, *1964: a conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe* de René Armand Dreifuss, de 1981, que abarcou em seus escritos o papel dos empresários brasileiros na ação política de forma organizada e documentou o papel decisivo do grande capital na articulação do golpe. Dreifuss elaborou sua tese com base em uma farta documentação do IPES depositada no Arquivo Nacional, sendo essa sua principal base. Como novamente é abordado por Marcelo Badaró Mattos (2008, p. 247)

Estudando o complexo Ipes/Ibad, mostrou que seus participantes estavam no centro dos acontecimentos como homens de ligação e como organizadores do movimento civil-militar, dando apoio material e preparando o clima para a intervenção militar.

Nos remetendo, desta forma, que o golpe ocorrido em 31 de março de 1964 não foi apenas militar, mas também “civil”. Após a disseminação e importância de sua obra, o termo “civil-militar” vem sendo utilizado de forma quase que geral nos escritos sobre a ditadura, já que não se pode negar a participação dos civis na articulação do golpe de Estado. Porém, deve-se atentar para a colocação com que este termo vem sendo utilizado atualmente, como já refletido por Demian Bezerra de Melo, afastando-se do estudo da dinâmica da luta de classes como nervo político, distorcendo da forma apresentada por Dreifuss, que trouxe à tona a natureza de classes desses “civis”.

Dreifuss foi um dos primeiros estudiosos a caracterizar o golpe de 1964 como um golpe “civil-militar”, indicando que existiu não apenas a participação de “civis” no golpe, mas, fundamentalmente, que existia um projeto de classe inscrito no golpe e na ditadura. Os “civis” a que Dreifuss se refere, ao longo de toda obra, têm nome, endereço e interesse concreto: são empresários, tecnoempresários, ou “dublês” de empresários que representavam determinados projetos inscritos numa sociedade dividida em classes, num determinado momento histórico do capitalismo brasileiro, e não entre “militares” e “civis” (entendidos apenas como os indivíduos “não-militares”) tal como na acepção da própria visão militar da sociedade. Por esse motivo, outro termo bastante utilizado em 1964 é o “empresarial-militar”, termo que se aproxima mais da caracterização dreifusiana do golpe, mas que ainda se restringe a uma caracterização descritiva, não tendo a mesma profundidade teórica que os conceitos trabalhados nos itens anteriores. (MELO; HOEVELER, 2014, p. 28)

René Armand Dreifuss em sua obra traz uma longa e detalhada análise sobre a relação entre as forças armadas e a sociedade civil na América Latina.

Dreifuss traz um estudo sobre o papel do complexo IPES/IBAD, principalmente no contexto pré-golpe, destacando que, "No curso de sua oposição às estruturas populistas, ao Executivo nacional-reformista e às forças sociais populares, o complexo IPES/IBAD se tornava o verdadeiro partido da burguesia e seu estado-maior para a ação ideológica, política e militar." (1986, p.164)

O que ocorreu em abril de 1964 não foi um golpe militar conspirativo, mas sim o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD. Tal campanha culminou em abril de 1964 com a ação militar, que se fez necessária para derrubar o Executivo e conter daí para frente a participação da massa. (DREIFUSS, 1986, p. 230)

Como continua destacando Dreifuss,

O novo Estado estabelecido em 1964 agiu, não só em nome do bloco de poder financeiro-industrial multinacional e associado, mas também sob o comando do bloco de poder vigente organizado pelo IPES. O Estado de 1964 era de fato um Estado classista e, acima de tudo, governado por um bloco de poder. Justamente por sua sujeição ao controle pessoal de um bloco liderado pelo IPES, o Estado se encontrava fora da esfera de influência das classes dominantes em geral, ao mesmo tempo que gozava de autonomia total em relação às classes dominadas, enfatizando, assim, a necessidade de qualificar as afirmações a respeito da autonomia relativa do Estado no Brasil. (1986, p. 233)

O IPES e o IBAD foram organizações financiadas pela CIA e fundamentais na articulação com outros diversos atores do golpe em contraposição ao governo de João Goulart. Foram organizações civis, que como destaca Marcos Napolitano, "davam o tom das críticas ao governo, produzindo materiais de propaganda negativa e articulando os vários setores da sociedade que eram contra o trabalhismo e visceralmente anticomunistas" (2014, p. 48)

A análise marxista mais conhecida acerca do golpe e da ditadura militar é a obra *Combate nas trevas - A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas a luta armada* de Jacob Gorender, publicada em 1987. Tal obra centra-se no estudo da esquerda em geral e da luta armada em particular, mas também fazendo correlações como foi o caso do golpe militar. Gorender consolidou em duas das principais linhas de força interpretativas sobre as razões do golpe: "o papel determinante do estágio em que se encontrava o capitalismo brasileiro e o caráter preventivo da ação, tendo em vista reais ameaças revolucionárias provindas da esquerda." (FICO, 2004, p. 46)

Em meados da década de 1990 já se apresentavam também as novas teses sobre o golpe, produzidas em torno dos seus 30 anos. “A produção histórica que marca a nova fase de estudos sobre a ditadura militar possui suas peculiaridades. Boa parte dela foi feita no contexto da chegada da ‘Nova História’ ao país.” (FICO, 2004, p. 39). Não seria então produções fortemente influenciadas pelo marxismo ou pela segunda fase dos Annales. Entre o boom de análises no período destaca-se os resultados do grupo de pesquisa CPDOC da FGV-RJ com base em depoimentos de militares. Dentre estes, elenca-se o artigo de Gláucio Ary Soares “O golpe de 1964” que tem como “objetivo central contestar as teses que atribuem aos fatores econômicos mais gerais (resolução da crise de acumulação capitalista), a precedência explicativa do golpe.” (MATTOS, 2004, p. 10) Como explicado por Marcelo Badaró Mattos, Soares vai em contraposição às teses de Dreifuss de que o golpe foi movido pela ação organizada do grande capital nacional e associado, em articulação com um setor militar e apoiado na política externa dos EUA.

Desta mesma leva de trabalhos dos anos 1990 está o trabalho de Argelina Cheibub Figueiredo, *Democracia ou reformas?*, que também traz a preocupação em contestar as análises anteriores, baseando-se em explicações “estruturais” e, principalmente, nas interpretações “intencionais”, leia-se Dreifuss. Ela chega a dizer que tal autor não tomou em consideração a situação econômica do país, sem ao menos observar que Dreifuss dedica um capítulo inteiro sobre isto. A autora

não apenas recusou as teses que procuraram entender o golpe como resultado da ação política orientada por interesses de classe que articulou setores empresariais e militares, mas atribuiu a responsabilidade pelo golpe tanto aos que deram quanto às forças que defendiam as reformas e foram atingidas pelo golpe. (MATTOS, 2004, p. 13)

Pode-se dizer assim, que foi com o trabalho de Figueiredo, que se vislumbrou a base do revisionismo, quando esta lança um olhar mais superficial do golpe, colocando “a direita e a esquerda” em um mesmo patamar, transferindo a responsabilidade daquele momento também para os que foram contrários ao golpe.

Em 2004, no alarde dos 40 anos do golpe militar, algumas teses foram retomadas e radicalizadas. As teses das pesquisas sobre militares foram

exacerbadas por trabalhos recentes como o de Elio Gaspari<sup>7</sup>, “que não só nega qualquer motivação econômico-social, e qualquer nível de conspiração articulada, como atribuiu o golpe e os caminhos da ditadura ao jogo das individualidades dos personagens.” (MATTOS, 2008, p. 251) Elio Gaspari retomou as teses de Argelina Figueiredo, radicalizando-as. Pontualmente, Gaspari defende que em 1964 haviam dois golpes em curso e que o regime militar durou até o governo Geisel, deixando de fora o governo de João Baptista Figueiredo e o colocando enquanto um governo de abertura política. Estes são apenas alguns apontamentos do jornalista que acaba cometendo vários “pecados” ao tratar argumentos já bem evidenciados na história e trazendo uma leitura equivocada. O pior que se pôde acontecer, é que a coletânea de livros do Gaspari foi muito bem vendida e disseminada no Brasil, principalmente no momento de evidência dos 40 anos do golpe e reforçada nos 50 anos, meio que desbancando muitos trabalhos críticos publicados na mesma época, mas que não tiveram o mesmo alcance para a população no geral.

Destaca-se aqui, que há um debate muito pertinente crítico ao revisionismo e que vem a esclarecer muito sobre tal termo e suas nuances. Falamos da obra *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo* – Demian Bezerra de Melo (Org.) lançado em 2014, auge dos discursões sobre o golpe e boom de muitos trabalhos revisionistas sobre tal temática. Muito embora a maioria de seus capítulos aborde temas ligados à história da sociedade brasileira sob o regime militar de 1964, a proposta do livro e a abordagem adotada pelos autores situam o leitor no plano da história universal. Como bem aponta Luciano Mendonça de Lima,

De um lado ela mostra que os postulados que informam a atual historiografia revisionista da ditadura no Brasil não é um fenômeno circunscrito a um ou outro tema nem tampouco a uma ou outra historiografia nacional: é uma tendência mundial. Por outro lado, ela confronta, com trabalhos resultantes de minuciosas pesquisas empíricas sobre diferentes aspectos da história da ditadura, as citadas teses falaciosas sobre o tema em foco. Por fim, é uma prova viva da capacidade de renovação do

---

<sup>7</sup> *A ditadura envergonhada; A ditadura escancarada; A ditadura derrotada; A ditadura encurralada;* Atualmente, 2016, Gaspari lançou o 5º volume, intitulado, *A ditadura acabada*, que ainda não foi possível uma análise da proposta do autor.

materialismo histórico em tempos de embrutecimento intelectual e barbárie social. (2016, p. 97)

Caio Navarro Toledo destaca que os pesquisadores que publicaram textos decisivos questionando o golpe e a ditadura em si, em contraposição com as concepções dos chamados revisionistas (não respondendo aos mesmos, já que são textos anteriores), obtiveram maior destaque e aceitação em suas teses acerca do tema, como René Armand Dreifuss, Moniz Bandeira, Werneck Sodré, J. Gorender e outros. Tais autores trouxeram novos elementos de pesquisa e criticaram os motivos que foram dados para uma possível justificativa em se ter um golpe de Estado.

Mas, de forma geral, apenas os trabalhos que questionam o golpe político-militar e a ditadura militar tem sido bem-sucedidos editorialmente. Como reflete Caio Navarro de Toledo, “em contrapartida, os relatos legitimadores e racionalizadores da atuação dos militares e civis em 1964 não são obras bem-sucedidas do ponto de vista intelectual e editorial.” (2006, p. 32) Traçando-se assim que além da falta de comprovações empíricas ou factuais, as interpretações que oferecem são teoricamente frágeis e acabam endossando uma visão conservadora e reacionária do golpe de 1964. Chamasse assim de revisionismo por denotar um teor “inconveniente”, uma forma de crítica a algumas abordagens em virtude de sua tendência favorável ou contrária, não trazendo um avanço ao conhecimento histórico, mas produzindo uma visão mais cômoda para as classes dominantes sobre um dado momento do passado. Dos autores que vem se observando até agora e podendo classificar enquanto revisionistas, é possível apontar um certo esvaziamento crítico em suas abordagens, chegando a atribuir a responsabilidade da efetivação do golpe também as vítimas do mesmo, como se estes também estivessem comprometidos com a tomada do poder. Assim também se observou, que, alguns autores, provocaram um certo tipo de mudança na interpretação das ações de grupos de esquerda, atrelando à estes radicalismo e uma intenção golpista<sup>8</sup>. São autores, além dos citados acima, Gláucio Ary Soares, Argelina Figueiredo, Elio Gaspari, como também, Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis Filho, entre tantos outros revisionistas.

---

<sup>8</sup> A tal da contrarrevolução defendida pelos militares para justificar o golpe de 1964;



É importante destacar aqui o nome de Daniel Aarão Reis Filho<sup>9</sup> enquanto um dos revisionistas mais visados no ápice dos 40 anos do golpe. Tão visado que suas teses foram adotadas pela imprensa, como *O Globo* e a *Folha de São Paulo*, por exemplo, por trazerem argumentos mais cômodos para a classe detentora do poder e que se colocam como defensores da democracia, mas que na época estavam envolvidas com o golpe. Das inúmeras “teses” apontadas por Reis Filho, está principalmente a do termo ditadura civil-militar, diferentemente do sentido proposto por Dreifuss, que associava o “civil” ao sentido de classe.

Também em 2014 é lançado, *Pequena história da ditadura brasileira* de José Paulo Netto. Consagrado na área do Serviço Social, ele propõe neste livro uma pequena síntese do período militar, como ele mesmo fala no livro, uma interpretação crítica e simples, sem pretensões à originalidade. É mais uma contribuição para facilitar a compreensão do passado. Tal livro vem a fugir da ótica revisionista, ao utilizar o termo “golpe civil-militar” adentrando no sentido de classe, assim como em Dreifuss. Netto esclarece que

Foi, na sua forma e no seu conteúdo, a mais longa e a mais brutal das ditaduras brasileiras: uma ditadura que, nos seus procedimentos operativos e nas suas finalidades, serviu à burguesia brasileira, e aos seus sócios (as empresas imperialistas e os grandes proprietários fundiários); foi [...] uma ditadura com indiscutível caráter de classe, e não bastam, para caracterizá-la com rigor, os diplomáticos recursos à vaga ideia de que consistiu num “regime autoritário”. A tutela militar acompanhou a ditadura do berço à cova: foram os altos mandos militares que estiveram à frente do regime e que o sustentaram, mediante a coerção, por vinte anos. (2014, p. 83)

Seu livro é, assim, uma contribuição importante para compreender o caminho construído até o golpe militar e a ditadura em si, e desmistificá-la enquanto necessária. Por exemplo, a *Folha de São Paulo* em editorial<sup>10</sup> referiu-se à ditadura “civil-militar” brasileira como “ditabranda” relativizando as torturas, mortes e tantas outras formas de violência durante o regime. Este mesmo jornal é um dos que se apoderou dos argumentos de Daniel Aarão Reis Filho para trazer uma imagem “confortável” da ditadura, minimizando os seus atos.

---

<sup>9</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

<sup>10</sup> Disponível em: <http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2014/03/23/o-golpe-e-a-ditadura-militar/index.html>

Adentrando a realidade local<sup>11</sup>, destaca-se a obra *Poder Local e Ditadura Militar: O Governo João Agripino-Paraíba (1965-1971)* da historiadora Monique Cittadino. Neste livro a autora trata da biografia de João Agripino e sua trajetória política, acompanhando a conjuntura de profundas transformações na história da Paraíba, principalmente nos anos em que João Agripino esteve “a frente” do Estado enquanto governador. Cittadino expõe em sua obra algumas destas transformações, como a campanha eleitoral de 1965, os investimentos em infraestrutura ocorridos no governo em questão e também as mobilizações do movimento estudantil no período. Nesse sentido, sua pesquisa se concentra em distintos aspectos sociais, políticos e econômicos que envolveram a Paraíba no contexto da ditadura militar. Porém é importante ressaltar que a autora acaba por tomar partido da memória de João Agripino, relativizando de certa forma os vínculos dele inclusive com a repressão, pois como se sabe, ele foi um dos políticos-chave nos primeiros anos da ditadura na Paraíba, responsável pela consolidação do regime no estado. Monique Cittadino faz em sua obra uma

---

<sup>11</sup> A produção paraibana sobre o golpe e a ditadura militar também abarca outros trabalhos relevantes, como capítulos de livros, artigos acadêmicos e principalmente dissertações de mestrado, que vieram sendo produzidas nos últimos anos no estado e que se tornam um grande aparato de pesquisa para quem tem o interesse no tema. Algumas destas produções: LIMA, Damião. **Campina Grande sob intervenção**: a ditadura de 1964 e o fim do sonho regional/desenvolvimentista. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012. DANTAS, Eder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. (Orgs). **Golpe Civil-Militar e ditadura na Paraíba**: História memória e construção da cidadania. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2014. NUNES, Paulo Giovanni Antonino. “Golpe civil-militar e repressão ao movimento sindical no imediato pós-golpe no estado da Paraíba.” In. OLIVEIRA, Tiago Bernadon de. (Org.) **Trabalho e trabalhadores no nordeste**: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Campina Grande: EDUEP, 2015, pp. 179-214. NUNES, Paulo Giovanni Antonino. “Ataque ao parlamento: as cassações de mandato durante a ditadura militar no estado da Paraíba (1964-1969)” In **Saeculum – Revista de História**, nº 31, João Pessoa: jul/dez, 2014, pp. 285-304. NUNES, Paulo Giovanni Antonino. “As experiências de ‘luta armada’ na Paraíba.” In. AVELINO, Nildo.; FERNANDES, Telma Dias.; MONTOIA, Ana (Orgs.). **Ditaduras**: A desmesura do poder. São Paulo: Intermeios; Brasília: Capes, 2105. (Coleção Contrassensos), pp. 29-50. NASCIMENTO, Talita Hanna Cabral. **Do fragmento à reorganização**: movimento estudantil da UFPB (1975-1979). Dissertação (Mestrado em História) – PPGH- UFPB, João Pessoa, 2015. SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. **Para além do “sim, senhor”**: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a ditadura militar na Paraíba (1964-1969). Dissertação (Mestrado em História) – PPGH- UFPB, João Pessoa, 2016. RAMOS, Erica Lins. **Da convivência ao despertar militante**: o movimento universitário na cidade de Campina Grande-PB (1964-1968). Dissertação (Mestrado em História) – PPGH- UFPB, João Pessoa, 2013. SILVA, Rosicleide Henrique da. **O movimento estudantil em Campina Grande- PB**: entre sonhos, frustrações e lutas (década de 60). Dissertação (Mestrado em História) – PPGH- UFCG, Campina Grande, 2014. MARQUES, Thiago Trindade. **Do desenvolvimentismo ao alinhamento à conduta militar**: As peripécias da política campinense (1963-69). Dissertação (Mestrado em História) – PPGH- João Pessoa, 2012.

caracterização de tal governo a partir da memória do biografado, por vezes, o colocando em um pedestal, e passando a imagem para o leitor que o período João Agripino foi de intenções democráticas em tempos ditatoriais.

Outro trabalho a nível de Paraíba que merece destaque é a coletânea de artigos *Poder, memória e resistência: os 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios* organizado pelos professores Tiago Bernardon de Oliveira, José Luciano Queiroz Aires e Vânia Cristina da Silva, lançado em 2016 e fruto do XVI Encontro Estadual de História – ANPUH-PB ocorrido em 2014 em Campina Grande. Tal obra está dividida em 5 partes e traz alguns artigos que se referem a efeméride dos 50 anos do golpe de 1964, assim como artigos relativos ao ensino de história e as práticas docentes, aos 30 anos, de o regionalismo nordestino, história e fotografia e a função social do historiador na contemporaneidade. O livro no geral é de tamanha contribuição para nós pesquisadores da ditadura na Paraíba e a escassa historiografia sobre a tal, principalmente em Campina Grande, que acaba-nos fazendo de reféns de obras costumeiras e/ou de trabalhos acadêmicos de certa forma revisionistas e que são adaptadas para o contexto local.

Partindo para a temática do Sesquicentenário da Independência do Brasil, tomou-se como base para o conhecimento da festa e suas peculiaridades a obra *O Regime Militar em festa* de Adjovanes Thadeu Silva de Almeida lançado em 2013. Tal obra fora resultado de sua tese de doutorado e nela se buscou compreender até que ponto tal comemoração serviu de tentativa de legitimação simbólica do regime então vigente, isto a nível nacional, mas focando no Rio de Janeiro e citando o máximo de casos possíveis ligados aos 150 anos de independência em outros estados e cidades. Suas principais preocupações no livro são apresentar o encontro cívico nacional, evento que marca o início das festividades, a excursão dos despojos de D. Pedro I pelas capitais do país e o ápice das comemorações na semana da pátria, não deixando de lado o papel do futebol e o lançamento do filme *Independência ou Morte*, por exemplo, que serviram de instrumento de tentativa de legitimação do governo Médici. É uma obra de grande valor informativo, pela riqueza de detalhes e que foi sendo tomada também como uma das fontes para se entender a dimensão das festividades. Assim também é plausível destacar, que mesmo em uma proporção mais cautelosa, tal texto também segue o viés revisionista na forma de pensar o

consentimento, sendo conivente com o discurso de que a população participou das comemorações e foi simpática ao governo Médici. Nesse sentido, deve-se trazer à tona que mesmo Médici tendo destaque nas pesquisas de opinião com altos índices de aprovação e uma suposta aceitação popular, é preciso lembrar que muitas das pessoas que participavam dos desfiles cívicos, que estavam presentes em atos do governo, não eram obrigatoriamente a favor deste e que tal “aceitação” comprovada em números, não eram em si o retrato da realidade.

Outro trabalho que também se remete às comemorações do sesquicentenário é a tese de doutorado de Janaína Martins Cordeiro, *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento*, lançada em livro em 2015 com o título *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Desenvolvendo sua pesquisa acerca do discurso cívico, a autora tenta mostrar o diálogo entre o regime militar e a sociedade brasileira. Em seus nove capítulos, Janaína faz um passeio sobre os principais pontos das festividades, como o enterro de D. Pedro I, a festa do futebol, entre outros acontecimentos. O diferencial é a tese abordada por ela e seu viés acerca dos termos consenso e consentimento, apontando para um consenso social da população em “aceitar” o regime existente, seguindo as premissas de seu orientador Daniel Aarão Reis Filho, e também sendo pertinente na ideia de que os anos de chumbo foram “anos de ouro”<sup>12</sup>. Como observamos, nossa pesquisa gira totalmente ao contrário do que a Janaína Martins Cordeiro tenta evidenciar em sua tese, ao refletirmos as fragilidades de um texto revisionista e frágil de argumentos, afim de desconstruirmos neste presente texto.

---

<sup>12</sup> Sobre tal afirmação, a autora traz em sua tese de doutorado, publicada em livro em 2015, um capítulo onde traz a discussão em torno dos “anos de ouro”. O capítulo 9 intitulado “Anos de chumbo ou anos de ouro? Uma história sempre em reconstrução” evidencia bem o posicionamento da autora, principalmente ao destacar: “Foram também, portanto, *anos de ouro*. E aqui, é preciso esclarecer, essa expressão não define apenas os que manifestavam publicamente seu entusiasmo pelo regime, mas toda a gama de comportamentos, que, ao fim, colaboraram para sua manutenção. [...]. Enfim, diz respeito a pessoas comuns que, na reprodução de seu cotidiano, podiam mesmo expressar ou se posicionar contra o governo, ou mesmo nunca ter se expressado sobre tais questões, mas que, de alguma forma, compunham aquela *mise-en-scène*, se adaptando, por bem ou por mal às circunstâncias, partilhando de algumas de suas opiniões, desprezando outras, mas, ao fim, *consentindo*.” (CORDEIRO, 2015. P. 338/339)

Sobre o Sesquicentenário à nível local, o único trabalho até então garimpado é a tese de doutorado do Fabrício de Sousa Moraes, defendida em 2015, *Pátria nossa a cada dia – O Capitalismo Editorial e a Invenção da Nação no Auge da Ditadura Militar (150º aniversário da Independência do Brasil)*. Neste texto o autor traça um paralelo sobre a invenção da nação brasileira durante as comemorações do Sesquicentenário da Independência a partir da imprensa escrita (jornais e revistas) e sua divulgação da ideia de nação do governo ditatorial durante as festividades, também abordando “como esses veículos midiáticos serviram de suporte para obras históricas que carregavam, na maioria das vezes, essa mesma maneira de compreender a identidade brasileira. ” (MORAIS, 2015, p. 15). Mais cauteloso do que Janaína Martins Cordeiro, Fabrício também é conivente com o pensamento desta autora sobre o consentimento ser maior do que a coerção sofrida por boa parte da população. Porém, é um trabalho bastante informativo ao trazer à tona um pouco sobre as comemorações no estado da Paraíba, até então pouco conhecida, e comparando tal caso com Rio de Janeiro e São Paulo.

Enquanto fonte para nossa pesquisa aqui em desenvolvimento, centraremos na análise do Jornal da Paraíba enquanto periódico que mais “falou” sobre a festa e a divulgou aqui no estado. Como os outros periódicos que trazem notícias sobre a festa já foram objetos de análise no trabalho de conclusão de curso da graduação, propomos aqui adentrar ao JP e sua dedicação em publicar as comemorações do sesquicentenário em toda a Paraíba. Também traremos de forma pontual e revisitada, a análise do jornal Diário da Borborema, as Atas da Câmara Municipal de Vereadores e as correspondências enviadas e recebidas do IHGP, nos proporcionando uma visão da amplitude que as comemorações tomaram no ano de 1972.

De forma geral, a programação referente a festividade era similar em todo o país, com encontros cívicos e homenagens, que marcaram os cinco meses da festa. O Jornal da Paraíba foi digitalizado e disponibilizado pelo orientador. Devido ao recente fechamento da edição, não foi possível fazer uma pesquisa mais “a fundo” em outros tipos de documentação para além do jornal veiculado.

A partir das fontes até aqui detectadas, se tem um bom aparato para nossa pesquisa, por estas fontes dialogarem com nossos objetivos de forma coerente e nos proporcionando uma contextualização do cenário da ditadura na

Paraíba, um grande leque de problematizações críticas que podem ser lançadas sobre o uso da propaganda enquanto ferramenta de legitimação do regime, e com clareza, uma explanação de como se desenvolveu e como se comportou o estado e Campina Grande mediante as festividades que se fizeram em 1972.

Assim, tais fontes auxiliam no compreender de nossos objetivos do projeto ora proposto, respaldando a pesquisa que já vem se desenvolvendo e que pretende continuar alargando-se e produzindo possíveis contribuições.

No primeiro capítulo, “Por trás da cortina: o regime militar comemora os 150 anos de independência”, traçamos uma reflexão sobre as comemorações do Sesquicentenário em âmbito nacional, como a festa foi construída, como o governo Médici utilizou da propaganda ideológica para se vangloriar e vangloriar o *Milagre Econômico*.

No segundo capítulo, “Agenciar o passado para justificar o presente: a ditadura militar se apropria da história”, trazemos a indagação de como a ditadura se apropriou da história a seu favor e buscou sua legitimação na sociedade, como esta atualizou a visão positivista da história, agenciando o passado para justificar o presente e os debates sobre a nova maneira de olhar o passado.

No terceiro e último capítulo, “As comemorações do sesquicentenário em Campina Grande pelas páginas do Jornal da Paraíba”, trazemos um pouco sobre o jornal enquanto fonte histórica, seus apontamentos e possibilidades, recorrendo a Antônio Gramsci e sua compreensão acerca do papel do intelectual e do jornal enquanto portador de um projeto político. Também neste capítulo, analisamos o Jornal da Paraíba enquanto fonte “principal”, seu papel na divulgação da festa e as notícias sobre as comemorações em Campina Grande e região, como também, as demais fontes e o respaldo que trazem para a nossa pesquisa.

Antônio Gramsci considera que a ideologia de uma sociedade reflete os valores e ideais da classe que detém o poder, o que nos remete a Ditadura Militar brasileira e suas formas de busca por uma legitimação no poder através do consenso de parte da população, utilizando-se da repressão policial e política e de uma forte propaganda ideológica, principalmente no governo Médici. Formas de busca, pois é importante destacar que “não existe um sistema social em que o consentimento seja a base exclusiva da hegemonia, nem Estado em que um

mesmo grupo possa, somente por meio da coerção, continuar a manter de forma durável a sua dominação”. (PORTELLI, 1977, p. 69)

Nos termos de Jefferson Vasques Rodrigues, Gramsci compreendeu que

para a realidade dos Estados ocidentais, a produção e a reprodução das relações sociais - e políticas - não podiam se dar, exclusivamente, através da coerção; elas se davam de múltiplas e complexas formas, nas quais as ideologias jogavam um papel decisivo. Para Gramsci, o Estado seria "hegemonia coraçada de coerção" (GRAMSCI, 2002, CC 6, §88, p. 244). Era preciso superar as teses simplistas que imperavam no seio da III Internacional e ele, com a ajuda de Lênin, em certo sentido, as superou (teses como a do Estado como aparelho exclusivamente coercitivo). Assim como o Estado não é apenas uma máquina coercitiva, mas também responsável pelo consenso, em sentido inverso, a hegemonia não está relacionada apenas ao consenso, ao convencimento, mas também à função coercitiva. Estado e organizações revolucionárias são aparelhos de hegemonia que devem mediar a aplicação da coerção e do consenso de acordo com o momento político. (RODRIGUES, 2011, p. 80)

É importante destacar que, para Gramsci, coerção e consentimento não são contrários. Pelas reflexões feitas, a força é um elemento que constitui o consenso, na medida em que qualquer ruptura deste traz à tona o lado coercitivo, lado esse que é intrínseco a todas as esferas da vida social e permanecem encobertos enquanto o consenso demonstrar que é suficiente para manter as relações almejadas pela classe dominante. A coerção é o elemento “oculto”, ligado ao consenso.

Analisando o conceito de ideologia, observamos como ele é fundamental para entender as formas de se constituir legitimidade em um regime ditatorial através da imprensa. Esta era reprodutora de matérias favoráveis ao governo, veiculadas nos jornais e nos programas de televisão que divulgavam a ideologia da classe que detinha o poder. O conceito de ideologia está arraigado ao conceito de hegemonia que é trabalhado por Gramsci, numa perspectiva que se encaixa e nos dá base para entender o regime militar brasileiro e o seu processo de tentativa de se legitimar no poder.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> “O máximo que o regime chegou como afirmação ideológica foi o lema ‘Desenvolvimento com segurança’, uma síntese dos impulsos modernizadores e conservadores autoritários. Mas há razões para duvidar se tais ideias davam coesão a todos os segmentos do aparato estatal, já que outros substratos ideológicos povoavam o universo dos círculos no poder. Exatamente por carecer de construto ideológico abrangente, o regime militar não elaborou projeto cultural original, salvo a reafirmação do patriotismo

Gramsci irá dar um novo sentido a conceituação de ideologia, com outras reflexões e perspectivas, bebendo da fonte marxista, mas diferenciando-se do sentido explanado por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*<sup>14</sup> e tomando certa base nas considerações de Lênin<sup>15</sup>, que já apontavam para esta abertura no termo em questão.

A partir de uma reflexão mais profunda, com uma atenção para as diferenças internas, Gramsci vai reconstituir o conceito de ideologia traçando alguns aspectos explicativos, explanados no primeiro volume dos *Cadernos do cárcere*:

Um elemento de erro na consideração sobre o valor das ideologias, ao que me parece, deve-se ao fato (fato que, ademais, não é casual) de que se dê o nome de ideologia tanto à superestrutura necessária de uma determinada estrutura, como às elucubrações arbitrarias de determinados indivíduos. O sentido pejorativo da palavra tornou-se exclusivo, o que modificou e desnaturou a análise teórica do conceito de ideologia. O processo deste erro pode ser facilmente reconstruído: 1) identifica-se a ideologia como sendo distinta da estrutura e afirma-se que não são as ideologias que modificam a estrutura, mas sim, vice-versa; 2) afirma-se que uma determinada solução política é “ideológica”, isto é, insuficiente para modificar a estrutura, enquanto crê poder modifica-la se afirma que é inútil, estúpida, etc.; 3) passa-se a afirmar que toda ideologia é “pura” aparência, inútil; estúpida, etc. É necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalísticas, “voluntaristas”. Enquanto são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: elas “organizam as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Enquanto são “arbitrárias” não criam mais do que “movimentos” individuais, polêmicas, etc. (nem mesmo estas são completamente inúteis, já que funcionam como o erro que se contrapõe à verdade e a afirma). (GRAMSCI, 1999, p. 237/238)

---

tradicional que se manifestou no reforço das comemorações de datas cívicas e de heróis.” (MOTTA, 2014, p. 53)

<sup>14</sup> Escrito entre os anos de 1845/1846, foi a primeira obra de parceria entre Marx e Engels. Primeira publicação completa em 1932;

<sup>15</sup> *O Estado e a Revolução* é uma das obras de Lênin referidas por Gramsci;



Como bem continua refletindo Gramsci, para Marx e Engels a ideologia era parte constitutiva da *supra-estrutura*, devendo ser criticamente analisada. Mas, Gramsci aponta para a identificação da ideologia com “todo o conjunto das supra-estruturas.” O autor italiano coloca a noção de ideologia não só como um sistema de ideias, mas como prática social vivida e habitual, tornando-a mais abrangente. Como bem reflete Leandro Konder,

A concepção de ideologia adotada por Gramsci está ligada a uma certa unificação das supra-estruturas em torno dos valores históricos do conhecimento e da cultura. O pensador italiano é, sem dúvida, um materialista; seu materialismo, porém, tem uma feição peculiar: está permanentemente atento para a importância da criatividade do sujeito humano, para o poder inovador dos homens, tal como se expressa nas criações culturais. (2002, p. 107)

No caso brasileiro, no regime autoritário ora instaurado, não se pode perder de vista que a classe que detém o poder, repassa a sua ideologia e efetua o controle do consenso através das diversas instituições, que são tomadas enquanto instrumentos para se alcançar a hegemonia almejada. Escolas, igrejas, jornais e os demais meios de comunicação em geral, são levados a tentar inculcar nas classes dominadas a subordinação passiva, através de um complexo conjunto de discursos e ideologia de seu interesse, o interesse do governo militar em legitimar-se na sociedade.

O conceito de hegemonia em Gramsci, vem nos dá suporte na busca por compreender o que significou o governo do general Médici enquanto um momento político que teve suas peculiaridades dentro do regime militar. Tal governo simbolizou um momento de renovação do poderio militar, com o intuito de manter uma coesão de forças e o aumento de sua base de apoio, utilizando-se em maior proporção da repressão de cunho político (coerção), como também, em menor grau, da propaganda ideológica (consentimento). Mediante tais “esforços” do governo Médici, observou-se a tentativa de o regime militar construir a sua hegemonia. Como analisa Luciano Gruppi, a hegemonia é “a capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe.” (1978, p. 70)

Como aponta Ricardo Constante Martins,

No mínimo, o que se pode considerar é que Médici não fez uso somente da coerção para pôr em prática os objetivos político-econômicos de seu mandato: a propaganda ideológica foi peça fundamental para a ditadura militar naquele momento buscar um consenso em torno de seu projeto de “desenvolvimento”. [...] os militares que ocupavam o poder se utilizaram da propaganda política para fazer chegar ao país enquanto necessidade “nacional”, coletiva, a implementação e manutenção de um modelo de desenvolvimento que excluía, em termos de benefício material e não somente retórico, a maior parte do povo brasileiro. (1999, p. 13/14)

Assim, a partir dos conceitos aqui explanados, pode-se observar que ambos estão ligados de forma a complementar a compreensão em torno do regime militar pondo em destaque o governo Médici e suas tentativas de se legitimar. Considerações gramscianas cabíveis a tal contexto histórico pela contribuição deste autor com conceitos importantes e significativos para o entendimento mais profundo dos planos da classe dominante sobre a sociedade civil e subordinada.

## **CAPÍTULO 1: POR TRÁS DA CORTINA: O REGIME MILITAR COMEMORA “OS 150 ANOS DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL”**

*Deve pois só fazer pelo bem da Nação  
Tudo aquilo que for ordenado  
Pra ganhar um Fuscão no juízo final  
E diploma de bem comportado  
(Comportamento geral – Gonzaguinha)*

### **1.1 A Paraíba no cenário militar**

Durante 21 anos, o regime militar procurou manter-se forte e no poder, tanto reforçando o aparato policial e os órgãos de investigação, quanto recorrendo à construção de sua hegemonia ideológica e tentando de toda forma se legitimar na sociedade brasileira. Na tentativa de se legitimar, o regime precisava passar a ideia de que era necessário para garantir a segurança do país, com o intuito final de estabelecer uma imagem positiva, através das estratégias de comunicação pelo uso das mídias.

O golpe acarretou mudanças muito mais complexas e estruturais na organização do país, quando então responsável pelo fim do Estado Populista e surgimento de um regime militar. A ditadura ora implantada em 1964 tinha como objetivo desarticular a elite política intelectual reformista que estava cada vez mais próxima ao Estado e cortar laços de organização entre a elite intelectual e os movimentos sociais.

Os militares golpistas se apresentavam como heróis, revolucionários que livraram o país do golpe comunista. O golpe militar seria um golpe reativo em defesa da democracia e contra os radicais de esquerda. O lado conservador anticomunista era “o único cimento da coalisão golpista de 1964 liderada pelos militares, que reunia desde liberais hesitantes até reacionários assumidos” (NAPOLITANO, 2014, p. 314)

Analisando de forma geral, o golpe pode ser tomado como resultado de uma complexa divisão na sociedade brasileira, marcada pelo entrave de projetos distintos para o país, com leituras diferentes do que deveria ser o processo de modernização, como também, de reformas sociais.

Como bem reflete Napolitano,

O golpe de 64 não foi apenas contra um governo, mas foi contra um regime, contra uma elite em formação, contra um projeto de sociedade, ainda que este fosse politicamente vago. Muitos que defenderam a queda de Goulart talvez não tivessem a plena consciência desse significado histórico. Mas em relação ao núcleo que comandou o golpe, nas Forças Armadas, na Escola Superior de Guerra e no Ipes, já não podemos dizer o mesmo. O que não quer dizer que o quadro final tenha seguido completamente as diretrizes do esboço. (2014, p. 66)

No âmbito que antecedeu o golpe, a Paraíba vivia um intenso processo de mobilização popular em torno das reformas de base. Tal mobilização era tomada de frente pelo movimento das Ligas Camponesas. A classe social que detinha a maior parte do poder econômico e político era a elite agrária. “Os latifundiários que concentravam a maior parte da terra produtiva da zona rural, eram contra os movimentos sociais no campo que eclodiam com as Ligas Camponesas.” (SOBREIRA, 2014, p. 44) Inicialmente, havia a falta de organização dos trabalhadores rurais que acabara dando espaço para o controle destes pelos latifundiários fazendo-os dependentes economicamente e controlados no fator político. Posteriormente, como destaca Dimitri da Silva Bichara Sobreira,

Devido essa situação de marginalidade social do trabalhador rural, grupos de trabalhadores rurais nordestinos se organizaram nas Ligas Camponesas. A tomada de consciência de classe pelos camponeses trouxe para o debate não só as relações de trabalho entre os camponeses e latifundiários, mas toda uma estrutura agrária elitista. (2014, p. 48)

O ano de 1962 marcou o ponto alto da mobilização e tensão social na Paraíba, principalmente com a morte de um dos líderes das Ligas Camponesas, João Pedro Teixeira, da Liga de Sapé, inserindo o estado no âmbito de efervescência por qual o Brasil passava nos anos iniciais da década de 60.

O estado era governado por Pedro Gondim, que iniciou seu mandato de forma interina em 1958 e posteriormente através de eleições em 1960, manteve uma boa relação com as forças trabalhistas na Paraíba. “Frente à crescente mobilização camponesa, no início dos anos sessenta, manteve uma posição de tolerância e compreensão, sem chegar a estimular ou apoiar às ações mais radicais.” (NUNES, 2014, p. 86)

Sob o governo de Pedro Gondim, a articulação do golpe na Paraíba:

contou com a participação conjunta dos setores civis e militares, membros da UDN, do PSD e jornalistas. Nada indica que o

Governo do Estado tenha tido alguma participação na conspiração golpista, apesar da sintonia de interesses e de ação que já vinha se manifestando entre o governador e a guarnição federal da Paraíba. O mais provável, é que ele tenha sido tomado de surpresa. Além disso, também não tinha uma posição definida, nem tampouco homogênea, a ser assumida. Pois parte do seu secretariado defendia o rompimento com o Governo Federal e a adesão imediata ao golpe; e outra parte pretendia a adoção de uma posição em apoio a João Goulart. (NUNES, 2009, p. 9)

Pedro Gondim sofrera pressão dos militares no dia do golpe para aderir ao “movimento”, porém só tomou uma decisão no dia posterior com a chegada de Antônio Vital do Rêgo à Assembleia. Daí em diante, percebendo a força que o golpe tomara e sua repercussão, Gondim elabora uma nota de apoio ao movimento golpista. Com isso, o então governador do estado da Paraíba garante sua permanência no poder e sua adesão ao golpe.

O golpe militar tomou de surpresa as forças de esquerda no estado da Paraíba. Como relata Paulo Giovani Antonino Nunes,

Na noite de 31 de março, após as notícias da eclosão do golpe, chegou a ser iniciado um comício no bairro de Cruz das Armas, promovido por entidades ligadas à esquerda – Partido Comunista, CGT, Pacto de Unidade e Ação e Federação das Ligas Camponesas – que foi dissolvido pelas tropas federais. Outra tentativa de reação se deu na cidade de Rio Tinto., onde camponeses e operários, através do sindicato e das Ligas Camponesas e contando com o apoio do prefeito, tomaram a fábrica de tecidos, paralisando suas atividades e isolando os pontos estratégicos da cidade com arame farpado. Mas a polícia Militar reprimiu o movimento e prendeu o prefeito. [...] Em Sousa, o prefeito Antônio Mariz realizou um comício em praça pública e também foi preso. [...] Os jornais publicaram notas de apoio às Forças Armadas, de vários sindicatos e associações. A Assembléia Legislativa, através de seu presidente Clóvis Bezerra (UDN) apoia de imediato o golpe e a Câmara Municipal de João Pessoa, também. (2014, p. 92/93)

Neste imediato pós-golpe no Estado da Paraíba foram cassados diversos políticos que de certa forma, eram contrários aos ideais militares. Campina Grande foi o município paraibano mais atingido pelo movimento militar de 1964. “Dele, os deputados estaduais socialistas Agassiz e Langstein de Almeida e Figueiredo Agra, remetidos para Fernando Noronha, perderam mandatos na primeira hora [...]” (MELLO, 2010, p. 103) O mesmo ocorreu com o prefeito da cidade, Newton Rique, que deu declarações dizendo-se contrário ao golpe, sendo cassado um pouco depois. “Campina Grande também distinguiu-se como

a única cidade paraibana [...] a conter centros institucionais de tortura. Localizava-se em fazenda do comerciante Manuelito Bezerra, nos arredores da cidade, nos Cuités.” (MELLO, 2010, p. 104)

[...] foram cassados por projetos de resoluções da Assembleia Legislativa e das Câmaras de Vereadores os mandatos de três prefeitos, dois vice-prefeitos, oito vereadores, sete suplentes de vereadores, dois deputados estaduais e dois suplentes de deputado estadual. [...] A grande maioria dos cassados tinha ligação com as Ligas Camponesas. O setor estudantil também foi muito perseguido. As direções das entidades estudantis, tanto secundaristas como universitárias, sofreram intervenções. Também houve perseguição a professores universitários e expurgos no aparelho estatal. (NUNES, 2014, p. 97)

O regime militar encontrou grande oposição no movimento estudantil, movimento operário, dentre outros que viam no novo governo a face da censura e da não aceitação de opiniões que divergissem dos seus “planos”. Na Paraíba, no âmbito da sociedade civil, a forte representação das Ligas Camponesas ocasionou uma feroz repressão ao movimento, calando lideranças e bloqueando, por um bom tempo, possibilidades de reorganização da classe rural. Monique Cittadino relata que “As Ligas foram consideradas ilegais e seus principais líderes foram presos, torturados e, até mesmo, assassinados; alguns foram obrigados a fugir para sobreviver.” (2006, p. 121)

No âmbito religioso, a Igreja Católica estava dividida em relação ao apoio ou não ao golpe de 1964. De um lado, católicos organizavam as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” em apoio ao golpe e repúdio a “ameaça” comunista, e do outro, cristãos adeptos a Teologia da Libertação, que traz consigo a preocupação em defender os menos providos da sociedade e assim aos reprimidos pelo regime militar posteriormente. Alguns nomes como do Frei Betto e de Leonardo Boff (ambos vivos) merecem destaque por trazerem à tona estudos sobre a Teologia da Libertação e suas próprias vivências no período do regime militar brasileiro, destacando o papel da Igreja Católica quando do apoio à esquerda e aos que sofriam atentados de vida. Esta Igreja de cunho libertador pensava na defesa dos oprimidos e no combate a fome, lutando também pelo direito a propriedade privada, pelo desenvolvimento social e direitos humanos.

O apoio da igreja católica aos golpistas militares começou a cessar a partir do momento que a rigidez opressora aumentou consideravelmente. Entre 1964 e 1968, a CNBB pouco se manifestou sobre a repressão do governo militar. Contudo no final da década de 60, em uma Assembléia Geral, próximo à CELAM em Medellín, os bispos passaram a abordar esses assuntos polêmicos, mesmo que ainda com certos graus de moderação. (SOUZA, 2011)

A partir do momento em que a Igreja estreitou seus laços com os outros segmentos sociais, principalmente as classes populares, e passou a se levantar contra o regime, diversos membros passaram a ser perseguidos e serem alvos da repressão policial, como o próprio Frei Betto citado acima.

Na Paraíba, a Igreja Católica e uma parte da população, que foi estimulada pelas instituições, não inocentemente, saíram às ruas para festejar o golpe e assim a “restituição da ordem” do país, nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade.

Em cada pequena cidade da Paraíba houve uma movimentação como essa, em agradecimento às forças armadas por afastar o perigo comunista do Brasil. A fé e os valores morais, como a família, estariam salvos do comunismo, classificado como ateu e intolerante pela direita conservadora. (SOBREIRA, 2014, p. 59)

À nível mundial, a Guerra Fria também influenciou o cenário político brasileiro, sendo a ditadura um dos resultados deste contexto. O constante clima de disputa entre Estados Unidos e União Soviética fez com ambas partissem em objetivo de “conquistar” países que o seguissem em suas ideologias, capitalista e socialista, respectivamente. Os EUA sempre tiveram a límpida intenção de garantir a sua hegemonia no continente americano. A Revolução Cubana, em 1959, trouxe à tona a preocupação dos norte-americanos em não deixar que uma onda socialista tomasse conta das Américas, assim apoiaram a instalação de governos ditatoriais em diversos países latino americanos.

Entre 1964 e 1968, o governo militar traçou medidas de reprimir as organizações estudantis com medidas reformistas, almejando, principalmente, despolitizar atividades acadêmicas. 1968 foi um ano de muitos protestos e descontentamento com o regime vigente, como também foi o ano em que o regime mostrou sua força física, reprimindo com violência os movimentos oposicionistas e pondo fim as articulações dos manifestantes. No mês de março de 1968, a classe estudantil saiu às ruas. A morte do estudante Edson Luís,

baleado pela polícia durante uma manifestação no Rio de Janeiro, foi o estopim para uma temporada de passeatas e conflitos com a polícia. Monique Cittadino relembra que a Paraíba, em 1968, “acompanhou as mobilizações registradas no restante do país, protagonizadas pelo setor estudantil.” (2006, p. 325)

Em agosto daquele ano, recrudesceram os conflitos envolvendo estudantes e a polícia. Em João Pessoa, na primeira quinzena do mês, em protesto contra a prisão de Vladimir Palmeira<sup>16</sup> e contra a política educacional do governo federal, os estudantes ocuparam durante seis dias o prédio da Faculdade de Filosofia (FAFI), um dos setores mais aguerridos e contestatórios do movimento estudantil, e passaram a fazer comícios-relâmpagos em diversos pontos da capital. A polícia ocupou a cidade, deslocando viaturas pelas ruas do centro, colocando integrantes da Campanha de Policiamento Ostensivo nos pontos de paradas de ônibus e deixando, durante algumas horas, um destacamento de soldados nas imediações do Clube do Estudante Universitário (CEU). [...] Em Campina Grande, os estudantes universitários e secundaristas também realizaram passeata de protesto contra a prisão de Vladimir Palmeira e solidarizaram-se com os estudantes pessoenses. A passeata de Campina Grande foi dissolvida pela PM após comício-relâmpago na Praça da Bandeira, permanecendo o policiamento ostensivo nas ruas da cidade. (CITTADINO, 2006, p. 330/331)

Mesmo mediante tal cenário repressivo e da gama de manifestações contra o governo militar e suas ações, o pior ainda estava por vir. Em dezembro de 1968 era editado o Ato Institucional nº 5<sup>17</sup>, trazendo consigo a violência sistemática e os chamados “anos de chumbo”. Neste período, a censura prévia, as torturas, os desaparecimentos políticos e a perseguição ao debate político-cultural alcançaram o nível mais alto de todo o regime militar. A partir daí, estudantes, artistas e intelectuais passaram a ser perseguidos como as lideranças populares, sindicais e políticos de esquerda. “O AI – 5 começou a censurar antes de ser editado e a prender antes de ser anunciado publicamente.” (VENTURA, 1988, p. 287)

Com o AI - 5, o perfil de Ditadura Militar ficara mais clarividente, demonstrando o seu lado mais repressivo e excludente. O AI - 5 foi o

---

<sup>16</sup> Foi um dos principais líderes do movimento estudantil, em 1968. Era um dos dirigentes da Dissidência da Guanabara (DI – GB), uma das dissidências estudantis do Partido Comunista Brasileiro;

<sup>17</sup> Promulgado durante o governo do general Artur da Costa e Silva, que governou de 15 de março de 1967 à 31 de agosto de 1969;



amadurecimento de um processo que se iniciara muito antes e não uma decorrência dos episódios de 1968, já que a mudança que vai separar este ato dos demais é a extinção do *habeas corpus*. Como bem reflete Carlos Fico:

O SNI foi criado ainda em 1964, com propósitos mais modestos do que os que assumiria a partir de março de 1967, quando, de produtor de informações para subsidiar as decisões do presidente da República, transformou-se, sob a chefia do general Emílio Garrastazu Médici, em cabeça de uma ampla rede de espionagem. Ao contrário do que supôs Golbery do Couto e Silva, que afirmou ter criado “um monstro”, não foi ele, mas a linha dura, que gestou tal criatura. A vitória definitiva da corrente, representada pela decretação do AI-5, fez com que a espionagem passasse a atuar a serviço dos setores mais radicais, divulgando as avaliações que justificavam a escalada e a manutenção da repressão. Porém, mesmo com o “endurecimento” do SNI a partir de Médici, o órgão e suas representações nos ministérios civis (as divisões de segurança e informações, então remodeladas e fortalecidas) persistiram como produtores de informações, não se envolvendo diretamente nas “operações de segurança”, eufemismo que designava as prisões, interrogatórios, torturas e extermínios, praticados pelo “Sistema Codi-Doi”, pelos órgãos de informações dos ministérios militares (Cie, Cisa e Cenimar) e pelos departamentos de ordem política e social estaduais. Portanto, é fundamental destacar que, se o anseio punitivo que caracterizava a linha dura não surgiu repentinamente em 1968, como reação à opção de parte da esquerda pela chamada “luta armada”, de fato, a partir do AI5, as diversas instâncias repressivas já existentes passaram a agir segundo o ethos da comunidade de segurança e de informações ou com ela entraram em conflito. (FICO, 2004, p. 36/37)

Na Paraíba,

A repressão [...] estendeu-se, sobretudo, aos diversos setores da sociedade civil que viviam algum nível de organização e mobilização, incidindo, de forma menos aguda, sobre o segmento político, pode-se afirmar que, a partir do AI – 5, este foi o setor preponderadamente atingido. Sem dúvida, isto se deve ao fato de que, a oposição, naquele momento, estava centrada nas mãos do movimento estudantil e dos políticos que, em consequência dos diversos atos institucionais editados pelo governo federal, haviam sido atingidos em seus interesses e privados dos seus espaços de atuação política. Os demais setores da sociedade, sobretudo o camponês, haviam sido alvo, no imediato pós-64, de um excessivo nível de repressão que sua posterior reorganização foi impedida. (CITTADINO, 2006, p. 335/336)

O governador do estado da Paraíba, João Agripino, mesmo favorável ao regime militar, também se calaria mediante a gravidade da proporção trazida com o AI – 5. Monique Cittadino relata que Agripino “se negou a receber

indicações da alta cúpula do governo federal a respeito da formação do seu secretariado, culminando nos diversos atritos com o comando militar ao longo do seu governo.” (2006, p. 339) Porém, como se sabe, João Agripino foi o homem escolhido para operar no estado o figurino do regime ditatorial e com o AI – 5, o governador teve que incorporar ainda mais o discurso dos setores hegemônicos dentre os militares.

Após 1968 o regime militar radicaliza a repressão, reprimindo veementemente os críticos de sua postura. Logo após o AI – 5 ser decretado, o general Emílio Garrastazu Médici entra na presidência do Brasil, sendo em seu mandato onde a repressão social se caracterizou mais profundamente. Seria o período mais repressivo de todos os governos militares, com perseguições, cassação de mandatos, torturas e prisões, utilizadas como forma de controle da sociedade e das manifestações no país.

Com um perfil de continuidade dos governos militares anteriores, Médici assume uma conduta de governo técnico e burocrático. Como relata Maurício Ferreira Silva, “uma administração burocrática e autoritária, visto que o centro das decisões se concentraria no Executivo, condenando a questões protocolares, os demais poderes.” (2012, p. 155)

É importante frisar que este momento vinha revelando um país cada vez menos rural, um Brasil que estava acompanhando a modernização dos meios de comunicação e o avanço da mídia e da propaganda. Satélites, redes de TV, jornais (novos e tradicionais), revistas, iam emergindo e se adequando ao novo processo de acumulação de capital. As políticas da ditadura, tanto em relação ao papel do Estado, como o suporte que ela deu ao capital privado, foi no intuito de alavancar esse novo momento de acumulação acelerada de capital.

No Brasil, o sistema de comunicação passou a ser um dos símbolos da modernização na época, particularmente a televisão. É importante destacar o surgimento da Rede Globo, em 1965, que teve o respaldo financeiro e técnico do grupo americano Time-Life e tornou-se a emissora mais poderosa do Brasil. [...] O sonho de consumo da classe média, além do automóvel e da casa própria, passou ao delírio da televisão. [...] A modernização brasileira foi representada “no varejo”, pela capacidade de a classe média comprar o seu automóvel, encher a casa de eletrodomésticos, adquirir a casa própria, garantir escolas particulares de renome para os filhos e um espaço no meio universitário para possibilitá-los “vencer na vida” e ascender socialmente. O governo militar, ao mesmo tempo que mantinha amordaçada toda a mídia brasileira, utilizava-se dela

para propagandear à larga dos avanços econômicos alcançados. Em relação a modernização “no atacado”, quer dizer, em âmbito das grandes dimensões pode-se registrar, por exemplo, a ponte Rio-Niterói, a Rodovia Transamazônica e a Hidrelétrica de Itaipu. Parte importante dessas obras deveu-se às vultuosas somas de empréstimos a juros que, pouco a pouco, dobraram e até triplicaram a dívida externa brasileira. (SOUSA, 2013, p.43)

Como continua destacando Maria de Fátima Marreiro de Sousa, voltando-se para a Paraíba no cenário Médici:

Mas “os anos de chumbo” não promoveram o enfraquecimento e até o desaparecimento dos capitais locais, em favor de grupos monopolistas interessados em se apropriar de generosas fatias da economia local, através das facilidades oferecidas pela ditadura foram aniquiladas organizações importantes que significavam uma espécie de capital político do povo. As principais dela, na região paraibana, foram a Ligas Camponesas. Igualmente foi extinta a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), instalada na Rua Duque de Caxias, centro da capital paraibana. [...] Para garantir a nova ordem, foi decisivo dismantelar todas as organizações políticas de orientação democrática, no Estado, inclusive as que não estavam ligadas ao movimento comunista. A Associação Paraibana de Imprensa (API) foi uma delas. Somente com esse exemplo, fica provada a inverdade da luta contra o comunismo, como base da intervenção militar, divulgada pelos quatro cantos do país. O combate ao chamado “perigo vermelho”, numa alusão as influências da Revolução Cubana, constituía-se numa espécie de nuvem de fumaça para acobertar uma grande “revolução” do capital e consolidar outro plano econômico e social. Assim, os “anos de chumbo” foram o cenário de larga modernização do país e, em particular da Paraíba, como operacionalização da tarefa de consolidar a integração do mercado nacional, sob o controle do capital internacional. As classes dominantes regionais – sempre ciosas de sua autonomia e de seu arbítrio – passam, finalmente, a se submeter à dinâmica geral do processo de acumulação de capital. Aos trabalhadores, estudantes e cidadãos rebelados, a repressão, a injustiça e a morte. (2013, p. 45/46)

Com o governo do general Médici, a imprensa foi tomada como ferramenta para a articulação golpista, com o intuito de propagar uma imagem diferenciada da realidade. Com este apoio midiático, o governo Médici e a ditadura, conseguiram “encobrir” o que havia “por trás da cortina”, pelo menos para boa parte da população. A criação da AERP trouxe à tona a forte propaganda ideológica deste período. A AERP se tornou, ao longo da década de 70, uma das maiores anunciantes da mídia brasileira e, portanto, um dos

principais clientes dos setores vinculados a essa atividade econômica (agências de publicidade, laboratórios cinematográficos etc). Todavia, a ênfase de suas campanhas repousava na televisão, no cinema, na imagem em movimento, enfim. “O rádio e a mídia impressa tiveram papel secundário na propaganda desenvolvida por aquele órgão oficial. ” (ALMEIDA, 2013, p. 64) Diante do forte papel desempenhado pela Televisão, a AERP desempenhou uma intervenção direta em torno das programações, seja no campo da censura ou na questão direta sobre o formato das programações.

A partir disso, fica clara a real intenção da Aerp ao conduzir a propaganda política. Ela trabalhava com essa propaganda ideológica para que as pessoas se encontrassem na figura de seu governante. Apesar de ter sido aprovado durante o mandato de Costa e Silva, o projeto da Aerp só foi implementado plenamente no governo Médici. Passar os interesses das classes interessadas de forma sutil e muitas vezes subliminar se tornou quesito ético e moral mediado pela comunicação. Comandada pelos militares Octávio Costa e Toledo Camargo, a Aerp tinha como principal foco a despreensão política em suas propagandas. Abusava de sentimentalismo como o amor e a solidariedade e não fazia referências políticas. Isso para que a “massa” que os militares consideravam despreparadas para o voto, se contentassem com os rumos que o país estava tomando. Para eles, não era um povo de vontade coletiva. Essas propagandas educativas situavam os governantes em uma “autoridade moral”, que era o que mantinha o seu status quo. A ideia era de uma democracia camuflada pelo “milagre econômico”, dessa forma, a justificativa seria a de que, para existir um desenvolvimento, se fazia necessária a presença de um governo forte: o militarismo. (NAVES, 2012, p. 2)

“Entre 1970 e 1973, 396 campanhas publicitárias foram produzidas e veiculadas. Essas propagandas camuflavam a atuação autoritária do governo com a falsa ideia de participação popular, ou seja, o principal personagem do governo era a sociedade.” (NAVES, 2012, p. 5). Tais campanhas imprimiam a imagem de um país em construção e que a aceitação do cidadão já era o suficiente. Foi criada uma atmosfera de forjamento quanto a existência de uma ameaça à sociedade, de uma esquerda que ameaçava a ordem no país e o perigo de uma nação comunista. Tudo muito bem articulado e abordado pela AERP.

Os propagandistas do regime militar tiveram de burlar uma situação contraditória. De um lado, necessitavam demonstrar valores positivos, de moral, ética e de superioridade; mas por outro, haviam de conviver com censuras,

perseguições e demais ações do governo militar. A saída para isso, era desenvolver “uma certa ‘estratégia retórica’ que consistia em afirmar precisamente o inverso do que se tinha.” (FICO, 1997, p. 95)

Ainda como reflete Carlos Fico,

Se analisarmos algumas das principais campanhas da AERP/ARP, verificaremos a recorrência de certas temáticas, de certas ideias-força, especialmente as noções de “construção” e “transformação” do Brasil. Assim foi com: Em tempo de Construir (1971), Você Constrói o Brasil (1972), País que se Transforma e se Constrói (1973), Este é um País que Vai pra Frente (1976), O Brasil é Feito por Nós (1977) e O Brasil que os Brasileiros Estão Construindo (1978). As ideias de “construção” e “transformação”, nesse contexto, estavam associadas à de ruína: segundo os militares, ante a situação de completa decadência moral e material que o país experimentara, caberia precisamente a eles inaugurar um novo tempo, reconstruindo, em bases transformadas, o Brasil. (1997, p. 115)

Eram títulos bastante significativos, que remetiam a ideia de novos tempos para o Brasil, um país em transformação e constante desenvolvimento. Com todo esse clima de desenvolvimento e propagação da imagem do “país do futuro”, havia-se a tentativa de criar um clima de otimismo na população. Com o “Milagre Econômico” e a conquista da Copa do Mundo de futebol de 1970, tal otimismo transformasse em ufanismo, um sentimento patriótico cada vez maior. E claro que a AERP se aproveitou de tal clima para ampliar sua propaganda política sobre o governo Médici. Esses episódios, o “Milagre Econômico” e a conquista da Copa do Mundo, forneceram a segurança do destino de grandeza do país do qual necessitava a propaganda política militar.

As campanhas cívicas da AERP/ARP foram, por assim dizer, as manifestações mais típicas de propaganda do período. Tratavam da fixação de heróis – como Caxias, Santos Dumont, Tiradentes e Rui Barboza – e buscavam, através dos filmes, enaltecer “fatos históricos” nacionais – como o Descobrimento e a Independência, velhos marcos balizadores da cronologia oficial criada pelo IHGB no século XIX. A difusão dos símbolos nacionais e a popularização das comemorações do Dia da Independência foram as grandes metas desse tipo de propaganda. (FICO, 1997, p. 142)

Assim, com toda essa persistência em se mostrar um Brasil de um futuro promissor, grande, cheio de riquezas, a propaganda militar conseguiu, em partes, nutrir essa expectativa de crescimento de um país tão especial até mesmo no exterior, como destaca Carlos Fico “[...] durante as comemorações do

Sesquicentenário da Independência, por exemplo, o jornal colombiano *El Tiempo* referiu-se ao Brasil como o ‘país do futuro’.” (1997, p. 78)

## 1.2 O ano cívico: uma comemoração militar

Sob o segundo ano de mandato de Médici, o Brasil (pelo menos a elite brasileira)<sup>18</sup> vinha “vivenciando” o “Milagre Econômico”. Em fins de 1971, o então presidente faz um discurso dirigindo-se ao país, onde propaga a imagem de uma nação cada vez mais forte e potente e que se tornava o país do presente. Era então preciso comemorar esse momento, e foi exatamente o ano de 1972, ano dos 150 anos de independência do Brasil, que tudo se desenrolaria. Como anuncia Médici em seu discurso datado de 31 de dezembro de 1971, transmitido em rede nacional de rádio e televisão:

A Nação tem hoje a tranquila consciência de sua grandeza, em termos realistas, possíveis e viáveis. Temos agora a certeza de que o eterno país do futuro se transformou, afinal, no país do presente. Assim conscientes do que somos e do que esperamos ser, encerramos 1971 e começamos o ano do Sesquicentenário. (MÉDICI, p. 76/77)<sup>19</sup>

Tal 1972 se consagraria como o ano-cívico, ano das festividades em torno do sesquicentenário da independência do Brasil. Não obstante a isso, é preciso estar atento para como tal comemoração foi utilizada como ferramenta de “popularização” do então governo militar e de sua legitimação ideológica, que propagava uma “aproximação” com a população. E como todo este leque de relações, tentou encobrir a fase mais sangrenta do regime militar durante o governo Médici e a forte repressão aos seus opositores.

---

<sup>18</sup> “Toda a euforia daquele momento não bastava para encobrir totalmente a grande verdade de que o preço do crescimento econômico e dos êxitos do governo estava sendo pago pelas classes menos favorecidas, que suportavam o ônus dos baixos salários. A renda nacional crescia, mas não chegava ao grosso da população. Tão evidente estava a má distribuição de renda que o próprio presidente Médici chegou, em dado momento, a deixar escapar frase que expressa este item: a de que “o Brasil vai bem, mas o povo vai mal” [...] Buscou-se, durante o período de vigência do milagre, a obtenção da legitimidade do sistema, por meio da apresentação de resultados econômicos favoráveis, amplamente divulgados como crescimento de obras de engenharia, de novos produtos de exportação etc. Quanto ao desenvolvimento humano, bem pouco foi feito, de modo que quase nada havia a mostrar com relação a tal item.” (GIANNAZI, 2013, p. 189/190)

<sup>19</sup> Discurso completo no anexo A;

Em janeiro de 1972 foi criada a CEC<sup>20</sup>, uma comissão com a tarefa de dirigir e coordenar as festividades oficiais para o evento do sesquicentenário, sob presidência de Antônio Jorge Corrêa<sup>21</sup>. Todos os estados tinham uma Comissão Executiva Estadual (CEE), encarregada pelos preparos a nível local e também os encontros cívicos em suas regiões, incentivando a integração nacional e colaborando com a proliferação das comemorações ao longo daquele ano.

Presidida pelo General Antônio Jorge Corrêa, a CEC integrava membros de ministérios civis e militares, além de importantes instituições da sociedade civil. Eram eles os Ministros da Justiça, das Relações Exteriores, da Educação, Marinha, Exército e Aeronáutica, além dos chefes dos Gabinetes Militar e Civil da Presidência da República, os presidentes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do Conselho Federal de Cultura (CFC), da Liga de Defesa Nacional, da Associação de Emissoras de Rádio e TV e da Associação Brasileira de Rádio e TV. Sob este aspecto, a comissão representou um bom exemplo de como a ditadura usufruiu e soube articular, sempre, apoios civis e militares. (CORDEIRO, 2012, p. 17/18)

Refletindo a citação acima, observa-se o quanto o termo “sociedade civil” é totalmente diluído da noção de classe empregada por Dreifuss e de sociedade civil pensada por Gramsci. Janaína Cordeiro acaba por generalizar o termo, pois o próprio “civil” tem clivagens de classe, políticas, ideológicas, sociais, e ela acaba por lançar tais “instituições da sociedade civil” como se fossem neutras, ao atentarmos, por exemplo, ao IHGB, que bem se sabe que não era neutro, e

---

<sup>20</sup> Comissão Executiva Central, criada pelo decreto 69.922, de 13 de janeiro de 1972;

<sup>21</sup> É importante enfatizar o fato do presidente da CEC ser um general e ter assim a autonomia para tocar as comemorações ao sesquicentenário. No trecho a seguir, retirado da aba “Sócios falecidos do IHGB”, observa-se o quanto o perfil de “militar ilustre” era prezado nas altas patentes do governo, evidenciando os cargos de confiança e como Corrêa foi escolhido “a dedo” para presidir a CEC. “Percorreu todos os postos de oficial até 25 de julho de 1972, quando atingiu o posto mais alto, General de Exército, um dia antes de sua eleição para sócio honorário do IHGB. Sua proposta, encabeçada pelo presidente Pedro Calmon e assinada por outros 25 nomes consagrados, está assim redigida: ‘Militar ilustre’, o Gen. Antônio Jorge Corrêa, com os maiores serviços à Nação e, nas suas conexões com o Exército e a Cultura, é o Presidente da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Sob os seus auspícios foi o Instituto honrado com várias incumbências relacionadas com as comemorações, entre elas a organização da Biblioteca do Sesquicentenário, mediante acordo publicado no Diário Oficial da República. Valioso outrossim é o patrocínio por ele dispensado à realização do Congresso de História da Independência, que consta do programa aprovado pelo Presidente da República e será, em agosto vindouro, um dos momentos altos das homenagens que prestamos aos fundadores do Império. Por estes títulos e essa benemerência, impõe-se o ato de reconhecimento que ora sugerimos. A proposta foi unanimemente aprovada. Durante sua vida militar, fez jus a condecorações nacionais e estrangeiras e desempenhou variadas e importantes comissões, que culminaram com o exercício da elevada função de Ministro Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.” (Disponível em <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/ajcorrea.html>)

que não fazia a verdadeira história do Brasil, mas sim a que convinha aos interesses dos governos. É importante elencar que os diversos órgãos/empresas/entidades citados acima fizeram e fazem parte de um forte processo de mercantilização, como no momento das festividades do sesquicentenário ao serem convidados a compor a festa, até porque isso iria implicar em gastos, mesmo Médici tentando apaziguar afirmando que não houveram grandes custos. São assim entidades, ideologicamente e politicamente, comprometidas com a ditadura. O próprio presidente da CEC era um general, patente máxima, e que vai tentar utilizar a festa a favor do governo e dos interesses da ditadura, mas com a faixada de uma campanha que tinha o propósito de exaltar os ânimos cívicos da pátria.

Que apoios civis e militares eram estes elencados pela autora? Porque muitos militares, por exemplo, também foram cassados, não sendo possível tal generalização. Houve uma clivagem de classes também neste contexto, quando um dos motivos que levaram ao golpe fora essa divisão na sociedade (com a luta de classes, conflitos) que ameaçavam transbordar no pré-64 e que atingiram também as forças armadas, como o movimento de sargentos, de soldados da polícia militar, entre outros, que foram duramente punidos.

Mediante o envolvimento de tais instituições, na CEC e assim nos preparativos para as festividades do Sesquicentenário, é importante destacar o papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro<sup>22</sup> nessa empreitada. Criado em 1838, o IHGB tinha uma forte ligação com o Estado por este ser o principal benfeitor da instituição. Desde o golpe de 1964, a instituição procurou se aproximar do regime, fazendo de seus representantes, seus Presidentes de Honra. “De maneira geral, as relações entre ditadura/ditadores e Instituto foram extremamente harmônicas. [...] Em junho de 1970, Médici tomou posse como Presidente de Honra.” (CORDEIRO, 2012, p. 201)

De forma semelhante ao IHGB, o Conselho Federal de Cultura (CFC)<sup>23</sup> também participou das comemorações do Sesquicentenário, e também objetivando a orientação do sentido cívico e histórico que tais comemorações

---

<sup>22</sup> A relação entre IHGB e governo será aprofundada no capítulo 2;

<sup>23</sup> Sobre o CFC ver: MAIA, Tatyana de Amaral. **Os cardeais da cultura nacional**: O Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975). São Paulo: Itaú Cultural/Illuminuras, 2012.



deveriam assumir. “O CFC foi uma criação da própria ditadura. [...] ainda em 1966, sintetizava e preconizava qual deveria ser o modelo estatal de intervenção na cultura a partir de então.” (CORDEIRO, 2012, p. 206/207) Assim, as políticas na área da cultura dever-se-iam guiar pelas ideias de defesa do patrimônio e difusão da cultura nacional. O IHGB e o CFC foram verdadeiros difusores no âmbito cívico e cultural das comemorações dos 150 anos de independência do país.

As comemorações alusivas ao sesquicentenário chamaram toda a atenção para sua construção, inclusive com a participação de parte da população, que foi “levada” a entrar nas festividades através da euforia disseminada nas propagandas, que transmitia o caráter de integração ao todo social e agregando uma imagem mais popular da festa que de certa forma era uma comemoração ao regime militar e ao período de alta econômica. Foram cinco meses inteiros de festas nos quais a ditadura se colocou “simpática” ao povo brasileiro, festejando sua história, e principalmente, o presente e os planos futuros.

Os primeiros meses de 1972 foram de preparação para as festividades do sesquicentenário. A grandiosidade da festa, iniciada em 21 de abril e encerrada em 07 de setembro, foi de ampla cobertura por todo o país e assim também no estado da Paraíba e em muitas de suas cidades, como Campina Grande. Como apontado em discurso do general Médici na solenidade de abertura, “Reunidos, nesta mesma hora, em milhares de encontros, *por todas as cidades e todos os povoados do Brasil*, para colocar no alto, de por do sol a por do sol, a bandeira de nossa pátria [...]”<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> Discurso completo no anexo B;

A chegada dos despojos de D. Pedro I, vindos de Portugal<sup>25</sup>, para enfim ser “devolvido” a pátria que o mesmo adotou, em 21 de abril<sup>26</sup>, marcou a abertura das festividades oficiais em comemoração aos 150 anos de independência. Os encontros cívicos em abril e toda a peregrinação dos despojos de D. Pedro I, por todas as capitais da federação<sup>27</sup>, seguida de sua inumação no Museu do Ipiranga (São Paulo) em setembro, foram os dois acontecimentos mais marcantes de uma festa que teve como característica a multiplicação de eventos comemorativos ao longo de todo o ano de 1972.

Eventos grandiosos combinados à mobilização de caráter regional, municipal ou mesmo escolar, além das inúmeras pequenas cerimônias oficiais, envolvendo os círculos governamentais ou ainda aquelas que reuniam a comunidade acadêmica, associações de bairro, esportivas e religiosas permitiram que os festejos se impregnassem de maneira muito forte ao cotidiano das pessoas. [...] Tudo remetia à ideia de que havia algo para se festejar. (CORDEIRO, 2011, p. 3)

Além dos dois pontos máximos da festa, a chegada dos despojos do imperador e sua inumação em setembro, houve diversos outros acontecimentos

---

<sup>25</sup> Vale destacar o fato de Portugal e Brasil estarem vivenciando ditaduras, em Portugal já sofrendo bastante contestação e no Brasil em seu auge. Nas mãos do primeiro ministro Antônio Salazar, o país passou por 41 anos de um regime ditatorial, o tão conhecido Salazarismo. “À frente do Governo, Salazar implantou uma nova Constituição. A nova constituição de 1933 consentiu o fim da Ditadura Militar e o começo da Ditadura Salazarista, essa atitude tinha como finalidade a mudança dos poderes políticos portugueses, e assim foi feito. Através da política salazarista observou-se quase de imediato a perda da liberdade de expressão, do direito à greve e à restrição da ação de alguns órgãos de poder, como a Assembleia Nacional. O poder do Presidente da República passou a ser figurativo. Nesse contexto, a autoridade estava concentrada nas mãos do Primeiro Ministro. O Salazarismo foi uma das mais longas ditaduras do século XX, inspiradas no modelo fascista. Durante este período Portugal viveu na censura, repressão e sob o poder autoritarista Salazarista. O governo de Salazar durou até o ano de 1968. Com problemas de saúde, passou o poder para outro ditador, Marcelo Caetano, que deu continuidade a ditadura salazarista até 1974. A ditadura chegou ao fim em 25 de Abril de 1974, derrubada pela Revolução dos Cravos, forte manifestação militar.” (AGUIAR)

<sup>26</sup> Tiradentes vinha sendo desde o século XIX a figura mais marcante e mais presente no imaginário dos brasileiros, enquanto um herói. A sua aceitação veio acompanhada de sua transformação em patrono cívico da Nação Brasileira, em Lei de número 4.897 de 9 de dezembro de 1965 pelo então presidente Castello Branco. Com as comemorações do Sesquicentenário da Independência, se quis trazer de volta a figura de D. Pedro I como também um herói nacional, remetendo-se ao momento do Grito do Ipiranga em 1822, e assim também fortalecer as relações entre Brasil e Portugal. E com a chegada dos despojos do imperador bem no dia de Tiradentes, estrategicamente, se almejou relembrar os momentos históricos pelos quais os dois “heróis” perpassaram e assim elevar a imagem do Brasil e suas conquistas históricas;

<sup>27</sup> Em João Pessoa, os despojos do imperador passaram entre os dias 05 e 06 de julho de 1972. “cerca de duas mil pessoas invadiram a pista do Aeroporto Castro Pinto, quando do desembarque dos restos mortais de D. Pedro I.” (CORDEIRO, 2012, p. 72) Dia 07 de julho, seguiram com a peregrinação fúnebre para Natal, no Rio Grande do Norte.

que marcaram as comemorações dos 150 anos de independência da Nação. A onda de nacionalismo foi desencadeada pela conquista da Copa do Mundo de Futebol em 1970, a intensificação do desenvolvimento econômico e principalmente pelo foco nas comemorações do Sesquicentenário que obtiveram grande destaque no cenário político nacional.

Um destes acontecimentos, ao longo de 1972, foi a produção do filme *Independência ou Morte*, de Oswaldo Massaini. A realização do filme contou com o apoio do Estado brasileiro, a partir de verbas fornecidas ao longo de sua produção e divulgação. “Ele foi lançado em 4 de setembro de 1972 em vinte capitais brasileiras e, na semana seguinte, em Portugal.” (ALMEIDA, 2013, p. 126)

Foi produzido durante o período de comemorações do Sesquicentenário da Independência e seu lançamento ocorreu por ocasião da Semana da Pátria de 1972, ou seja, quando os festejos dos 150 anos do “Grito do Ipiranga” atingiam seu apogeu. Com isso, os produtores pretendiam se beneficiar da atmosfera patriótica que envolvia o país, o que potencializaria os lucros que esperavam obter com a película, em função da maior exposição de símbolos patrióticos ocorrida no período. (ALMEIDA, 2013, p. 125/126)

*Independência ou Morte* trazia nitidamente a valorização do patriotismo, sendo peça importante no fortalecimento da cultura nacional, que se encontrava presente no discurso do regime autoritário. O filme foi um sucesso porque evidenciava a ligação dos valores destacados por D. Pedro I e o cotidiano das pessoas, que já conheciam a história, mas que estavam tendo a oportunidade de enxergá-la de outra forma, mais didática e romantizada. Tal correspondia a ideia de “herói nacional” ensinada nas escolas e de forma ainda mais veemente. O filme deu forma a todo aquele clima de comemoração pelo qual vivia o país, fazendo de D. Pedro I e da história da independência cada vez mais “atuais” e importantes para entender o porquê de tal celebração. Em essência, o filme aborda todo o momento da preparação para a Independência do Brasil, retratando de forma bastante linear e seguindo uma lógica cronológica dos acontecimentos, proporcionando um bom entendimento para quem o assiste. O filme traz um bom cenário e uma boa identificação quanto aos sujeitos presentes no filme, como os portugueses, os nativos e os negros, com um figurino e comportamento mais próximo do que se “sabe” que era.

Outro acontecimento de destaque durante o ano do Sesquicentenário foi a realização da Taça Independência ou mais conhecida como Minicopa de futebol, que premiaria os vencedores com o “Troféu Independência”. O torneio foi realizado ao longo dos meses de junho e julho de 1972, integrando a programação oficial do Sesquicentenário da Independência e reunindo cerca de 20 seleções mundiais em partidas em diversos estados brasileiros.

Com o mesmo intuito de se propagar a integração nacional, a minicopa se tornou um dos pilares na construção da ideia de um país vencedor, evocando a unidade da população para comemorar a vitória, que seria a vitória do povo brasileiro, da Pátria, propagando uma mobilização do sentimento nacional. “[...] o futebol aparecia como a metáfora mais completa e bem acabada do Brasil que ia pra frente, do país jovem, grande e vencedor que se apresentava ao mundo como tal.” (CORDEIRO, 2012, p. 141) O torneio em comemoração ao Sesquicentenário de Independência foi uma tentativa de prolongar o êxito, em termos políticos, que a copa do mundo de 1970 trouxe para o país.

A propaganda realizada em torno dessa competição internacional abrangia dois públicos distintos: de um lado, a sociedade brasileira, ou seja, o público interno que recebia mensagens ufanistas veiculadas pela mídia – escrita, televisiva e radiofônica – e produzida pela iniciativa privada e/ou por órgãos oficiais; de outro, uma propaganda destinada ao exterior, que procurava exibir um panorama feliz, ordeiro e pacífico do Brasil, no momento em que o governo Médici sofria crescente pressão devido ao desrespeito dos direitos humanos no país. (ALMEIDA, 2013, p. 166)

Organizada pela Confederação Brasileira de Desportos (CBD), a Minicopa de futebol foi um instrumento de veiculação da imagem do Brasil no exterior, que era uma das grandes preocupações do general Médici. Por meio do futebol, Médici se aproximara da população, buscando difundir uma imagem “simpática”, de identificação com o povo. “[...] as reportagens também destacavam a presença do presidente Médici, abordando sua ‘paixão’ pelo futebol [...] Mostravam suas atitudes como as de qualquer torcedor, o que eclipsaria o fato de ele ser o chefe do Estado e de Governo do país.” (ALMEIDA, 2013, p.176)

Durante o torneio, “[...] os organizadores da minicopa procuraram direcionar os semifinalistas, colocando Portugal e Brasil em grupos com adversários mais fáceis.” (ALMEIDA, 2013, p. 174) De forma, talvez forjada, Brasil e Portugal se enfrentaram na final da Taça Independência, em pleno

Maracanã, diante de um público de cerca de 100 mil pessoas. Foi uma partida equilibrada, mas onde o Brasil foi campeão, no placar de 1 a 0. A vitória do torneio pela seleção brasileira fez com diversas reportagens retratassem um discurso ufanista, voltado para a euforia popular com o momento e a “paixão” pelo futebol.

Além destes acontecimentos também houve outros de menor visibilidade, mas que chamaram a atenção para sua simbologia, como o “Dia do Fico”, que foi tomada como ponto de partida das comemorações, e foi “comemorada em dois eventos distintos pelo Conselho Federal de Cultura e pelo IHGB, além de ter sido objeto de exposição realizada no Arquivo Nacional.” (ALMEIDA, 2013, p. 82). Também destaca-se a celebração do aniversário da abertura dos Portos e a “Corrida do Fogo” ocorrida em maio.

A realização de congressos e conferências e a organização de exposições foram também formas de comemoração. O Exército também promoveu exposição comemorativa nos Estados da Guanabara e de São Paulo. “O Congresso Nacional foi outra instituição que promoveu uma exposição para marcar a passagem do sesquicentenário da Independência.” (ALMEIDA, 2013, p. 247) Também foi promovida uma feira internacional<sup>28</sup>, com o intuito de evidenciar ao mundo o potencial econômico do Brasil.

Outros tipos de homenagem ao sesquicentenário foram a denominação de logradouros públicos alusivos à efeméride. Como exemplo dessa prática, o governador da Paraíba enviou mensagem aos prefeitos de seu estado “sugerindo que em cada cidade do estado seja designada uma rua ou avenida com a designação sesquicentenário da Independência.” (ALMEIDA, 2013, p. 249/250)

Houve um grande investimento simbólico durante o Sesquicentenário da Independência, tanto que foram criadas moedas que faziam alusão às comemorações, a edição da Biblioteca do Sesquicentenário<sup>29</sup>, imagens, selos e

---

<sup>28</sup> Feira Brasileira de Exportações – entre 04 e 15 de setembro de 1972;

<sup>29</sup> Elaboração da História da Independência do Brasil em obra coletiva composta por 4 volumes – o IHGB foi responsável pela atribuição;

até mesmo um hino, o “Hino do Sesquicentenário da Independência”<sup>30</sup>, com letra de Miguel Gustavo, como segue abaixo:

Marco extraordinário  
Sesquicentenário da independência  
Potência de amor e paz  
Esse Brasil faz coisas  
Que ninguém imagina que faz  
É Dom Pedro I  
É Dom Pedro do Grito  
Esse grito de glória  
Que a cor da história à vitória nos traz  
Na mistura das raças  
Na esperança que uniu  
No imenso continente nossa gente, Brasil  
Sesquicentenário  
E vamos mais e mais  
Na festa, do amor e da paz  
(Bis)

Observando o hino em questão, podemos vislumbrar o quanto o Sesquicentenário foi expressivo para a “boa imagem” do governo Médici. Foi criada toda uma áurea de convencimento da grandiosidade da festa e de sua importância para a história do país. “[...] durante o governo Médici, a AERP buscou, na propaganda, veicular mensagens de forte cunho político, mas mediante imagens, à primeira vista, não ideologicamente engajadas.” (ALMEIDA, 2013, p. 65)

A Igreja Católica teve participação ativa nas comemorações do Sesquicentenário, promovendo diversas missas de louvor, como nos encontros cívicos estaduais, na chegada dos despojos de D. Pedro I pelas capitais e na Semana da Pátria. A Igreja também participou da confecção de uma

---

<sup>30</sup> Disponível em: <http://www.webletras.com.br/miguel-gustavo/hino-do-sesquicentenario-da-independencia>

mensagem<sup>31</sup> do Papa Paulo VI em homenagem aos 150 anos de Independência. Como segue trecho abaixo, é notável o quanto a Igreja, na figura do Papa, se posicionou frente as festividades e sua relação com o governo Médici, incentivando a participação da população na festa e assim no crescimento do país, promovendo a ordem e o progresso coletivos.

[...] Sesquicentenário da Independência do Brasil: em solene ato religioso e num lugar significativo, Hierarquia e fiéis desse querido País evocam a grande efeméride. A convite da Conferência Nacional dos Bispos, queremos afirmar-Nos presente, de algum modo, nessa assembleia eucarística, a impetrar os favores celestiais sobre a Pátria brasileira. [...] O fato comemorado aqui - a Independência - não é algo perfeito, alcançado de uma vez para sempre: é de vir, aquisição a renovar cada dia. Nesse processo vital, todos os interessados, e portanto também os filhos da Igreja, têm um papel, que não podem declinar, porque integra a sua fidelidade a Deus e influi no indispensável crescer na graça e conhecimento de Jesus Cristo.[...] Ora, isto há de refletir-se no comportamento individual e na vida social, na santidade da família, e no esforço conjugado em promover a ordem e o progresso colectivos, para superar situações de necessidade e para um equilíbrio cada vez mais humano e fraterno, entre os membros da comunidade, participantes, todos, nas responsabilidades e nos direitos que cabem aos cidadãos. Que a Mãe da Igreja e Padroeira do Brasil - Nossa Senhora Aparecida - alcance de Deus que, de acôrdo com a sua tradição cristã, cada brasileiro contribua, segundo os dons e as funções que lhe foram confiadas, para uma Nação cada vez mais próspera; e que aí, o reino de Cristo se afirme e cresça sempre, como «reino de verdade e de vida, reino de santidade e de graça, reino de justiça, de amor e de paz», a iluminar os caminhos de serena fraternidade, em progresso crescente e por todos comungado. [...]

O país vivia um momento que era unificador. “[...] todos juntos, no mesmo momento, agindo como um só corpo, com um único sentimento, envolvidos pelo patriotismo e unidos em torno da comemoração do sesquicentenário.” (ALMEIDA, 2013, p. 213) Era este sentimento que se queria divagar pelo país, o sentimento de integridade e orgulho da Pátria. Como na mensagem papal, a população era parte da festa e tinham responsabilidades e direitos enquanto cidadãos em propagar a imagem de uma Nação cada vez mais próspera, uma imagem como almejava o governo militar.

---

<sup>31</sup> Mensagem completa no anexo C;

Durante o período das festividades, houve uma grande aproximação entre o governo e a mídia. A CEC articulou esta aproximação em favor do destaque do Sesquicentenário, numa forma em que os setores da mídia contribuíssem com a difusão da festa e com uma atmosfera o mais favorável possível para que esta acontecesse de forma grandiosa e que marcasse a história do país.

Entre outros, foram convidados o presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert); o presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (ABRT); Walter Clark, da TV Globo; Danton Jobim, presidente da Associação Brasileira de Imprensa; coronel Everaldo de Simas Kelly, diretor geral da Rádio Nacional; um representante da Agência Nacional; João Calmon da TV Tupi; Paulo Machado de Carvalho, da TV Record; e Roberto Marinho, do jornal O Globo; Houve receptividade das entidades envolvidas, que passaram a destacar em seus noticiários os eventos alusivos ao sesquicentenário. (ALMEIDA, 2013, p. 215/216)

Outras formas de divulgação também foram utilizadas nas comemorações, como *Mapa do Brasil de hoje*<sup>32</sup>, *Pequena história da Independência do Brasil em quadrinhos*<sup>33</sup>, e cartazes que buscavam transmitir sua mensagem de forma simples e com certo impacto emocional como manobra para engajar a sociedade brasileira nas comemorações do Sesquicentenário.

A propaganda e toda essa simbologia criada possuía um forte teor otimista, que ajudaria no ambiente propício à realização dos projetos do regime militar, como o desenvolvimento econômico de forma rápida e o apoio ao autoritarismo político vigente.

A AERP buscava realizar campanhas de comunicação social que trouxessem alguma legitimidade ao regime militar, criando-lhe uma imagem favorável, ao mesmo tempo que procurou neutralizar as críticas sofridas por tal governo, além de atingir as camadas populares. Suas peças publicitárias se baseavam em um imaginário preexistente na sociedade brasileira dos anos 1970. (ALMEIDA, 2013, p. 69)

De forma não amplamente sabida, nem tudo foi festa em 1972, houve aqueles que não viam motivos para comemorar o ano cívico. Houve quem protestasse, que tivesse pontos de vista alternativos e aqueles que divergiam.

---

<sup>32</sup> Revista comemorativa que trazia, encartada, a bandeira nacional e uma fotografia do presidente Médici, além de destacar as grandes rodovias construídas durante o Regime Militar (Belém – Brasília, Transamazônica e Transcontinental);

<sup>33</sup> A Editora Brasil-América (Ebal), conseguiu autorização para imprimir 1 milhão de exemplares da *Pequena história da Independência do Brasil em quadrinhos*;



“Se a sociedade teve ouvidos para ouvi-los? Certamente que importantes segmentos foram sensíveis às vozes que protestavam, que destoavam do *coro dos contentes*.” (CORDEIRO, 2012, p. 227)

Em âmbito nacional, Adjovanes Thadeu Silva de Almeida destaca que “foram poucas as críticas publicadas aos festejos do sesquicentenário: além de Alceu Amoroso Lima<sup>34</sup> e de *O Pasquim*<sup>35</sup>, praticamente houve unanimidade entre os diversos setores da mídia em torno das comemorações oficiais”. (2013, p. 320) É relevante pensar essa “unanimidade” colocada pelo autor...Deve-se lembrar que no regime militar não haveria mesmo tantas publicações críticas ao governo, por razões óbvias e pela censura imposta, não protestar abertamente não é sinônimo de não existir oposição. No caso da Paraíba, não se tem vestígios de críticas que chegaram a ser publicadas contra as comemorações em si, mas também não quer dizer que as mesmas não existissem. Apenas, em uma ditadura, seria bem difícil as pessoas se colocarem contrárias a situação.

Alceu de Amoroso Lima criticou, através de seu personagem Tristão de Athayde, o grande exagero lançado sobre a realização das comemorações do Sesquicentenário, através do engajamento da CEC e do caráter oficialista e de pouca participação da sociedade civil.

O que Tristão de Athayde propunha era o fim da ditadura militar, aproveitando as festividades do Sesquicentenário para reivindicar o retorno ao regime democrático, ao mesmo tempo que indagava sobre a ausência de liberdade no país, situação que refletiria o pouco zelo das autoridades para com o espírito independentista. (ALMEIDA, 2013, p. 205)

O semanário *O Pasquim* assumiu grande importância no contexto crítico daquele ano. “Talvez tenha sido em suas páginas que melhor se estruturou – para depois se transformar oficialmente, em política de memória, e, ao mesmo tempo, em política de silêncio – uma espécie de bipolarização da sociedade.” (CORDEIRO, 2012, p. 230) No contexto do Sesquicentenário o jornal era fatídico, ou você participa das comemorações (e se colocava favorável a ditadura), ou você não participa. “Ou seja, ou você colabora ou você resiste.”

---

<sup>34</sup> Crítico literário nascido em Petrópolis/RJ. Destacou-se no combate ao Regime Militar;

<sup>35</sup> Periódico alternativo brasileiro, reconhecido pelo diálogo entre o cenário da contracultura da década de 1960 e por seu papel de oposição ao Regime Militar;

Tais dissonâncias ao clima gestado naquele ano de 1972 não conseguiram tomar uma proporção que trouxesse algum empecilho de não realização das comemorações ou de seu “fracasso”.

Frente a estas oposições, a propaganda ideológica foi uma ferramenta para que se encobrisse os atos do governo autoritário e se prosseguisse com as festividades sem que a maioria da população (aquela que consentia com o âmbito militar), pudesse sentir a aura que rondava o país, através da repressão, torturas, perseguições e tantas outras emboscadas para se eliminar os opositores.

O Estado atuou como produtor de símbolos, estabelecendo rituais e hierarquias, nomeando os responsáveis pela produção de discursos que dariam sentido à efeméride do Sesquicentenário, além de divulgar esse mesmo discurso, capaz de legitimá-lo – mais até do que seus ocupantes de então – ante diversos segmentos da sociedade brasileira, que, então, tomaram parte nos diversos festejos. (ALMEIDA, 2013, p. 208)

De maneira similar, o governo Médici buscou preservar os ideais que teriam norteado o processo de independência, como a busca pelo progresso, pelo fortalecimento do país e pelo patriotismo. Como apontado, “responsabilizava-se o regime militar pela ‘afirmação da nacionalidade’ que modificava a própria realidade vigente, concretizando os ideais de D. Pedro I emanados no ‘Grito do Ipiranga’.” (ALMEIDA, 2013, p. 273) Elevava-se a característica que o regime militar teria desenvolvido o país mais rapidamente do que qualquer outro regime desde 1822.

O golpe de 1964 pode ser vislumbrado como um segundo “Grito do Ipiranga”, uma vez que teria preservado a independência nacional diante da ação de “maus brasileiros”. Os militares assumiram, então, a função tutelar que D. Pedro I exercera em 1822, livrando o Brasil dos inimigos externos e internos – afinal, as tropas portuguesas tiveram de ser expulsas à época da Independência. (ALMEIDA, 2013, p. 274)

Com todo este jogo de ligações entre o momento da Independência do Brasil e os seus 150 anos, as comemorações foram se desenrolando em todo o país até o momento mais esperado que seria a Semana da Pátria<sup>36</sup> e a então cerimônia de inumação dos despojos do imperador. A exposição dos restos

---

<sup>36</sup> De 1 à 7 de Setembro de 1972;

mortais de D. Pedro I ocorreu no Palácio dos Campos Elíseos em São Paulo, onde cerca de 15 mil pessoas visitaram o local. A grande demanda de visitantes, de diversas camadas sociais, protolou o convencimento, através da propaganda institucional, da importância das comemorações do Sesquicentenário.

O dia da Independência foi comemorado em todos os estados do país, com desfiles militares e de estudantes. “Em João Pessoa, o desfile contaria com a presença de alunos do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e de algumas unidades militares localizadas em Fortaleza e Recife.” (ALMEIDA, 2013, p. 314)

“Ao som da marcha fúnebre de Chopin, os restos mortais foram retirados da antiga sede do governo paulista por uma guarda de honra formada por membros das Forças Armadas e transportados para o Monumento do Ipiranga.” (ALMEIDA, 2013, p. 296) Em 7 de setembro de 1972, os despojos do imperador foram inumados na capela do Monumento, na presença de milhares de pessoas e autoridades. No período da noite, através de discurso<sup>37</sup>, o general Médici declarou encerrada a festividade do Sesquicentenário da Independência.

Utilizando-se da imagem do herói nacional “do momento”<sup>38</sup>, D. Pedro I, a CEC tentou colocá-lo enquanto símbolo a ser admirado, pois seu caráter deveria se contrapor às ideias “subversivas” que colocavam em risco à identidade nacional, a partir da forte expressão do “Independência ou Morte”. Como elenca Adjovanes Thadeu Silva Almeida, “Assim, a figura de D. Pedro I adquiriria conotações ideológicas, pois ela pode, ao mesmo tempo, gerar mensagens que favoreçam seus adeptos e desqualificar seus adversários na disputa pelo comando da sociedade.” (2013, p. 98)

Como também refletido por Cleodir da Conceição Moraes,

Além de ser o baluarte da amizade entre Brasil e Portugal, para o governo brasileiro, mais do que isso, D. Pedro I fora o grande responsável pela unidade e integridade territorial do país. Após o “grito do Ipiranga”, ao contrario das colônias espanholas na América, que tiveram o seu território fragmentado em “republiquetas” instáveis e caudilhescas, a antiga colônia portuguesa manteve suas dimensões continentais; passo importante para o país que, então, se inaugurava conquistar a sua soberania e progresso nacionais. O “Brasil Grande

---

<sup>37</sup> Discurso completo no anexo D;

<sup>38</sup> Até certo momento, Tiradentes seria o grande herói nacional;

Potência” teve em D. Pedro o seu primeiro e mais ilustre defensor e viabilizador. Isso deveria ser lembrado aos brasileiros no ano do Sesquicentenário, num cenário político em que a necessidade de manutenção da unidade e da efetiva integração nacional estavam na ordem do dia. Era preciso que a população não só tomasse conhecimento disso, através de seus representantes, como também esse sentido emblemático da imagem de D. Pedro deveria ser experimentado e vivenciado por ela [...] a partir da sua participação nas comemorações. Esse era o objetivo da peregrinação dos despojos de D. Pedro I pelo país, em que simbolicamente o libertador ia ao encontro da nação que fundara e cujo território mantivera íntegro. (2006, p. 66)

Diante de tais argumentos, vale-se observar que o sentimento de integração nacional conquistado em 1822, através da proclamação da independência, deveriam ser mantidos e assim, concretizados em 1972, para que fosse, de certa forma, consumado o “sucesso” dos interesses do projeto de desenvolvimento nacional colocados em prática pelo governo federal, como bem destaca Cleodir da Conceição Moraes, seguindo a orientação presidencial de fazer os brasileiros encontrarem o Brasil e a si próprios.

## CAPÍTULO 2: AGENCIAR O PASSADO PARA JUSTIFICAR O PRESENTE: A DITADURA MILITAR SE APROPRIA DA HISTÓRIA

*“O presente contém todo o passado”*

*Antonio Gramsci*

### 2.1 Entre a memória e a história: o regime deslegitimado

Nem tudo foram flores para os militares. A partir também da década de 70, mesmo com a propaganda maciça favorecendo o regime, ele se via cada vez mais isolado mediante os questionamentos que iam surgindo acerca de suas ações e projetos e isto foi se solidificando cada vez mais com o passar dos anos e a descoberta de tudo que estava “por trás da cortina”. Assim, o regime não conseguiu a tão sonhada legitimação de seu governo.

Deve-se refletir e levar em conta que a vitória da crítica ao regime no campo da memória foi feita de maneira superficial, selecionando e suavizando atos cometidos pelos militares. Como expõe Marcos Napolitano, “Essa memória liberal<sup>39</sup> condenou o regime, mas relativizou o golpe. Condenou politicamente os militares da linha dura, mas absorveu os que fizeram a transição negociada. ” (2014, p. 319)

Trazendo para o âmbito da memória relacionada as comemorações, é importante destacar que há uma certa manipulação do que a festa faz lembrar. Ela seleciona e prioriza elementos e eventuais personagens, em detrimento de outros. Com bem aponta Helenice Rodrigues da Silva,

A esse propósito, as comemorações nacionais oferecem exemplos pertinentes, uma vez que elas são objeto de interesses em jogo (políticos, ideológicos, éticos, etc.). O uso perverso da seleção da memória coletiva encontra-se, portanto, nesse processo de “rememoração” social, cuja função é justamente a de impedir o próprio esquecimento. Apagam-se da lembrança as situações constrangedoras (por exemplo, nos “500 anos do Brasil”, os massacres indígenas, a escravidão negra, as violências na história), e privilegiam-se os mitos fundadores e as

---

<sup>39</sup> “Em resumo, a memória hegemônica sobre o regime, em que pese a incorporação de elementos importantes da cultura de esquerda, é fundamentalmente uma memória liberal, que tende a privilegiar a estabilidade institucional e criticar as opções radicais e extrainstitucionais. [...] A memória hegemônica foi bem-sucedida em seus objetivos estratégicos. Ou seja, propiciar o aplacamento das diferenças ideológicas e o apagamento dos traumas gerados pela violência política, propiciando a reconstrução de um espaço político conciliatório e moderado, sob a hegemonia liberal. A Lei de Anistia de 1979 foi seu batismo institucional. ” (NAPOLITANO, 2014, p. 319)

utopias nacionais (o “paraíso tropical” e o “país do futuro”). Ora, essa seleção da memória coletiva é comum em todas as comemorações de uma data nacional. As utilizações sociais da memória são visíveis nesse fenômeno das comemorações que, em todas as partes do mundo, vêm se impondo como um ritual nacional. Consagrando o universalismo dos valores de uma comunidade, as comemorações buscam, nessa “rememoração” de acontecimentos passados, significações diversas para uso do presente. (2002, p. 432)

Comemorar então é reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento. E com o sesquicentenário não fora diferente. Tal comemoração buscou através da rememoração de acontecimentos passados – vide a independência – ressignificar seu uso para o presente, como a relação Brasil x Portugal, a volta de D. Pedro I (despojos) e toda a atmosfera do país independente, elevando a figura dos heróis nacionais e suas ações, tanto do passado, como do presente.

Mediante o que fora até aqui explanado podemos vislumbrar a versão atribuída pela imprensa paraibana e seu posicionamento frente a tais festividades. O que nos faz refletir nessas passagens até agora trabalhadas, é como a “história da independência do Brasil” é tratada de forma superficial e apenas à valorizar um lado da história, que até então é a história oficial que é retratada em nossas escolas e reproduzida na sociedade. O Jornal da Paraíba, como pertencente a um grupo de associados a grande mídia, não poderia ser diferente ao transmitir a seu leitor essa versão da história. Em primeiro lugar, entender que o 07 de setembro de 1822 não foi um ato isolado do príncipe D. Pedro, e sim um acontecimento que integra o processo de crise do antigo sistema colonial, iniciada com as revoltas de emancipação no final do século XVIII. Ainda é muito comum a memória do estudante associar a independência do Brasil ao quadro de Pedro Américo, "O Grito do Ipiranga", que personifica o acontecimento na figura de D. Pedro. Em segundo lugar, perceber que a independência do Brasil, restringiu-se à esfera política, não alterando em nada a realidade sócio-econômica, que se manteve com as mesmas características do período colonial. O 7 de setembro foi apenas a consolidação de uma ruptura política, que já começara 14 anos atrás, com a abertura dos portos.

O sesquicentenário tentou assim representar e imortalizar, tanto antes como depois da festa, uma lembrança da história da independência e seus 150 anos, como também, a promessa do novo, do que estava acontecendo no país

e o que viria a acontecer com os militares à frente do governo, a ordem e o progresso tão almejados.

Qual a melhor forma de se impregnar na nação uma data comemorativa? Foi através da festa que se pensou na maneira mais viável de se alcançar tal propósito. Como bem reflete Mona Ozouf em seu texto *A Festa – Sob a Revolução Francesa*, podemos elencar algumas semelhanças com o propósito das festas no Brasil. Um ponto importante destacado pela autora é quando a mesma coloca que a festa traz consigo uma memória, uma reminiscência e que por outro lado, a festa também é o prenúncio do futuro, pois ela fornece uma aproximação deste. “Suscita uma simulação do futuro que o historiador tem a boa fortuna de poder comparar com o futuro real.” (OZOUF, 1995, p. 217). Trazendo para o meu tempo enquanto pesquisadora, 2017, é bem claro quando se reflete essa ligação da festa enquanto um prenúncio do futuro, que era exatamente o que a ditadura militar pretendia, uma festa que anunciasse as “boas novas” de um *país do futuro*, que *ia pra frente* e que se tonaria uma grande potência. Isso, claro, se o projeto de legitimação militar tivesse dado certo e estes não tivessem sido descortinados e assim, vindo à tona, a fama de como governavam e desejavam o futuro da nação.

Enfim, os historiadores acreditam com muita frequência, sem provas, no vínculo que os organizadores das festas pensam estabelecer entre a festa e a história. Para todos, não existe nenhuma dúvida de que o objeto da festa é o tempo revolucionário; que ela deve reviver as épocas e os movimentos da Revolução; (OZOUF, 1995, p. 224)

Desta pequena passagem do texto de Mona Ozouf, mesmo que se tratando do caso da Revolução Francesa, observa-se essa semelhança no propósito de uma festa “revolucionária” (não no caso brasileiro), mas que se remete a este reviver da história e de seus acontecimentos. Os militares brasileiros acreditavam que eram portadores de um “novo tempo”, buscando, através de toda essa encenação, trazer um acontecimento do passado para projetar um futuro de glória, e assim, tentar conseguir uma aceitação popular.

Nas comemorações do sesquicentenário o momento foi amplamente aproveitado pelo governo, exaltar os feitos de 1822 foi uma ocasião propícia para estabelecer uma ligação entre passado e futuro. Resgata-se o passado no intuito de recuperar uma memória, atribuindo um determinado sentido para o presente e para o futuro. (SOSNOSKI, 2013, p. 24/25)

Com isto, o discurso glorioso que o governo militar entoava era se referindo ao presente, ao *milagre* que estava acontecendo, espelhando-se na independência, outro importante momento, e assim ligando-os, tentando demonstrar que o futuro também viria a ser próspero em suas mãos. Por tempos, a ditadura conseguiu de alguma forma se projetar para o Brasil e até para o exterior como um governo que vinha dando certo e que tinha tudo para triunfar. Claro, cultivando sua imagem através da forte propaganda, conseguindo ludibriar parte da população “encantada” com os festejos em comemoração aos 150 anos de independência.

A festividade, organizada pelo Estado, tem como a sua principal missão tentar transformar um determinado acontecimento histórico em memória nacional<sup>40</sup>. Tudo isso com o interesse de legitimar o seu poder. Os lugares de apoio da memória<sup>41</sup> são um dos exemplos dessa empreitada. Houve então a preocupação dos organizadores da festa em construir um lugar de memória, algo que retratasse aquele momento e que fosse símbolo de algo tão marcante para o país. Seria o Monumento do Ipiranga o lugar a simbolizar o sesquicentenário e a própria independência.

O ponto máximo dos festejos do Sesquicentenário consistiria no depósito dos restos mortais de d. Pedro I no Monumento do Ipiranga, doravante transformado em lugar de memória, isto é,

---

<sup>40</sup> Sobre a diferenciação entre história e memória, segue uma breve explanação feita por André Bonsanto Dias tomando por base as definições de Jacques Le Goff. “Mas, afinal, o que seria a memória? Como ela se inscreve na sociedade? Qual a relação entre a memória e a história? De acordo com o historiador Jacques Le Goff (2003), deve-se ter clara uma distinção entre esses dois termos. O primeiro faz parte do jogo do poder, se autoriza a manipulações e a interesses, sejam eles individuais ou coletivos. O segundo, como ciência, busca legitimar uma verdade em seu discurso. Memória, um objeto da história, deve ser encarada como um componente elementar de sua criação. A memória é onde se cresce a história, lugar onde a história é alimentada, em sua relação sempre incompleta e conflituosa entre o presente e o passado. Memória se constitui por rastros, que chegam ao presente a partir do passado e que assim constituem e legitimam o discurso historiográfico. A memória constituída na e pela mídia revolucionou a forma de lembrar coletivamente. Segundo a concepção de Le Goff, desde o aparecimento da escrita, a sociedade ocidental vem experimentando novas formas de preservar a sua noção de permanência no tempo, antes limitada à oralidade, aos mitos e em técnicas conhecidas como as “artes” da memória. A escrita fez com que se pudesse “ancorar” as lembranças, permitindo a emergência da comemoração, através de monumentos comemorativos. O espírito comemorativo só se tornou possível a partir do momento em que as memórias coletivas puderam se consolidar e se inscrever em monumentos, evidenciando rastros e suportes memoráveis.” (2012, p 22/23)

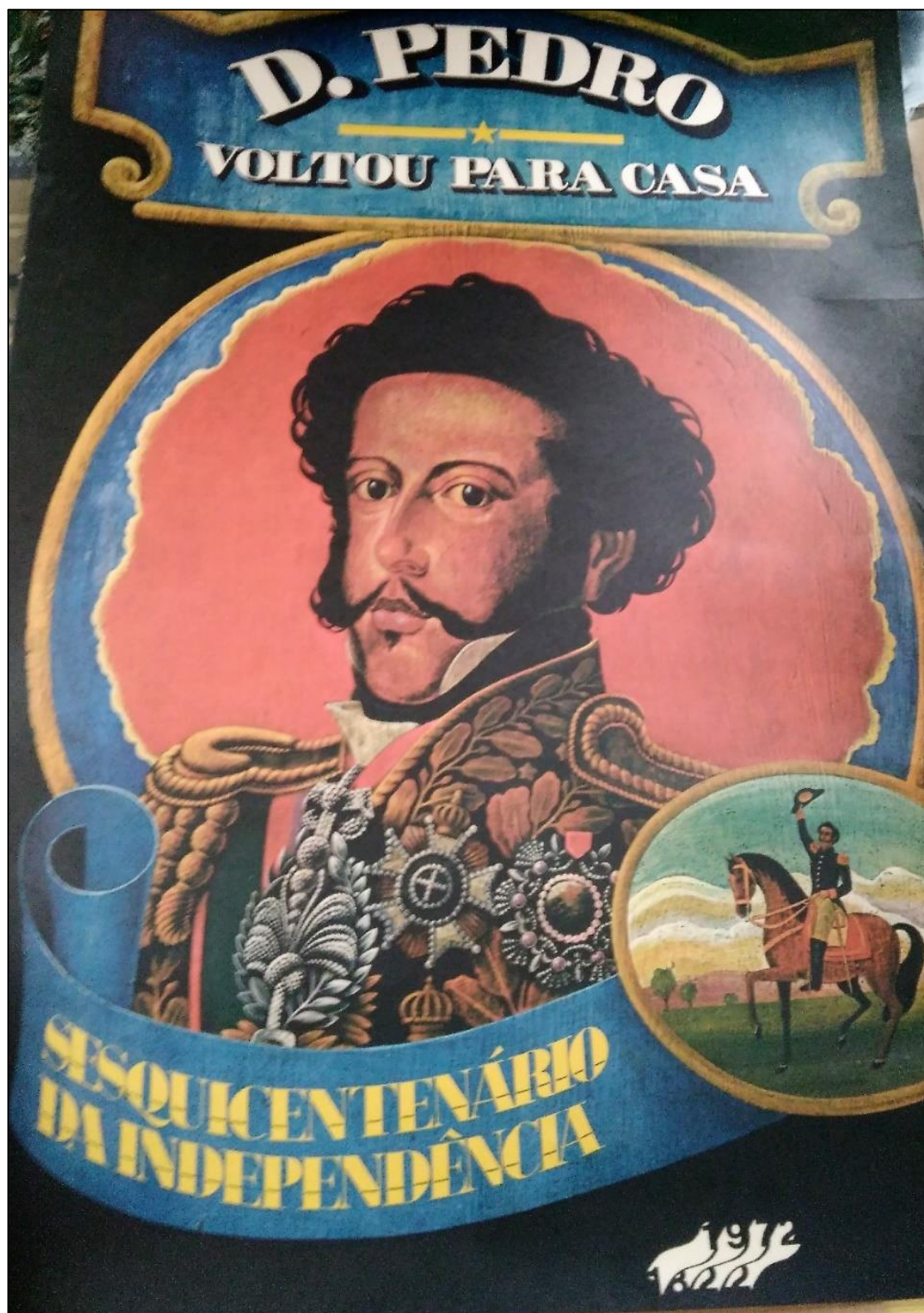
<sup>41</sup> Essa denominação foi retirada de Michael Pollak (2007, p. 3): “Na memória mais pública, nos aspectos mais públicos da pessoa, pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração. Os monumentos aos mortos, por exemplo, podem servir de base a uma relembração de um período que a pessoa viveu por ela mesma, ou de um período vivido por tabela”.



em objeto auto-referencial para a sociedade brasileira, em objeto capaz de trazer sentido à realidade brasileira. Todavia, a eficácia desse esforço pode ser bastante questionado na atualidade, visto que o Museu do Ipiranga não se tornou um ponto de referência efetivamente nacional, ou seja, não adquiriu uma dimensão social mais ampliada, não recebendo, ao que parece, não apenas a quantidade de visitantes que se poderia esperar de um lugar transformado em Monumento Nacional, em um dos espaços formadores da nacionalidade brasileira, mas, também, a própria ignorância a respeito de sua existência. Podemos, então, nos interrogar acerca do sucesso do investimento simbólico realizado durante o Sesquicentenário da Independência. (ALMEIDA, 2009, p. 49)

A propaganda do sesquicentenário, além da TV, jornais e revistas, também investiu na circulação de banners enaltecendo a figura do grande herói, D. Pedro I e a ligação com a comemoração dos 150 anos de independência. Tal material circulava pelos institutos de todo o país, e como mencionado anteriormente, havia uma troca de materiais sobre a festa em cada estado com o IHGB, e vice-versa. D. Pedro voltou para casa, um título atrativo para engrandecer a figura do herói, aquele que era um dos responsáveis pelas comemorações que estavam acontecendo, pelo desenvolvimento, assim como o governo militar e seu empenho ao país.

Imagem 1<sup>42</sup>: D. Pedro voltou para casa



<sup>42</sup> Banner fotografado no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP);

Outro banner encontrado no IHGP, dessa vez não oficial, era a homenagem do Grupo Mineiro do Oeste ao sesquicentenário. Ele retrata o grito do Ipiranga e o herói D. Pedro I (herói do passado), e logo abaixo a imagem do então presidente, general Médiçi, o herói do presente, fazendo alusão aos dois momentos, o banner ainda traz a imagem do brasão do país entre os anos representativos 1822 – 1972, e um texto engrandecedor. Neste texto, sem assinatura, o autor (ou autores), faz um retrospecto da história brasileira da época da vinda da família real, o grito do Ipiranga, a regência, o fim do Império e a chegada da República, criticada pela inexperiência política e os constantes abalos que contribuíram “para reduzir a marcha do nosso desenvolvimento econômico e social”. A partir daí o texto vangloria a atuação das Forças Armadas e a coloca como necessária para o fortalecimento do país, por esta, muitas vezes, alertar sobre “os perigosos rumos da cegueira partidária” que conduzia a nação.

Mais abertamente ainda, o texto traz o momento do golpe de 1964 enquanto necessário para evitar o “perigo mortal” que vinha surgindo, e que buscava, através do tumulto, da força e da confusão, “abater a democracia, contestar nossas tradições e impor a nova ordem sem Pátria e sem Deus. ”

Quando tudo parecia perdido, a ponto de emissoras internacionais já anunciarem a substituição do regime, as Forças Armadas fizeram sua definitiva intervenção, repondo a Nação em seu justo lugar. Varridos a subversão, a politicagem, o partidarismo e entregue o Governo a homens patriotas e competentes, em curto tempo tudo se modificou. A Ordem conduziu ao Progresso.

Colocando os militares enquanto “salvadores da Pátria”, o texto busca a todo momento evidenciar que o regime foi necessário para trazer a ordem e o progresso que o Brasil nunca havia efetivamente conquistado. Tudo estaria entrando nos eixos e o país tinha de tudo para triunfar e se tornar uma grande potência.

Ao terceiro Governo da Revolução, que tem a frente a figura exemplar do Presidente EMÍLIO GARRASTAZÚ MÉDICI, coube a honra de atingir outro ponto culminante da História do Brasil – a autonomia econômica.

Na data em que comemoramos o SESQUICENTENÁRIO de nossa independência Política, sentimo-nos orgulhosos: SOMOS UMA GRANDE NAÇÃO!



O texto é finalizado com a citação acima, que engrandece ainda mais a “Revolução” e a atuação de Médiçi, e traz assim a confirmação de que o sesquicentenário era a comemoração não só da independência, mas também (e mais ainda), a comemoração dos planos do governo militar e de sua forte propaganda, que iludia boa parte da população inebriada com o *milagre*.

Imagem 2: Sesquicentenário da Independência – Mapa Cívico



Com toda esta divulgação, os propagandistas fizeram com que a festa fosse impregnada no cotidiano das pessoas e fosse sendo “pano de fundo” para o que estava acontecendo em pleno ápice do governo Médici. Ao mesmo tempo que elaborava interpretações sobre o acontecimento, ela reestabelecia os vínculos entre passado, presente e futuro, buscando legitimar alguns discursos que retratariam os desejos coletivos e que seriam utilizados como símbolo da nação, e assim, como memória.

## **2.2 As instituições a serviço do governo**

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foi criado em 1838 com o objetivo de esboçar a formação da nacionalidade brasileira, sendo a ele direcionado “o papel de única e legítima instância para escrever a história do Brasil e para trazer à luz o verdadeiro caráter da Nação brasileira” (GUIMARÃES, 1988) Fazendo uma visão geral sobre os trabalhos do IHGB, observa-se que, para seus sócios, a construção da nacionalidade se daria não só por conta de alguns acontecimentos importantes da história do país, mas também, através das representações e seleção do passado que iria fomentar essa base da historiografia brasileira.

É perceptível a ligação do IHGB com o Estado e assim com seus interesses. Embora afastado em alguns governos, o instituto teve uma certa aproximação com o governo militar, principalmente em 1972, quando da participação nas comemorações dos 150 anos de independência do Brasil e o engajamento em sua organização, buscando também a conservação da história brasileira que vinha contando desde sua criação.

Até o ano de 1972 apesar de tantos anos de tradição o instituto ainda carecia de uma sede própria. O crédito para construção do edifício foi concedida ainda no governo do presidente Castelo Branco em 1966, mas somente no governo Médici a obra foi concluída. [...] No dia 29 de abril de 1970 o IHGB nomeou o Presidente General Garrastazu Médici como Presidente Honorário, na ocasião, o General proferiu um discurso no qual afirmava que: “A ninguém é lícito ignorar a importância da contribuição da História para o desenvolvimento nacional, como instrumento de ação, para elucidação de temas e definição de alternativas e perspectivas (...). Ninguém governa sem História e sem historiadores.” O general Médici fazendo jus a sua afirmação contava com a parceria do Instituto em seu governo, tanto que o IHGB teve papel de destaque nas comemorações

dos 150 anos, promovendo inúmeros eventos e elaborando a Biblioteca<sup>43</sup>. Fruto dessa parceria, a tão sonhada sede da centenária instituição foi concluída como parte dos festejos. (SOSNOSKI, 2013, p. 47/48)

A nova sede do IHGB foi inaugurada em 05 de setembro de 1972, como parte das realizações dos festejos ao Sesqui. Tal parceria entre governo e instituto trouxe à tona o desejo de se perpetuar aquele momento, principalmente por ser uma obra que perduraria e ficaria como lembrança daquele acontecimento.

Na placa de inauguração, que se encontra ainda hoje no hall de entrada do Instituto contém os dizeres: O presidente da República Gen. Emílio Garrastazu Médici inaugurou este edifício em 5 de setembro de 1972, propiciando sede definitiva ao IHGB fundado em 1838 sob os auspícios de Sua Majestade D. Pedro II e consagrado em labor ininterrupto ao serviço, às tradições e à Glória da Pátria. Casa da Memória Nacional, Sesquicentenário da Independência do Brasil. A cerimônia ocorreu no próprio edifício localizado na Avenida Augusto Severo, Glória, na cidade do Rio de Janeiro. O Presidente General Médici participou da solenidade e recebeu das mãos de Pedro Calmon, “em grande ato de humildade” uma medalha de ouro, cunhada para comemorar a inauguração da sede do IHGB. Pedro Calmon ainda teria pronunciado um “expressivo discurso, sobre o passado e o futuro, este muito beneficiado pelo atual Governo da República”. O nome do General Médici foi dado por Pedro Calmon a uma das salas do Instituto como homenagem a sua inestimável colaboração, mas após a morte de Calmon a sala Médici desapareceu. (SOSNOSKI, 2013, p. 49/50)

Através da passagem acima, observa-se a forte ligação do instituto com o governo Médici e sua tentativa de legitimação. No destaque dado, embora não se tenha acesso ao discurso de Pedro Calmon, presidente do IHGB na época, reafirmamos o agenciamento feito do passado para ilustrar o futuro do país com o governo militar no comando. A parceria entre o IHGB e o governo Médici se realizou na participação ativa do instituto nas comemorações dos 150 anos da

---

<sup>43</sup> Fora criada uma coleção de livros em 1972, a chamada Biblioteca do Sesquicentenário. Esta coleção “tinha como intuito editar e reeditar obras sobre a Independência do Brasil e outras que fossem consideradas importantes para a compreensão do período. A criação de uma biblioteca com obras sobre a Independência do Brasil resalta a característica mnemônica da historiografia, na qual o que se registra na escrita da história se confunde por vezes com a história nacional. As obras que compõem a Biblioteca falam de dois tempos 1822 e 1972. Desta forma além de se estruturar um discurso sobre o acontecimento comemorado (Independência), a Biblioteca também tinha como função legitimar o poder vigente à época das comemorações.” (SOSNOSKI, 2013, p. 7)

Independência. O instituto, em 1971, foi constituído como “o legítimo intérprete do pensamento e do sentimento brasileiro – ao organizar um programa de comemoração do Sesquicentenário da nossa Independência”.<sup>44</sup>

Nesse âmbito, o IHGB realizou um Curso de Conferências sobre a História da Independência do Brasil, um Congresso sobre a Independência, cerimônias e reuniões, uma grande exposição, emissão de selos e medalhas, publicações, reproduções e reedições. No entanto para realização dos eventos acima mencionados, o Instituto dependia de verba federal. Em janeiro de 1972, antes mesmo do começo oficial do calendário comemorativo, o IHGB realizou uma palestra sobre a importância do Fico na história da Independência, na ocasião o Instituto apresentou três de suas relíquias, a máscara mortuária de José Bonifácio, a espada de Duque de Caxias e o manuscrito do Hino da Independência escrito por D. Pedro. Tal evento abriu as comemorações do Sesquicentenário pelo IHGB, neste dia também se anunciou o encontro cívico nacional em 21 de abril, primeiro evento do calendário oficial. (SOSNOSKI, 2013, p. 50)

O IHGB atuou também, além dessas atividades, na valorização da atuação militar na independência. Ao escrever sobre o tema, Adjovanes Thadeu Silva de Almeida recorda que Francisco Ruas Santos, integrante do Estado Maior do Exército, foi solicitado pelo instituto para que “proferisse palestra referente aos ‘aspectos militares’ do processo emancipatório do Brasil, nas dependências do Ministério da Educação e da Cultura.” (2013, p.67).

Continuando com a reflexão feita por Adjovanes, entende-se o que realmente significa a relação IHGB-Governo Médici.

[...] a centralidade do IHGB nas comemorações do Sesquicentenário pode ser identificada não como simples oportunismo em troca da construção de uma nova sede, mas como o resultado de uma junção de diversos interesses de ambos os lados, que foi cimentada por uma comunhão ideológica entre a centenária agremiação e o governo militar: a defesa de um nacionalismo conservador, a valorização da integridade territorial do país, o culto aos grandes homens e a confecção de uma história “patriótica”, entre outros elementos fundamentais.(ALMEIDA, 2013, p. 247)

Tal apontamento é importante para se pensar numa parceria que vai além da contribuição com o regime, mas também, a identificação de seus membros com alguns ideais defendidos pelo governo. Além de compartilharem de uma

---

<sup>44</sup> Revista do IHGB, Volume 291 (Abril- Junho, 1971, p.298)

mesma visão de história. “A história, no projeto do IHGB, articula futuro, presente e passado, é uma história submetida a uma memória, que lê o passado segundo as construções e demandas do presente.” (GUIMARÃES, 1988, p. 200). Era assim a visão de história que o regime precisava no momento das comemorações, a de uma história objetiva e acrítica. A ditadura vai tomar a história do IHGB para tentar difundir uma história do Brasil, sem rupturas, pacífica, feita pelos grandes homens e ao mesmo tempo compensar o instituto com benesses, como cargos em alguns órgãos públicos. Esta é a visão de história que o regime entornou fôlego, produzida nos institutos históricos, inclusive o paraibano, que também vai se coadunar ao golpe e a ditadura. Alguns membros do IHGP, por exemplo, ocupavam lugares nas universidades como professores, como é o caso de Humberto Nóbrega que foi reitor da UFPB, Pedro Nicodemos, Vilma dos Santos Cardoso do CCHLA da UFPB, entre outros.

E tais características não eram recentes. Os institutos tinham já desde muito antes essa forte ligação com o governo e a distribuição de cargos por seus membros. Como expõe Margarida Maria Dias de Oliveira, no caso paraibano

Os fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, em linhas gerais, apresentavam grandes semelhanças com os fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Também tinham, como atividade principal, cargos públicos e/ou burocráticos. Com formação idêntica, construída, principalmente, nos bancos escolares do Liceu Paraibano e/ou na Faculdade de Direito de Recife, ocuparam cargos políticos-chaves na política paraibana. Exerceram funções de presidentes, vice-presidentes do Estado, deputados, senadores, conselheiros municipais. Tiveram atuação importante na imprensa local como diretores, redatores, colaboradores dos principais jornais. Neles começaram a escrever o que, mais tarde, iriam qualificar como a história da Paraíba. [...] O que constatavam era a existência de uma crônica sobre a Paraíba, muito ligada a Pernambuco e ao Brasil. Não havia a história da Paraíba. A fundação do IHGP previa, além da organização das fontes e outras tarefas tidas como importantes, o objetivo maior de escrever a história da Paraíba. Quando a isso se adicionava o fato de ser escrita pelos próprios paraibanos, a relevância do objetivo era multiplicada. [...] Observa-se que o Instituto Histórico, desde sua criação, mantém uma ligação íntima com o Estado como favorecedor de toda a infraestrutura necessária para sua instalação e implementação dos seus objetivos. Favorecimentos concedidos desde o espaço físico até as subvenções mensais que lhe davam condições para o procedimento de todas as tarefas vinculadas à pesquisa histórica e geográfica, tais como visita a localidades, organização das fontes históricas e o mais importante, a publicação da Revista. Com isso, o Estado garante, até a



fundação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), ao IHGP a condição de único foco de produção da história paraibana. (OLIVEIRA, 2011, p. 39/40)

Trazendo para o contexto local, deve-se vislumbrar para a criação e papel do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), vinculado a experiência bem sucedida do IHGB. A necessidade de formulação de uma história paraibana começou a ser veiculada nos jornais locais na passagem da Monarquia para a República. Apesar disso, só em 1905 a ideia de fundação do IHGP foi concretizada.

O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano nasceu de uma Comissão formada para programar as comemorações do dia 07 de setembro de 1905. Dessa Comissão, participavam, entre outros, o próprio Presidente do Estado, Álvaro Machado, e o Bispo D. Adauto de Miranda Henriques. Uma subcomissão foi escolhida para elaborar o projeto de estatutos do IHGP constituída por Flávio Maroja, João Pereira de Castro Pinto, Manoel Tavares Cavalcanti, João Machado da Silva, João de Lyra Tavares, Francisco Coutinho de Lima e Moura e Irineu Ferreira Pinto. Projeto que foi aprovado em 12 de outubro de 1905, quando o Instituto Histórico foi definitivamente instalado. (OLIVEIRA, 2011, p 40)

Assim como o IHGB, o instituto local também se mostrou simpático aos militares, dando declarações de apoio ao golpe. Através do registro trazido por Luiz Hugo Guimarães<sup>45</sup> no volume 1 da *História do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, vislumbra-se bem o posicionamento do IHGP e até mesmo do próprio autor, que foi presidente do IHGP na década de 90, ao tratar o golpe de 1964 enquanto “movimento de 1964”.

Com a eclosão do movimento de 1964, quando os militares depuseram o presidente João Goulart, foi diferente. O presidente Cônego Francisco Lima aproveitou a sessão solene de posse do sócio efetivo Newton Nobre de Lacerda e, encerrando os trabalhos, aproveitou o ensejo *para prestar ao novo Governo da República o apoio do Instituto, com a colaboração franca dos seus sócios à obra de reestruturação moral e social por este Governo empreendida*. Em sua fala final, diz textualmente: *É a primeira vez que o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano se reúne em sessão solene, após a vitória da Revolução de 31 de março. O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano presta ao*

---

<sup>45</sup> Era bacharel em direito, professor universitário e dirigiu o IHGP por três mandatos. Falecido em 2009, Luiz Hugo Guimarães também foi presidente do CGT e presidente do sindicato dos bancários, perdeu o emprego de professor e foi preso e mandado para Fernando de Noronha;

*novo Governo o seu apoio, e mais que o seu apoio, a sua colaboração nesta obra de reestruturação moral-social que ele empreende no Brasil. / O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano reafirma-se contrário a quaisquer ideologias absurdas e abstrusas que ameaçam a segurança e a estabilidade do regime. / O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano reafirma-se contrário à desonestidade e à corrupção administrativa, que enriquecendo mais o rico e empobrecendo mais o pobre é caldo de cultura das piores agitações, das piores rebeldias. / À luz do amor de Deus e da Pátria é este o nosso princípio, é esta a nossa linha de conduta. (1998, p. 139/140)*

Observa-se nesta citação o quanto explícito fora este apoio do instituto ao governo, chegando a vangloriar os “feitos” dos militares e depositar neles a esperança de um país próspero, livre da desonestidade e corrupção, no qual o instituto estaria disposto “a colaboração franca dos seus sócios à obra de reestruturação moral e social por este Governo empreendida. ”

Como nos aponta Adjovanes Thadeu Silva de Almeida:

Ao longo de 1972, diversos livros “clássicos” sobre História do Brasil foram reeditados; em geral, eles caracterizavam-se pelo destaque concedido aos acontecimentos políticos e aos líderes (“grandes homens”); tal historiografia pautava-se por uma “história política de tipo tradicional”, caracterizando-se pelo excessivo factualismo. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) obteve significativo destaque, não só na nova publicação de obras antigas, mas, especialmente, na realização de curso sobre o Sesquicentenário da Independência do Brasil, tendo recebido chancela oficial, através do presidente da Comissão Executiva dos Festejos, general Antonio Jorge Correa. Ademais, o IHGB obteve apoio do Ministério da Educação e Cultura (MEC); não por coincidência, o general Médici presidiu a cerimônia de inauguração da nova sede do centenário IHGB (fundado em 1838), na cidade do Rio de Janeiro, em 05/09/1972. Podemos inferir que a opção por priorizar o IHGB nos festejos, em detrimento das instituições universitárias, repousou na sólida reputação intelectual do Instituto, e do prestígio internacional desfrutado por sua biblioteca; mas, principalmente, pelo fato de ser contemporâneo do período imperial. Contudo, tal escolha implicava, de modo bastante explícito, na aceitação da Memória, em detrimento da História. (2005, p.6)

Assim, de tal maneira, o IHGB estimulou a criação de diversos outros institutos em todo o país afim de se ter contribuições para a formulação da “história” geral do Brasil e para uma integração nacional.

Em pesquisa realizada na sede do IHGP, localizada em João Pessoa, pouco se viu sobre a participação do instituto nas comemorações do

sesquicentenário. Muito disso se deu pela pouca e até falta de documentação oficial, como as atas, uma parte não encontrada<sup>46</sup> até o presente momento desta escrita.

Sumariamente, foi encontrado em uma das revistas do IHGP, um pequeno texto publicado na edição de número 20, já em 1974<sup>47</sup>, um bom tempo depois da festa. O artigo se intitula *Sesquicentenário do Brasil Independente*, e é a transcrição de uma palestra proferida por Antônio Freire, divulgada pela rádio Tabajara durante a Semana da Pátria, por designação do instituto paraibano. Nele, o autor traz alguns apontamentos do pré-independência e do seu desenrolar, como também a participação da Paraíba neste processo. Somente ao final do texto, Freire remonta o momento das comemorações do sesquicentenário, vangloriando a imagem de D. Pedro I e seu “ato de bravura”, mas, não trazendo nada acerca dos festejos no estado.

Para comemorar esse feito glorioso o governo instituiu a “Semana da Pátria” comemorada por todas as células vivas da nacionalidade. E como não podia deixar de ser, a figura de D. Pedro I, cidadão de duas pátrias, libertador de dois povos, governante de dois impérios, mandatário do Brasil e de Portugal, avulta dos festejos de nossa Independência como o herói inesquecível da causa libertária. Daí o reconhecimento do povo brasileiro ao cidadão que lhe deu a liberdade. Andaram bem inspirados os governos de Brasil e de Portugal concedendo este ao Brasil a honra de guardar em seu solo os despojos de nosso primeiro Imperador. E neste ano do sesquicentenário de nossa Independência, Brasil e Portugal estão mais uma vez irmanados dividindo os restos mortais daquele que tanto engrandeceu as duas pátrias. O Brasil velará no Monumento do Ipiranga as cinzas de seu bravo libertador. Portugal cingirá ao peito o coração de seu filho estremecido. (1974, p. 105)

Esse trecho mostra bem a visão do IHGP sobre os festejos, mesmo posicionamento do IHGB e muitas outras instituições que foram amigáveis e

---

<sup>46</sup> Falta parcial de uma parte significativa das atas do IHGP, que do ano de 1968 há um hiato até o ano de 1977, sem ao menos estarem catalogados no índice de pesquisa disponibilizado pelo instituto, que até agora não conseguiu localizar tais atas “sumidas”. Infelizmente o IHGP fechou por tempo indeterminado por falta de verba do Governo do Estado no início de maio de 2017, impossibilitando o caminhar de nossa pesquisa no momento. Seria uma importante documentação para análise no presente capítulo, visto que traria contribuições mais à fundo sobre a temática aqui desenvolvida.

<sup>47</sup> Primeira revista lançada depois da festa. Nas revistas do ano de 1972 não há relatos sobre as comemorações;

colocaram em um pedestal a figura de D. Pedro I, seguindo assim os planos da ditadura militar, que acabou por atualizar a visão positivista da história, a história dos “grandes heróis” e dos “grandes feitos”.

Outra documentação garimpada no acervo do IHGP foram as correspondências enviadas e recebidas pela instituição no ano de 1972. Infelizmente, muito escassas, havendo apenas duas correspondências recebidas que falam de alguma relação do IHGP com o sesquicentenário.

A correspondência, datada de 05 de maio de 1972, enviada pelo diretor do Arquivo Nacional, Raul Lima, traz uma solicitação ao então presidente do IHGP, Humberto Nóbrega, de um repertório dos manuscritos da casa que se relacionam, direta ou indiretamente, com o sesquicentenário. Infelizmente, não encontramos no acervo a resposta desta correspondência, que seria de suma importância, já que traria muitos aspectos pertinentes aos festejos na Paraíba e a participação de diversas entidades e sua relação com o governo. Segue a descrição da solicitação:

Em consideração ao Sesquicentenário da Independência do Brasil no corrente ano, o Serviço de Registro e Assistência do Arquivo Nacional, está no afã de fazer o levantamento e a catalogação da documentação localizada em todo país sobre o magno acontecimento. Do exposto, solicito com o maior empenho a valiosa cooperação de V. As. No sentido de enviar ao S.R.A., do Arquivo Nacional, um repertório, em relação ou em fichas, dos manuscritos em custódia nesse órgão, e que se relacionem direta ou indiretamente com a pesquisa em apreço. Igualmente solicito, a V.Sa. o favor de nos informar sobre nomes e endereços de instituições nesse Estado que eventualmente possuam documentação que interesse a esta pesquisa. (05 maio de 1972)

Outra correspondência também recebida pelo IHGP e que gira em torno do sesquicentenário, é datada de 25 de julho de 1972 e enviada pelo IHGB, traz um convite ao presidente do IHGP para participar do Congresso de História da Independência do Brasil, também sem resposta encontrada. Pelo índice, o congresso estava sendo organizado pelo IHGB, pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e pela CEC (Comissão Executiva Central do Sesquicentenário). Observa-se na correspondência que tal congresso iria acontecer bem na “Semana da Pátria”, sendo assim mais um dos inúmeros eventos realizados naquele ápice de comemorações.

Tenho o prazer de, em terceira comunicação, dirigir-me a V. Ex<sup>a</sup>. solicitando o obséquio de informar quando deseja vir ao Rio de

Janeiro para participar do Congresso da História da Independência, a realizar-se de 28 de agosto a 5 de setembro próximos. O motivo desta solicitação é por à sua disposição, com antecedência necessária, passagem aérea pela Companhia que preferir. (25 de julho de 1972)

Um fato importante a se destacar a nível nacional, é que o IHGB já não detinha o controle da produção de conhecimento sobre o Brasil há algum tempo. O instituto preconizava pela “ideia de escrever uma história científica nos moldes de ciência do século XIX. O interesse era fazer uma história objetiva, sem a possibilidade de existir contestações.” (MORAIS, 2015, p. 237). Os institutos vão centrar e enfatizar na questão da história que a ditadura recuperou e que fica escancarado no sesquicentenário a propósito do episódio da independência que condensa toda uma concepção de história positivista, e que era produzida nestes institutos que tiveram papel crucial na festa. Paralelamente, as universidades despontavam produzindo uma história científica diferente da baseada nos grandes heróis e grandes acontecimentos. Havia assim, a problematização de assuntos e o surgimento de muitas contestações sobre o passado do país.

### **CAPÍTULO 3: AS COMEMORAÇÕES DO SESQUICENTENÁRIO EM CAMPINA GRANDE PELAS PÁGINAS DO JORNAL DA PARAÍBA**

*Os jornais são aparelhos ideológicos cuja função é transformar uma verdade de classe num senso comum, assimilado pelas demais classes como verdade coletiva - isto é, exerce o papel cultural de propagador de ideologia. Ela embute uma ética, mas também a ética não é inocente: ela é uma ética de classe.*  
Antonio Gramsci

#### **3.1 O jornal como fonte histórica: apontamentos e possibilidades**

Mediante premissas lógicas, percebe-se o quanto é importante termos o passado como um objeto a ser estudado e lembrado, remetendo-se a esta função o historiador, que vem a buscar sinais deste passado e formas para que possamos compreendê-lo e assim alcançar respostas para as inúmeras indagações sobre o que aconteceu em um período da história anterior ao nosso.

Sob tal aspecto, notamos que o historiador deve estar à procura constante e regular de fontes que viabilizem o seu contato com as experiências que já se consumaram ao longo do tempo. Fora desse tipo de ação, a pesquisa histórica fica sujeita à produção de suposições e julgamentos que fogem ao compromisso do historiador em conferir voz ao tempo que ele observa e pesquisa. Sendo assim, as fontes históricas aparecem como elementos de suma importância em tal caminhada. (SOUSA, 2011)

A partir da identificação de um fato histórico, torna-se mais claro evidenciar as fontes históricas, seu legado e sua utilização, já que estas podem ser consideradas como o único fator para um historiador estudar o passado, sua ferramenta de trabalho. Porém, deve-se atentar que nem toda fonte histórica é verdadeira absolutamente, podendo ser considerada apenas como mais uma “prova” de uma dada hipótese verdadeira, que precisa ser analisada e criticada pelo historiador e assim compreendida, sem deixar de relevar, a época em que foi construída, quem foi o sujeito que a construiu e o que se pretendia com ela.

No tocante do documento, atribui-se o significado de “prova”, uma prova histórica, um testemunho escrito que vem opor-se à intencionalidade do monumento, por ser o documento um “papel justificado”, mesmo que esteja presente em parcela mínima existente. A partir do século XX o termo “documento” será colocado em primeiro plano, havendo assim o triunfo do documento, com base na escola positivista que no final do século XIX e início do

XX, põe o documento como fundamento do fato histórico e como documento sendo monumento. Lefebvre (fundador da ideia de fonte histórica), afirmava que se os fatos históricos não fossem registrados como documentos, haveria a perda dos mesmos, e como elenca Karnal e Tatsch (2009, p. 09), “o documento é a pedra fundamental do pensamento histórico.” E ainda dentro deste apontamento, Karnal e Tatsch (2009, p. 17) colocam que, “O documento histórico é raramente ‘dócil’, ‘aberto’ ou ‘fácil’”, demonstrando a difícil tarefa do historiador em interpretar certo documento e a atrelá-lo um significado totalmente coerente e verdadeiro.

Apesar de ser considerado por alguns historiadores como uma fonte historiográfica tradicional, o jornal tem conseguido atrair a atenção de vários pesquisadores por sua riqueza de informações, opiniões e acontecimentos. Como qualquer fonte histórica, os jornais devem ser utilizados criticamente pelo historiador, para não correr o risco de se deixar levar pelo discurso da fonte e, conseqüentemente, realizar uma análise precipitada e superficial. É preciso vê-lo enquanto testemunho histórico, mas também enquanto agente que interfere no curso dos acontecimentos, por ser este, portador de um projeto político.

O pesquisador deve estar ciente que um periódico está envolvido em um jogo de interesses. O que ele retrata nem sempre é um relato fiel do ocorrido, por existir por trás da reportagem, na maioria das vezes, a defesa de um posicionamento político, de uma causa, de um público alvo. É preciso se ter o olhar crítico e conhecer a história do jornal e suas influências, para que se possa fazer uma boa análise do mesmo e assim utiliza-lo como uma fonte histórica. Deve-se destacar, que o jornal, embora exerça uma função pública de informação, é um órgão privado que tem como objetivo principal a obtenção de lucro.

No contexto aqui proposto, o que a mídia fazia, era fingir que não havia censura e, com raras exceções, alinhar-se ao regime, ajudando-o na construção de uma realidade onde o conflito era substituído, pelo menos na ótica oficial, pelo consenso. Como já sabido, o regime pretendia conquistar a simpatia do povo, e assim, conquistar a tão sonhada legitimação acompanhada da manutenção no poder por um longo tempo. Isso nos traz à tona o quanto a ação dos militares tinha cunho ideológico, assim como a mídia, ao dar suporte a ditadura.

Refletindo sobre isto, recorremos a Antonio Gramsci e sua compreensão acerca do papel do intelectual e do jornal enquanto portador de um projeto político. Como na frase de abertura deste capítulo, Gramsci aponta que os jornais são aparelhos ideológicos cuja função é transformar uma verdade de classe num senso comum com a finalidade de propagar uma ideologia, a ideologia do grupo responsável pelo periódico, que servia a um projeto maior. Nestes moldes pensados por Gramsci, ele atribui uma grande relevância ao ofício da imprensa, já que, para ele, esta seria um partido ampliado, e assim, luta por um objetivo. Acerca disso, Lino Geraldo Resende expõe que Gramsci

Coloca, ainda, o jornal dentro do que chamou de aparelhos privados de hegemonia, já que a mídia ajuda na construção e na manutenção da hegemonia. Pode, por outro lado, exercer um papel contra-hegemônico, contribuindo, neste caso, para a substituição de uma hegemonia por outra. Neste caso, através do trabalho dos intelectuais orgânicos, ajuda na difusão de uma nova ideologia, com o objetivo de torná-la senso comum e entranhá-la na sociedade civil de tal forma que se transforme em visão de mundo das várias classes sociais. O que Gramsci teoriza, baseado na sua própria experiência de ação política, é que, em primeiro lugar, um jornal pode ser usado como um partido ampliado, buscando alargar a ação de conquista do poder mediante a construção de uma nova hegemonia e, portanto, da instalação de uma nova ideologia. Em segundo lugar, liga a ação do jornal à dos intelectuais orgânicos, chaves no processo de estabelecimento de uma nova hegemonia ou na manutenção da existente. Neste caso, cita Benedetto Croce, um dos mais conhecidos intelectuais da Itália no início do século XX, cuja ação foi, sempre, no sentido de manter a hegemonia existente. Em terceiro lugar, Gramsci afirma que não há um único caminho para a construção desta nova ideologia e da nova hegemonia. O trabalho deve ser multifacetado, pois “Não basta a premissa da “difusão orgânica, por um centro homogêneo, de um modo de pensar e de agir homogêneo. O mesmo raio luminoso, passando por prismas diversos, dá refrações de luz diversas: se se pretende obter a mesma refração é necessária toda uma série de retificações nos prismas singulares. (...) é necessária a adaptação de cada conceito às diversas peculiaridades e tradições culturais”. [...] O papel do jornal integra-se, aqui, ao do jornalista. Os dois, no entender de Gramsci, podem – e devem – exercer um papel de formação de uma cultura, criando uma nova consciência, ajudando na difusão e implantação de uma nova ideologia e, como consequência deste trabalho, construindo uma nova hegemonia. (RESENDE, 2006, p. 5)

As comemorações alusivas ao sesquicentenário chamaram toda a atenção para sua construção, inclusive com a participação de parte da população, que foi “levada” a entrar nas festividades através da euforia



disseminada nas propagandas, que transmitia o caráter de integração ao todo social e agregando uma imagem mais popular da festa que de certa forma era uma comemoração ao regime militar e ao período de alta econômica.

No contexto Médici, a articulação golpista tinha na imprensa o grande apoio para propagação de uma imagem diferenciada da realidade e foi com este apoio que conseguiu “encobrir” muitas de suas atitudes repressoras, demonstrando uma imagem branda de seu poderio no país. Canais de comunicação estavam voltados para transmitir o ideário de que a economia imposta ao Brasil pela ditadura correspondia e atendia aos interesses “nacionais” e não de grupos privilegiados, como era o que ocorria. E dentre os governos militares, o período do General Médici foi o que obteve mais destaque quanto a repressão policial e política e a forte propaganda ideológica através da AERP, com a TV, rádio, jornais, revistas entre outros meios. Os propagandistas do regime militar tiveram de burlar uma situação contraditória. De um lado, necessitavam demonstrar valores positivos, de moral, ética e de superioridade; mas por outro, haviam de conviver com um regime ditatorial, censuras, perseguições e demais ações do governo militar. A saída para isso, era desenvolver “uma certa ‘estratégia retórica’ que consistia em afirmar precisamente o inverso do que se tinha.” (FICO, 1997, p. 95)

Interessante refletir sobre o papel dos jornalistas nesse contexto, pois os mesmos se tornam os interlocutores de diversos interesses, podendo ser usados como instrumentos do poder estatal, ou mesmo de grupos políticos. Também por isso se torna tão importante conhecer o perfil reproduzido pelos jornais e, se possível, quem está por trás das notícias. O jornalista age no seu trabalho como um formador de opiniões e este é um papel que Gramsci atrelou aos intelectuais, devendo ser orgânico, e assim, ajudando na difusão de uma ideologia, construindo uma “nova” visão de mundo. Como caracterizado por Gramsci, em seu contexto italiano, um intelectual orgânico seria aquele que age, que participa, e que ajuda na formulação de uma nova hegemonia ou se compromete na manutenção de uma hegemonia existente. Aqui podemos atentar para o foco desta pesquisa, e especificamente, sobre o papel dos intelectuais que estavam por trás das notícias do Jornal da Paraíba, assim como de outros periódicos coniventes com as comemorações do sesquicentenário, que estavam a serviço de um grupo, que tinha um posicionamento político favorável ao regime militar e

que cumpria o papel de dar suporte aos planos do governo, elevando a imagem deste, afim de conquistar a simpatia dos leitores/população. Com a conquista deste consenso de parte da população, os jornalistas/intelectuais orgânicos, estariam contribuindo para a consolidação da ideologia desta classe que detinha o poder, e assim, caminhando para sua tão estimada hegemonia.

Sobre os intelectuais, o escritor italiano aponta

Por isso, seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates). Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante. Uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos. O enorme desenvolvimento obtido pela atividade e pela organização escolar (em sentido lato) nas sociedades que emergiram do mundo medieval indica a importância assumida no mundo moderno pelas categorias e funções intelectuais: assim como se buscou aprofundar e ampliar a “intelectualidade” de cada indivíduo, buscou-se igualmente multiplicar as especializações e aperfeiçoá-las. [...] Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. Esta colocação do problema tem como resultado uma ampliação muito grande do conceito de intelectual, mas só assim se torna possível chegar a uma aproximação concreta à realidade. (GRAMSCI, 2004, p. 18/21)

Tomando tal exemplo, o intelectual orgânico estaria estreitamente ligado ao trabalho de construção de uma nova visão de mundo, se contrapondo ao intelectual tradicional, desligado de sua classe e que se julga autônomo em

relação à sociedade civil. Isto casa com a maneira como o sesquicentenário estava sendo utilizado pelos jornais, de forma a iludir a população, e assim, unir a sociedade em torno de seu objetivo político.

### **3.2 O Jornal da Paraíba noticia o Sesquicentenário em Campina Grande e região**

Fundado em 5 de setembro de 1971, o Jornal da Paraíba faz parte do grupo da Rede Paraíba de Comunicação, responsável também pela TV Cabo Branco e pela TV Paraíba, ambas afiliadas da Rede Globo<sup>48</sup>. O JP nasce com o projeto de poder de uma cidade que sofreu mudanças com o golpe e com a ditadura, passando a ter mais dificuldades em disputar espaço com outros centros regionais como Caruaru e Feira de Santana, por exemplo. Isso sem falar que com o golpe, os militares centralizaram os blocos de poder nas capitais, fazendo assim com que a elite de Campina Grande tentasse buscar uma alternativa para a cidade no momento de crise e redefinição de poderes, do poder central para os poderes locais, antes e depois de 64. É claro o apoio do Jornal da Paraíba e também do Diário da Borborema enquanto fiéis seguidores da ditadura, mas também, como parte desse projeto de tentar barganhar favores, verbas, instituições que tentam se instalar na cidade como a Wallig, os incentivos de órgãos como a SUDENE, projetos de reordenamento urbano. O jornal será assim parte desse esforço maior da elite, assim como o Rotary, o Lions, a Associação Comercial dentre outras entidades no contexto da ditadura.

Como reflete Luciano Mendonça de Lima, o contexto da época - de um governo militar, talvez possa explicar

em grande medida, a aproximação do jornal ao projeto da Ditadura Militar instalado em todo país em 1964. Neste movimento o JP não estava só, pois sabemos hoje que a maior parte da mídia local, estadual e nacional seguiu este caminho, seja premida pelas circunstâncias, por conveniência ou mesmo por adesismo ativo. (2011)

Em 7 de abril de 2016, o presidente da Rede Paraíba de Comunicação, Eduardo Carlos, anunciou a suspensão da versão impressa. O motivo foi a crise econômica e o crescimento das mídias digitais, como diz o comunicado. A última

---

<sup>48</sup> O atrelamento as organizações Globo se deu no ano de 1987;

edição foi publicada no dia 10 de abril de 2016. Com isso, o periódico mudou para a versão online.

Sob tal contexto, foram garimpadas diversas notícias publicadas pelo JP acerca das comemorações do Sesquicentenário e que nos remete ao apoio deste periódico ao governo militar. Seu conteúdo era baseado principalmente no enaltecimento das festividades na Paraíba, passando para o leitor a grandiosidade daquele momento. Através dessas notícias, o JP tentou transmitir o engrandecimento dos atos do governo, tanto estadual quanto nacional.

Assim, chegamos aqui com a proposta de análise das notícias veiculadas pelo Jornal da Paraíba durante o mês de setembro de 1972 sobre as comemorações do sesquicentenário de independência do Brasil. As notícias veiculadas no Jornal da Paraíba frente ao ano cívico nos remetem a forma como o jornal foi aberto para a promoção e apoio ao regime militar, ao governo Médici e as comemorações do Sesquicentenário, promovendo o ano de 1972 como ano cívico, ano de desenvolvimento e de festejar tal cenário.

Iniciando a análise sobre as notícias veiculadas, em 1º de setembro de 1972, o JP traz em sua página 4, um fato nada convencional. A notícia vem intitulada: “Médici vai indultar presos no dia 7 excluindo políticos” e traz em seu texto o motivo para tal medida: as comemorações do sesquicentenário.

Já está na Presidência da República sendo submetido a estudos finais, o projeto do decreto que indutará e comutará penas de presos no próximo dia 7 de setembro, em comemoração ao sesquicentenário da independência. Segundo o projeto, elaborado no Ministério da Justiça, serão indutados todos os presos primários, com penas de até três anos que já tenham sido cumpridas em pelo menos um terço, e as penas de mais de três anos, em presos primários, serão comutadas em proporções não superiores a 40%. [...] Porta-voz do Ministério da Justiça adiantou que a medida se restringirá a presos comuns, estando excluído os indutos a presos políticos, mesmo aqueles que cumprem penas leves. [...] Fontes do Ministério da Justiça acrescentaram que a medida inspira-se numa antiga tradição brasileira, de comutar penas em épocas de grandes festas nacionais, como já aconteceu no centenário da independência, em 1922. (Jornal da Paraíba, 1º de setembro de 1972, p. 4)

Mediante tais trechos, podemos analisar o quanto a festa cívica estava sendo elevada a ponto de decidirem soltar presos, exatamente no dia 7 de setembro, para, de certa forma, mostrar que o governo do general Médici estaria fazendo uma “boa ação” em nome da nação e da festa. Não é algo convencional,

mesmo sendo uma “tradição” como elencado na própria notícia e por isso causa estranheza tal atitude, mas serve para observar os limites, ou não, de onde a “política” é capaz de chegar. Mas claro, atentando para o fato de se tratar de indultar apenas presos comuns, excluindo os presos políticos, pois isso tem um a razão de ser, quando boa parte da esquerda estava no exílio, outra na clandestinidade e a outra parte que sobreviveu as torturas estava presa. Então para os militares os presos políticos eram os mais perigosos, eram os subversivos, os comunas e estes não mereciam o indulto, já que simbolizavam a oposição mais ostensiva ao regime.

Ainda na página 4 há uma pequena nota de um Colégio Estadual de Cabedelo divulgando seu calendário de comemorações, seguindo o mesmo padrão da maioria das instituições, como hasteamento da bandeira, execução do hino nacional e palestras. Essa seria uma “praxe” durante os 5 meses de festividades, honrar a pátria com o culto aos símbolos nacionais.

Na página seguinte (5), há uma lista com o nome das escolas de Campina Grande que participariam do hasteamento da bandeira na Praça do Sesquicentenário<sup>49</sup> seguido da execução do hino nacional e da ordem que desfilariam no dia do desfile cívico.

Ainda referente ao dia 1º de setembro, na coluna Classe A (Página 6), há menções relacionadas a igreja católica, que também participou ativamente das festividades, organizando missas com o objetivo de comemorar o sesquicentenário. Havia também todo o cuidado na organização e aceitação da festa, como observamos no trecho a seguir: “O Bispo Dom Manuel Pereira<sup>50</sup>

---

<sup>49</sup> Praça localizada nas imediações do Açude Velho e prédio da Fiep e que fora reformada no ano de 2014 recebendo o monumento em homenagem a João Carga D’água, líder da Revolta de Quebra-Quilos (1874);

<sup>50</sup> É importante relativizar a atuação da Igreja Católica neste período, mostrando suas ambiguidades, por exemplo, Dom Manuel Pereira ao mesmo tempo que apoiava estas atividades também foi “incomodado” pelo regime, contestando-o. Em um dado caso, Dom Manuel recusou um convite feito pelo major Antônio Paulo Câmara para celebrar uma missa de “ação de graças” aos 8 anos da “Revolução” comemorados em 1972. “Para o bispo campinense, a recusa em celebrar a missa pautava-se em alguns pontos. De acordo com Dom Manuel Pereira da Costa: Nas presentes circunstâncias e como membro da CNBB, face às tensões criadas em várias áreas, por parte de autoridades, com respeito a vários irmãos nossos no episcopado, não me parecia coerente ser eu o celebrante da missa. Acentuei que sabia reconhecer aspectos positivos no programa da Revolução, mas não podia concordar com outros aspectos, sobretudo no que se referia à defesa dos direitos humanos que, em muitos casos não estavam sendo respeitados. Naturalmente, todas as minhas colocações não foram aceitas e contrastavam com o modo de pensar daquele oficial. Nesse trecho, dois aspectos sobre o bispo campinense podem ser apontados, um deles diz respeito à atuação social como um dos bispos progressistas atuantes na Paraíba, outro aspecto, o trecho em que cita o reconhecimento de “aspectos positivos no programa da Revolução”, ressalta o

distribuirá textos bíblicos previamente organizados, para favorecer um clima de orações e reflexões apropriadas a grande data. ” É interessante e importante retratar essa participação da igreja nas cerimônias cívicas, não só a igreja católica como também as evangélicas através de cultos, não só no sesquicentenário, amplamente utilizada, como também em celebrações anteriores. Como nos relembra Fabrício de Sousa Moraes,

As relações entre Estado e Igreja, principalmente a católica, foram fundamentais para invenção da nação brasileira. Durante muito tempo, o poder religioso serviu de elo entre Estado e a população. No século XX, outras formas de fazer essa conexão ganharam forma e também força. A mídia escrita pode ser apontada como um desses “novos” elementos de conexão e também de formação dos membros da nação. Isso não significa dizer que as antigas maneiras de aproximação deixaram de existir. (2015, p. 181)

Continuando na mesma coluna da página 6, são citadas outras instituições que também fizeram algum tipo de celebração em comemoração ao sesquicentenário, como o Rotary Clube que em sua reunião semanal, ofereceu uma palestra sobre a “Semana da Independência” proferida pelo major Antônio Paulo Camara e com a presença do interventor do município, Luiz Motta Filho. Os Clubes de serviço de Campina Grande também organizaram uma programação para aquela semana, precisamente para o dia 5 de setembro, com hino à bandeira, invocação a Deus e a participação de outras entidades como o próprio Rotary e o Lions Clube. Como estamos observando até aqui, o posicionamento do JP é de apoio as comemorações, principalmente no papel de divulgação e de mostrar a grandiosidade de tal momento não só em Campina Grande, como em outras cidades e também à nível nacional.

Em 1972, Campina Grande era governada pelo interventor civil Luiz Motta Filho, segundo interventor indicado pela Presidência da República, em

---

posicionamento um tanto contraditório do bispo campinense. Acontece que, frente ao engajamento social de alguns sacerdotes católicos durante as décadas de 1960-1980, Dom Manuel Pereira da Costa vai assumir uma postura mais sutil, sendo seu enfrentamento tímido à ditadura militar.” (FERREIRA, 2017, p. 43/44)

substituição ao general Manoel Paz de Lima<sup>51</sup> que governou a cidade por apenas 14 meses. Nascido em Campina Grande, Luiz Motta Filho era empresário e químico industrial por formação e tomou posse um mês após a nomeação. Como apontado no fascículo 1 do Jornal da Paraíba<sup>52</sup>, durante sua gestão, Luiz Motta revitalizou a iluminação pública na área central e das principais avenidas da cidade e também desapropriou o terreno do Clube de Radioamadores da cidade. O estado da Paraíba era governado por Ernani Sátiro, também indicado por Médici. A ideia de melhorar a qualidade de vida da população veio à tona em 1972, quando houve mais uma vez a preocupação em se reorganizar o espaço urbano, devido ao boom de crescimento do país e o então Milagre Econômico.

Em 1971 Campina Grande contava com uma população de, aproximadamente, 196.000 habitantes, majoritariamente residindo em seu núcleo urbano. O município era administrado pelo interventor Luiz Motta Filho, membro de tradicional família local, indicado para ocupar o cargo de prefeito pelos militares após a cassação de Ronaldo Cunha Lima em 1969. Em termos econômico-sociais, já ia longo o tempo em que a cidade se destacava como centro de projeção regional, derivado em grande medida pela riqueza produzida pelo algodão e pela sua condição de empório comercial. Dos anos sessenta em diante, a esperança era de que a crise fosse superada com um novo surto de desenvolvimento representado pela industrialização, na medida em que as fábricas do centro-sul e até de outros países fossem sendo atraídas para o seu distrito industrial, alimentadas pelos subsídios da SUDENE. (LIMA, 2011)

Ernani Sátiro fora aliado das elites políticas e econômicas do país, principalmente no momento do golpe, e posteriormente, durante a ditadura. Sempre se mostrou um fiel escudeiro do regime, foi presidente da UDN (União Democrática Nacional), partido que se transformou em Arena (Aliança Renovadora Nacional) e deu sustentação aos governos militares. Foi líder do Governo Costa e Silva na Câmara dos Deputados entre 1967 e 1968. Renunciou ao mandato de deputado federal em 9 de maio de 1969 para ser ministro STM. Para o Governo da Paraíba, foi nomeado em 1970, pelo então presidente, Emílio

---

<sup>51</sup> Assumiu em 14 de maio de 1969;

<sup>52</sup> Fascículos publicados em comemoração ao aniversário de 150 anos da cidade de Campina Grande, em 2014;

Garrastazu Médici. E governou entre 15 de março de 1971 e 15 de março de 1975.

Em seu discurso de posse intitulado “tradição e renovação”, Sátyro fala abertamente sobre o apoio ao regime, a tentativa política de adequar os interesses oriundos de uma tradição oligárquica, e também, buscando uma renovação através de seus projetos e realizações. No trecho retirado deste seu discurso, o então governador exalta a “revolução” como salvadora da nação, o regime enquanto “democrático” e tenta justificar o emprego da “força - sem violência”, coisas totalmente distintas do que acontecia desde o golpe. Uma tentativa descabida de convencer a população de que a ditadura era necessária e que não fazia uso da violência, ironicamente, no cenário dos anos de chumbo.

Serei fiel à Revolução de 31 de março de 1964. Quaisquer que sejam os seus erros, ela nos salvou da destruição e do caos. Sou partidário de uma democracia orgânica, dinâmica, capaz de defender-se, e não de uma democracia estática, anêmica e suicida. É necessário, já disse em entrevista à imprensa, não confundir a força com a violência. Não há poder que se sustente sem o apoio da força, empregada com oportunidade e comedimento. Não há regime que sustente na violência, que é a hipertrofia da força. É necessário também não confundir o adversário político com o inimigo do regime. Os partidos políticos devem ser apenas irmãos separados, ecumenicamente ligados nas mesmas inspirações patrióticas. (p. 50)<sup>53</sup>

Toda a efervescência pela qual passava o país fez com que o ano de 1972 fosse palco para a comemoração dos planos militares através da festa dos 150 anos de Independência do Brasil. Não diferentemente, a Paraíba também passou pela articulação entre mídia e governo militar, através dos jornais em circulação na época, como o Diário da Borborema e o Jornal da Paraíba, os quais tomamos como fontes de reflexão da presente pesquisa.

No dia 2 de setembro, logo na capa, o JP traz uma imagem do hasteamento da bandeira e faz menção ao início das solenidades da Semana da Pátria, destacando a participação das escolas do município. Também na capa, há nota sobre a seção especial na Assembleia Legislativa, contando com a presença de várias autoridades e de um professor universitário enquanto

---

<sup>53</sup> Discurso de posse de Ernani Ayres Sátyro e Sousa ao assumir o governo da Paraíba, em 15 de março de 1971. Disponível em: GUEDES, Nonato. *A fala do poder*. João Pessoa: Forma Editorial, 2012.



conferencista daquela seção. Não há mais detalhes sobre tal evento. Muitas vezes o jornal apenas lança notas com as programações em cada instituição e não aprofunda no caráter destas, fazendo um papel mais informativo (claro que não deixando de se posicionar a favor da festa e consequentemente do governo em questão), já que no mês de setembro de 1972, praticamente todos os dias há alguma notícia sobre a festa e seu ápice.

Continuando no segundo dia da semana da pátria, o JP continua trazendo mais sobre as programações de entidades, dessa vez, do Sindicato dos Empregados no Comércio de Campina Grande, que organizou uma sessão solene em comemoração aos 150 anos de independência do país. Observamos como é forte e representativo o envolvimento destas entidades em torno da festa do sesquicentenário, mostrando que estavam participando daquele “momento histórico” para a nação. Obviamente não se deve generalizar, mas pelo levantamento feito até aqui no Jornal da Paraíba e em outros periódicos que circulavam na época, a maioria das instituições fora conivente com as comemorações.

A última notícia do dia 2 de setembro relativa a festa cívica, traz a imagem de uma mulher com a legenda: “Lineide Maria da Silva, é madrinha do Gresse e estará à frente da Festa do Sesquicentenário, no dia seis deste mês.” O Gresse, através de seu departamento feminino, estaria responsável pela programação da data nacional da independência e por seu sucesso, tendo como atração principal da noite o cantor Altemar Dutra. Observamos o quanto cada espaço que programou algo para o dia da independência queria chamar a atenção para a importância daquele momento e como o JP tentou, ao longo de toda a edição da semana da pátria, informar sobre todas as homenagens e como cada entidade contribuiu para a “grandiosidade” da festa.

Para o dia 3 de setembro, o Jornal da Paraíba traz como uma de suas manchetes “Restos de Dom Pedro entregues a São Paulo”. Na notícia há informações sobre a exposição para visitação pública e enterro no Monumento do Ipiranga marcado para o dia 7 setembro, ápice e encerramento da festa. A Câmara Municipal<sup>54</sup> também homenagearia o sesquicentenário com uma sessão

---

<sup>54</sup> As atas da Câmara Municipal foram analisadas também no TCC;

solene<sup>55</sup> no dia 06 de setembro em notícia veiculada no dia 05. É importante frisar que um órgão como uma Câmara de Vereadores teve um certo papel na legitimação do golpe, através de seus políticos e sendo um sustentáculo do projeto militar no âmbito local. À exemplo dos jornais, a Câmara também aderiu ao golpe, comprovado através das atas de suas sessões e da forma como vangloriavam abertamente o governo em suas pautas.

Em manchete no dia 06 de setembro, o Jornal da Paraíba trouxe uma imagem da homenagem ao sesquicentenário realizada pelos quatro clubes Lions e Rotary locais, com a presença de diversas autoridades. Mais uma vez, a participação de instituições é reforçada, como se elas dessem credibilidade ao evento. O que mais se observa nisto, é o fato de tais instituições representarem apenas uma parte da sociedade, políticos, “pessoas influentes”, através por exemplo do destaque da homenagem ao sesquicentenário onde um general a “prestigiou” seguindo de outras autoridades. O próprio local do evento, o Clube Campestre é um clube de natureza de elite, e reuniria ali a “fina flor” da sociedade local, empresários, políticos, profissionais liberais, ligados a classe média que apoiava o regime.

---

<sup>55</sup> Não há nenhuma ata referente a esta sessão solene do dia 06 de setembro de 1972;



**IMAGEM 3 – Homenagem ao Sesquicentenário no Clube Campestre**

Também em primeira página, o JP traz o anúncio de que a edição do dia 7 de setembro será a cores, como uma homenagem ao sesquicentenário. “O ‘Jornal da Paraíba’, aliado a indústria, ao comércio, e as instituições, prestam, assim, sua homenagem ao transcurso do Sesquicentenário, fornecendo um excelente acervo de informações históricas. Guarde seu exemplar.” Como bem visto, o JP estaria anunciando a importância daquele grande dia para toda a nação e que Campina Grande e região estariam também participando ativamente daquele momento e prestando assim a sua homenagem.

Na segunda página referente ao dia 06 de setembro, “véspera do grande dia”, há um texto assinado por Romero Figueiredo Agra intitulado “Independência ou...nada” em que o mesmo traz a importância do gesto de Dom Pedro I e da proclamação da independência de uma forma muito otimista, que, se verídico, o Brasil seria um “mar de rosas”.

Há exatamente 150 anos, este imenso território, ainda quase virgem, vivia horas de apreensão, rebelião e desentendimentos. No decurso, o que era estéril tornou-se fértil: quem era escravo passou a ser livre; os feudos tornaram-se contribuintes da

previdência; os bárbaros conhecem o Mobral; quem importava, exportava; quem devia agora é credor; quem era subversivo atualmente é lápide e quem nos queria fazer voltar a época colonial não tem direito sequer ao voto. Esta é que é a verdade. Um período que refletiu Desenvolvimento pleno e venturoso, Desbravamento, Portos, Cidades, Industrias, Comércio, Telecomunicação, Educação, Saúde, Estradas, Integração Social, Riquezas minerais e um sem número de variáveis que em conjunto asseguram as futuras gerações dignidade, fé e orgulho. Assim somos internamente e para o resto mundo – ostentamos Potência e imprimimos Respeito. Ninguém resistiu ao avanço harmonioso desta Pátria; um Progresso global e integrado ensejou radicais transformações...e até Portugal é Nação amiga. Amanhã estaremos completando século e meio da emancipação política. É o sesquicentenário da independência. Brasileiros de todas as classes sociais do solo, nas ruas saudarão os heróis e mártires de nossa História num entusiasmo evocativo, apológico e ensurdecedor. Exortações meritórias de todos os sentidos serão o extremo óbvio em cada consciência nacional. (Jornal da Paraíba, 6 de setembro de 1972, p. 2)

Este é apenas um trecho do texto totalmente tendencioso que tenta a todo custo vender uma imagem de um país que, ao se tornar independente, extinguiu todas as suas mazelas e se tornou um exemplo de esperança para o povo. Vemos isto nas palavras proferidas pelo autor, que destaca os “avanços” obtidos na época com iniciais maiúsculas, palavras como Potência, Respeito, Progresso, se destacam juntamente as características do “novo” Brasil, de Desenvolvimento pleno e venturoso e que onde “quem era escravo passou a ser livre”... Sabemos muito bem que não foi desta forma! Isso seria uma tentativa de demonstrar a importância de se comemorar os 150 anos da independência, e assim, comparar com a “prosperidade” do momento atual, do milagre econômico, do “sucesso” do governo militar no desenvolvimento do país. Mais uma vez, o Jornal da Paraíba transparece o seu lado da história, publicando textos fantasiosos como este, que chegam a beirar o cômico mediante um leitor bem informado sobre a real face de tais acontecimentos.

Iniciando o dia 7 de setembro, o caderno I desta edição traz um panorama geral do dia da independência, antes de adentrar na edição especial também publicada neste dia. Como manchete, o JP traz a imagem de uma criança em continência, com o título “Civismo no sesqui” e ao lado um pequeno texto sobre a vigília cívica que deu início a programação do dia do sesquicentenário. “Exatamente a 00:00 o professor Antônio Lucena, reitor da Universidade

Regional do Nordeste, ao som do hino pátrio, hasteou o Pavilhão Nacional sob os aplausos da imensa multidão que se perfilou na margem direita do Açude Velho. ” Não há registros fotográficos do público que acompanhou este momento, apenas a imagem da criança, tirada de baixo para cima, a criança de cabeça erguida, em continência, orgulhosa de seu civismo.



**IMAGEM 4 – Civismo no Sesqui**

Também nesta primeira página, há uma notícia intitulada “Cinzas de D. Pedro inumadas no monumento do Ipiranga por Médici e Marcelo Caetano” relatando o momento de inumação ocorrido no dia anterior em São Paulo. “O coral entoou o réquiem de Berlioz enquanto o Presidente Médici e o Primeiro Ministro Marcelo Caetano assinaram a ata de inumação dos restos mortais do Imperador Pedro I.” Tudo parecia milimetricamente organizado e pensado para atrair os olhares não só a nível nacional, mas como também, internacionalmente.

Mais uma vez a sessão solene da Câmara Municipal é noticiada, agora trazendo o que aconteceu na homenagem da casa. Como sempre destacada a presença de autoridades e da imprensa na homenagem ao sesquicentenário comandada pelo presidente, o vereador Gumercindo Barbosa Dunda, que proferiu uma palestra alusiva a data e a significação daquele momento histórico.

Em sua oração, o vereador Gumercindo Barbosa Dunda fez rápida análise dos principais fatos históricos da independência, acentuando que “o movimento libertador da nacionalidade, concretizado as margens do riacho Ipiranga, através dos gestos e palavras do Príncipe Dom Pedro, teve suas sementes lançadas através do sentimento nativo daqueles que, conjurados, mais tarde, os grandes precursores do 7 de setembro de 1822.” (Jornal da Paraíba, 7 de setembro de 1972, p.1)

Refletimos a partir deste trecho o quanto o momento da independência é retratado em todo o jornal, em quase todas as notícias sobre o sesquicentenário há essa volta ao passado glorioso, o destaque a figura e ao ato de Dom Pedro I, a clara tentativa de lhe colocar enquanto um herói nacional, assim como Tiradentes, que também é lembrado em algumas ocasiões.

Ainda sobre a imagem de Dom Pedro I enquanto herói nacional, há um texto na segunda página do dia 7 que o evidencia ainda mais. Intitulada de “150 anos de um jovem País”, o texto traz as informações sobre o desfile cívico e logo depois credita aquele momento ao príncipe, um moço de 24 anos que libertou o país de Portugal.

A população do Brasil, ano de 1822, era de quase 4 milhões, predominando o negro. Hoje, estamos perto dos cem milhões e durante esses cento e cinquenta anos tudo mudou numa busca pelo engrandecimento da Pátria. Pedro I foi coroado. Governou alguns anos e abdicou. Veio Dom Pedro II e o Brasil conheceu uma época de paz, de progresso, de liberdade, a ponto do presidente da Venezuela, Rojas Paul, ao ter notícia da queda da monarquia brasileira, ter dito: “Acabou-se a única República que existia na América: o Império do Brasil. ” Foi proclamada a República, veio a Revolução de 30, veio a de 64. [...] Hoje, o povo brasileiro, unido em torno de um governo sério, fruto da Revolução de 64, cômico das responsabilidades, dos deveres e direitos de cada cidadão, trabalha ativamente para que o Brasil se torne cada vez maior.

Ainda neste texto, não assinado, há o incomodo em se ver o golpe de 1964 ser retratado como “Revolução”. O golpe ocorreu justamente contra as reformas e a democracia, no intuito de evitar as reformas sociais de base

propostas pelo governo Goulart. Por isso, é importante ressaltar que o regime implantado em 1964 não foi uma “Revolução”, mas sim, um golpe contra a possibilidade de mudança no país.

Na página 4 há varias notas sobre o sesquicentenário. A que chama mais atenção é a mensagem da Associação Comercial de Campina Grande, que nos traz todo o discurso que o governo queria propagar, o de que aquele momento era o melhor momento do país, que havia ordem e progresso, e que o Brasil era o “país do futuro”. Vale apenas transmitir toda a mensagem, afim de se refletir de como a mídia fez o seu papel de transmitir à população a imagem de um país que não parava de crescer.

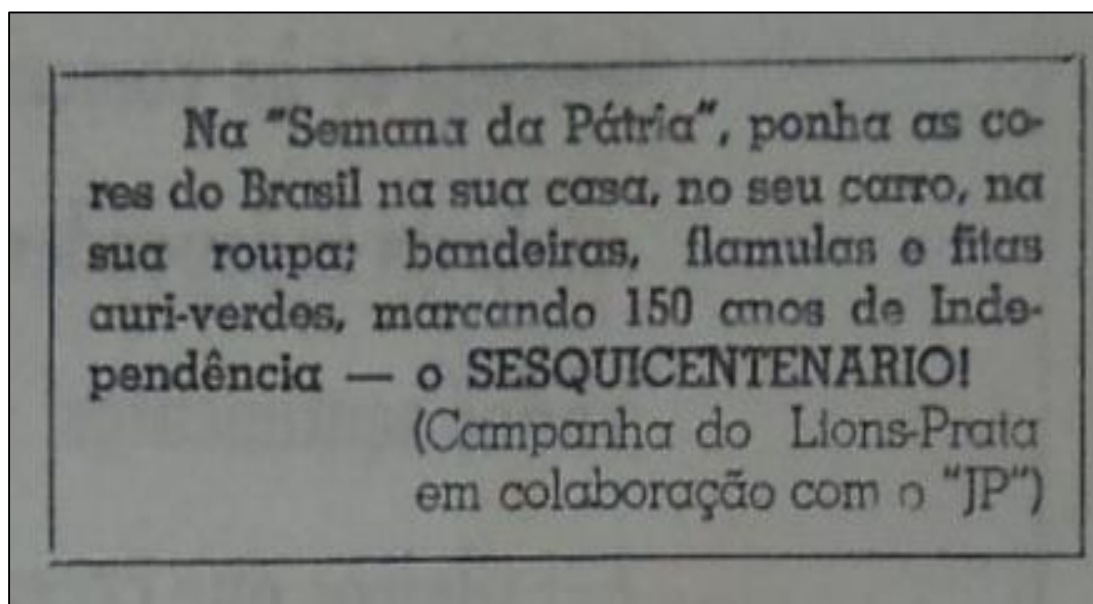
Agora somos 100 milhões de brasileiros de mãos unidas, transmitindo calor humano, fabricando progresso, construindo um Brasil forte e cada vez mais independente. Já não nos preocupamos com o futuro porque temos certeza que cada dia que se passa nos deixa mais próximos de um mundo melhor. Mesmo porque já começamos a viver esse futuro. Há sempre uma esperança nova em cada coração. Executamos um plano de ação, com entusiasmo, e pelos caminhos da fé, haveremos de multiplicar os milagres brasileiros, cobrindo de orgulho os nossos filhos, dimensionando os motivos de admiração e respeito por parte de outros povos. Movidos pelo mais puro sentimento de civismo participamos das comemorações em homenagem ao Sesquicentenário da Independência do Brasil. E agradecemos a Deus por nos ter feito nascer num país livre, gigante e belo. (Jornal da Paraíba, 7 de setembro de 1972, p. 4)

Ao analisar a mensagem, observamos o quanto o discurso é inflamado com o otimismo que se queria transmitir na época, chamando a população a acreditar que tudo aquilo era verdade e que eles também faziam parte do milagre brasileiro. E claro, sempre mencionando Deus e a fé como prerrogativa de “conquista” daqueles mais crédulos. Ironicamente, nos cabe questionar enquanto leitor e pesquisador: “Haveremos de multiplicar os milagres brasileiros para quem? ” “Será que o Brasil era livre mesmo? ” Esses (e outros) são questionamentos críticos a que todos devemos nos perguntar ao analisar uma fonte como o jornal impresso e aquilo que ele publica enquanto verídico.

Ainda nesta mesma página, há notas sobre a homenagem realizada pelo Grêmio Estudantil “Assis Chateaubriand” do Ginásio de Aplicação da Faculdade de Filosofia da Furte, que com a presença de professores, alunos e funcionários, fez alusões as grandes figuras históricas do Brasil e a celebração da juventude, na qual se conclamou os jovens para despertarem e assumirem o seu papel no

desenvolvimento nacional. Outra nota referente a esta página, é novamente, do Clube Lions, que chama a população a enfeitar suas casas, carros com as cores do Brasil, para marcar os 150 anos de sua independência. A população era de certa forma “levada” pela mídia a participar dos festejos, principalmente pela empolgação de fazer parte de grandiosa comemoração, e viemos observando que essa pressão maior se deu no mês de setembro, mês de encerramento e ápice da festa.

**IMAGEM 5 – Nota do Clube Lions**



As próximas duas páginas publicadas pelo JP, trazem o desenvolvimento de várias cidades paraibanas, associando-se ao momento de festejos e ao governo em questão. São títulos como “São Mamede comemora o Sesqui com muitas obras”, “Antenor Navarro é um município progressista”, “Imaculada comemora o Sesquicentenário festejando seus 7 anos como cidade”, “Santa Luzia é terra onde mora o progresso”, “Uirauna tem um prefeito que trabalha”. Observamos o quanto tais títulos de notícias tentam imprimir a ideia de progresso na Paraíba, o quanto, até mesmo as pequenas cidades, estavam se desenvolvendo e acompanhando o país que crescia rapidamente e que estava na rota de se tornar uma grande potência. O corpo destas notícias, traz, em suma, as obras realizadas nas cidades citadas e até mesmo a inauguração destas no dia 7 de setembro, como forma de homenagear o país independente.



Há, em cada notícia, a imagem de alguma obra inaugurada ou à ser inaugurada, na tentativa de mostrar que o progresso havia sim chegado e que era realidade. É válido levar em conta que tais matérias sobre prefeituras e empresas eram possivelmente pagas, mesmo parecendo com matérias de cunho jornalístico, afim de propagandear os avanços das mesmas.



**IMAGEM 6 - Lavanderia pública a ser inaugurada em Imaculada**



**IMAGEM 7 - Parabéns da empresa Wallig Nordeste**

Além de todas as notícias veiculadas no Jornal da Paraíba acerca de homenagens e informações sobre a Semana da Pátria, há também as empresas que tinham espaço no jornal para publicar os seus parabéns a nação. Na maioria dos casos, os parabéns vêm em forma de imagens e com pouco texto, chamando ainda mais atenção dos leitores. Os parabéns da empresa Wallig Nordeste traz os seguintes dizeres: “Aos heróis, aos mártires, e aos mantenedores de nossa Independência a reverência e a gratidão de todos os brasileiros.”

Adentrando agora ao caderno especial elaborado para homenagear os 150 anos de independência, é válido destacar que o Jornal da Paraíba era veiculado em preto e branco e no dia 7 de setembro, fora publicado em tiragem colorida para chamar a atenção do leitor para a festa que estava em seu ápice em todo o país. Junto ao caderno especial também fora publicado um encarte extra<sup>56</sup> com um pouco sobre a história da proclamação da independência, como ocorreu, contexto histórico da época, como também alguns avanços ao longo destes 150 anos de independência.

Logo em sua primeira página, o caderno especial traz as imagens de Leopoldina e D. Pedro I, e um trecho entre estas abordando o momento (22 de setembro de 1822) em que Dom Pedro dirigia carta ao seu pai, Dom João VI, sancionando a independência no sentido de desobediência às Cortes e não ao Rei. O que chama atenção nesta nota é o comentário final feito pelo jornal, “Assim era nosso I imperador. Irrequieto, corajoso, homem de chegar ao extremo.” Elevando a figura de D. Pedro como herói nacional e que “libertou” o país das amarras de Portugal, que chegou ao extremo de ir contra a vontade de seu pai e “libertar” a colônia a qual adotou como nação. Ainda nesta página de capa, há um texto bastante informativo intitulado “Há 150 anos nos separamos de Portugal”, onde retratam mais detalhadamente as etapas e ações a caminho da independência, como a carta de D. Pedro I e a de José Bonifácio (tratadas como manifesto), onde este último deixa clara a tirania com que Portugal trata o Brasil. Também neste texto há uma passagem sobre o momento do grito do Ipiranga, este narrado pelo historiador Oliveira Lima, que passou ao leitor a euforia do evento. “É tempo, ... Independência ou Morte...Estamos separados de Portugal!” O texto não é assinado por ninguém, há apenas esta menção ao historiador Oliveira Lima na passagem do grito do Ipiranga.

---

<sup>56</sup> Como o encarte trata mais da Independência em si, achamos por bem deixar para analisa-lo em outra oportunidade;



IMAGEM 8 – Primeira página do caderno especial do Jornal da Paraíba



Na segunda página do caderno, há um pequeno texto intitulado “São José de Piranhas: um município que progride em ritmo de Brasil Grande”, “Brasil Grande<sup>57</sup>” com iniciais maiúsculas, na tentativa de chamar a atenção para o quanto o país crescia naquele momento, o quanto se tornara “O Brasil que ia pra frente”. Há neste texto uma montagem de imagens de obras realizadas na cidade nos últimos anos, como a construção de caixa d’água, a reconstrução da praça Getúlio Vargas e a construção do grupo escolar Antônio Gomes Barbosa em parceria com o MEC. Em trecho do texto podemos observar como até as menores e mais novas cidades estavam participando das comemorações do sesquicentenário.

São José de Piranhas (Reportagem de Manoel Alexandrino Leite) – Nesta data em que o povo brasileiro comemora cento e cinquenta anos da emancipação política de nossa Pátria, o prefeito Luiz Gonzaga de Oliveira deste município e toda a população de São José de Piranhas, festejam esta grande efeméride com regosijo pelo desenvolvimento que vem obtendo esta cidade que conta com menos de 35 anos de sua fundação pelo Coronel Malaquias Barbosa, nos idos de 1935. [...] Para comemoração do dia da independência que está transcorrendo nesta data, a prefeitura programou várias solenidades que terão participação de autoridades civis, militares e eclesiásticas deste município além do desfile de todos estudantes dos educandários dessa cidade, com discursos de professores e alunos, conferências das autoridades, todas alusivas ao Dia da Independência proclamada pelo imperador D. Pedro I à 7 de setembro de 1822 às margens do Rio Ipiranga. (JORNAL DA PARAÍBA, 07 de setembro de 1972, p. 2)

Além deste texto, há várias notas parabenizando o aniversário de um ano do Jornal da Paraíba e os 150 anos de independência do país. São os mais diversos grupos, como Loja Maçônica, Sindicato dos empregados no comércio de Campina Grande, Malharias, Associação de Panificadores, entre tantas outras, não só ao longo desta edição especial, como também em toda esta

---

<sup>57</sup> À frente da Aerp, Hernani d’Aguiar estimulou e patrocinou a produção de campanhas, de forte cunho oficial, que enalteciam o país de maneira ufanista. Mostravam o “Brasil Grande” e um governo empreendedor. Em outubro de 1968, os participantes de um seminário promovido pela Aerp concluíram que a imagem do governo era ruim. Para melhorá-la, propuseram iniciativas que desviassem a atenção do público para fatos notáveis, através, por exemplo, de concursos de estudantes ou da promoção de eventos do tipo “Brasil Grande”: o milionésimo transportado pela CAN, o imigrante nº 500.000 e assim por diante. Uma espécie de lista de preocupações cívicas que buscava estabelecer uma cidadania decorativa, segundo a qual o cidadão apenas precisava ser lembrado dos motivos que tinha para enaltecer o governo. (FICO, 2010, p. 194/195)

primeira semana de setembro. Nisto, podemos perceber o leque de grupos que tinham alguma relação com o regime ou pelo menos o apoiavam.

Na terceira página há outro texto com o título: “A esquadra que mudou a história do Brasil”, no qual se traz diversos acontecimentos, principalmente, no momento anterior a independência. O texto é do professor diretor do instituto de Estudos latino americanos da universidade de Glasgow na Escócia. Ao longo do texto ele trata de expor, de forma rasa, os decretos de Dom João VI logo de sua chegada ao Brasil. Um deles, o decreto de abertura dos portos do Brasil ao comércio mundial, foi fator relevante para um indicio de ruptura política com Portugal. O autor lança nota de alguns momentos de forma bem superficial, apenas retratando o olhar de “alguém de fora” para uma situação que envolvia tantas outras versões e explicações críticas. Um trecho que chamou a atenção é quando ele relata: “Não consultara o povo, mas este aceitou que D. Pedro falasse por ele – nascera uma nação soberana, independente. Não se travava uma batalha, não se disparara um tiro.” Será mesmo que este “povo”, ao qual o autor cita, sabia do que verdadeiramente se passava na corte? Independência é sinônimo de liberdade? Essa liberdade alcançou todas as pessoas da ex-colônia? Fica assim alguns questionamentos à se refletir posteriormente.

Outro texto alusivo ao caderno especial fora “Bonifácio o patriarca da nossa independência”, onde durante o longo texto o autor desconhecido retrata a vida de José Bonifácio, uma espécie de ministro de D. Pedro, elencando sua vasta formação acadêmica e sua ida para a França onde passara 10 anos estudando.

Durante a sua ausência, Dom João tornara-se príncipe regente, enquanto na França a Revolução cumprira seu ciclo, levando Napoleão Bonaparte ao poder. Mas a política não interessava a José Bonifácio de Andrada e Silva, o grande cientista. [...] o cientista desinteressado da política seria posto à prova. Napoleão mandaria invadir Portugal e a família real retirava-se para o Brasil. No país ocupado pelos franceses, teve início um movimento clandestino de libertação. Entre seus chefes estava José Bonifácio. Ainda em 1808, organizou-se em Coimbra o “Corpo voluntário acadêmico”, que entrou na luta com os invasores, conseguindo libertar algumas regiões. Como militar, chegando ao posto de tenente-coronel, Bonifácio instalou fábricas de munições e também e também com andou tropas de infantaria, no ataque direto ao inimigo. [...] A despeito de todas as ligações que possuía, mantinha-se à margem das disputas... Seu único objetivo era ser desobrigado das funções que exercia, a fim de poder voltar para o Brasil, de onde partira

há tanto tempo. Para isso, enviava longas petições ao rei. Só em 1819 conseguiu ver atendidos seus pedidos. (JORNAL DA PARAÍBA, 07 de setembro de 1972, p. 4)

Logo após seu retorno ao Brasil, José Bonifácio participou do processo de independência do país ao lado de D. Pedro I, propondo várias medidas visando a garantir a autonomia brasileira. Foi ao lado do futuro “imperador” que Bonifácio redigiria manifestos destinados às demais nações, colocando o Brasil como soberano e independente, capaz de governar a si mesmo. Durante todo o texto a figura de José Bonifácio é elevada ao máximo, colocado como tão importante quanto a figura de D. Pedro no processo de independência.

Na quinta página do caderno especial há uma nota sobre Catolé do Rocha: “Catolé do Rocha progride na administração de Benedito Alves Fernandes”. Também com uma montagem de fotos, traz a conclusão do Hotel Municipal e a reconstrução do prédio onde estavam localizadas a Biblioteca Municipal, Agência do IBGE, a presidência municipal do MOBREAL, e logo abaixo a estação rodoviária municipal. O jornal da Paraíba traz em um curto texto a exaltação ao prefeito vigente e suas realizações, assim como trecho sobre o sesquicentenário.

O prefeito deste município Universitário de Economia Benedito Alves Fernandes, cumprirá juntamente com as demais autoridades civis, militares e eclesiásticas de Catolé do Rocha, vasto programa elaborado para o dia de hoje em comemoração ao Sesquicentenário da Independência onde se farão ouvir vários oradores em solenidades públicas, desfiles, conferências, palestras, e outros atos solenes, alusivos a esta festiva data nacional da nossa Pátria, neste 7 de setembro de 1972. (JORNAL DA PARAÍBA, 7 de setembro de 1972, p. 5)

No mesmo molde das notícias sobre algumas cidades do estado, suas administrações e obras inauguradas ou reinauguradas ao longo da semana da pátria e principalmente no dia 7 de setembro, há na página 6 o também exemplo da cidade de Cajazeiras.

Para os festejos do dia de hoje, em comemoração ao sesquicentenário de independência do Brasil, o prefeito Eptácio Leite Rolim, vai inaugurar várias obras construídas na sua administração, além de muitas outras que já foram oficialmente entregues aos cajazeirenses, em outras solenidades públicas. (JORNAL DA PARAÍBA, 7 de setembro de 1972, p. 6)

Seguindo a mesma página há um texto do Edvaldo Silva intitulado “Cento e cinquenta anos”, onde observamos a maior demonstração de apoio a todo o contexto da independência em si e de seu aniversário de 150 anos. Neste, o autor traz trechos como

E o mais importante, é que sempre se procurou uma solução para altos problemas, usando-se em primeiro lugar o raciocínio sereno e equilibrado, só se recorrendo à violência, quando não havia outra solução. Foi assim, que os nossos heróis, nos legaram tão belo exemplo de civismo e devotamento a este país.

Vê-se neste trecho o quanto este discurso de valorização dos “heróis nacionais” é divagado pela mídia, tentando incutir nos leitores essa sensação de “proteção” e preocupação que se havia com o futuro do país, mais fortemente revitalizado no sesquicentenário. Ainda como enfatiza “usando-se em primeiro lugar o raciocínio sereno e equilibrado, só se recorrendo à violência, quando não havia outra solução”. Será? Não seria ao contrário? No regime militar bem sabemos da não existência de um raciocínio sereno e equilibrado, a violência era levada até em casos mínimos e não existia diálogo sereno quando se tratava de uma suspeita de contravenção aos interesses do governo. Outro trecho bastante forte é o final do texto, onde Edvaldo Silva dá nome a estes “heróis” e os coloca enquanto salvadores da Pátria. Vemos nesta fala o quão a exaltação destes ditos “heróis nacionais” é levada ao máximo, e o quanto essas figuras são rememoradas 150 anos depois em comparação com os “atuais heróis”, os generais que faziam daquele momento um *milagre* para os brasileiros.

Finalmente, estamos de parabéns, para que o sacrifício de Tiradentes, a excepcional habilidade política de José Bonifácio e a decisão salvadora de D. Pedro I ao lado da colaboração de outros heróis transformaram-se na apoteose deste 7 de setembro de 1972. (JORNAL DA PARAÍBA, 7 de setembro de 1972, p. 6)

Finalizando a sexta página, há um pequeno texto “O Sesquicentenário” de Hilton Muniz de Brito, onde o mesmo traz o olhar para a ideia do “grande presidente” Médici em comemorar os 150 anos de independência do Brasil. De forma bastante enfática, o autor passa para o leitor a imagem da necessidade de se comemorar tal momento, vangloriando a atitude de Médici e elencando a importante decisão de D. Pedro I declarar a independência, colocada como algo instantâneo: “Retornando, D. João VI deixou seu filho D. Pedro dirigindo os nossos destinos políticos e administrativos. Daí surgiu a feliz ideia de



independência, a qual foi feita pelo próprio príncipe, no dia 7 de setembro de 1822.” Observa-se como este ato é posto como algo rápido, pensado de uma hora para outra... Será mesmo que a independência não fora um longo processo que ocorreu na estrutura da sociedade e se deu por outros interesses?

Hilton Muniz de Brito traz no final de seu texto o retorno dos restos mortais de D. Pedro I para a nação que ele libertou e ainda festejando e bradando tal ocorrido e a efeméride da festa. Este deixa bem claro, inclusive com palavras em caixa alta, a veneração e obrigação do povo brasileiro em reconhecer seu herói, o herói que os libertou das amarras da metrópole.

O Presidente Emílio Garrastazu Médici solicitou ao Governo de Portugal que lhe cedesse os restos mortais daquele grande vulto da História da nossa independência, ou melhor, do seu realizador. E o Presidente de Portugal, Almirante Marcelo Caetano, atendeu ao seu pedido, e D. Pedro I, o nosso querido e saudoso Imperador, voltou ao Brasil, a este Brasil que ele tanto soube amar e lhe deu a glória da imortalidade. E a liberdade do Povo Brasileiro está presente na História da Humanidade! Salve, pois, o Sesquicentenário de nossa gloriosa e augusta INDEPENDÊNCIA! (JORNAL DA PARAÍBA, 7 de setembro de 1972, p. 6)

A impregnação da festa no cotidiano das pessoas trouxe o sentimento de integração nacional, de partilha com toda a comunidade, do partilhar da mesma história, mesmo passado. O clima de comemoração, a presença do corpo de D. Pedro I no país – herói nacional, percorrendo todas as capitais e reunindo o Brasil numa grande exaltação da Pátria, acarretou certa empolgação de parte da população.

Na penúltima página deste caderno especial publicado pelo Jornal da Paraíba, há mais um texto intitulado “O Exército Nacional e a Independência do Brasil” retratando a participação do exército em alguns momentos da história do país. Observamos no trecho a seguir, de autor desconhecido, que os militares de certa forma procuraram mostrar seus avanços ao longo desses 150 anos e o quanto eles foram importantes no pós-independência.

Com a Independência, cedo se verificou que a organização militar existente não atendia às necessidades do país. Enquanto os cursos jurídicos forneciam os quadros políticos e administrativos e funcionalistas do Estado, a força militar terrestre permaneceu relegada a segundo plano. Recebendo uma herança colonial, o Governo da Regência, seguindo a tradição, persistiu na introdução do soldado mercenário, estrangeiro, sem pátria e sem bandeira, servindo pelo soldo. E

não teve nenhum interesse em lançar as bases de uma força militar nacional. A sociedade do tempo era constituída por um reduzido número de senhores de terras, fazendeiros, estancieiros, senhores de engenho, dominando a escravatura sem direito político ou individual, e detendo todo o poder. Como emanada desse poder, que se repartia pelo território, a Regência criaria o seu instrumento específico, a Guarda Nacional, cuja oficialidade e comandos pertenciam privativamente aos donos de terra e cuja tropa era constituída pelos seus dependentes. (JORNAL DA PARAÍBA, 7 de setembro de 1972, p. 7)

Vale frisar a relevância das forças armadas em um momento de ditadura, controlando boa parte dos cargos de poder a começar pela presidência da República que só podia ser ocupada por generais de cinco estrelas. Esse material citado a cima vem buscando valorizar o papel das forças armadas em 1972. O próprio título “O Exército Nacional e a Independência do Brasil” quer por si valorizar o papel do exército na história do Brasil, remetendo-se ao momento da independência e 150 anos depois, bem no dia 7 de setembro, seu papel é mais uma vez elevado pelo JP.

Por fim, o caderno especial se encerra com um texto sobre Tiradentes. “Tiradentes está cada vez mais vivo em nossos ideais de patriotismo.” Neste texto o autor traz um pouco da história e trajetória de vida de Joaquim José da Silva Xavier, retratado como “protomártir” do povo brasileiro. Como é sabido, toda esta aura criada em cima da figura de Tiradentes é um tanto quanto exagerada no que o coloca enquanto um herói nacional. Um trecho bastante esclarecedor do posicionamento do texto, deixa bem claro essa versão que contaram e contam até hoje, ilustradas em livros didáticos e sem o devido aprofundamento e questionamentos sobre a dubiedade do Tiradentes.

Em nosso ouvidos ainda encontram eco as mensagens libertadoras dos conjuntos mineiros, e em nossos corações, como uma esperança, as palavras de fé do protomártir ao brasileiro da beira da estrada, que de tão podre “Faca roupa” era chamado. (JORNAL DA PARAÍBA, 7 de setembro de 1972, p. 8)

Como fechamento da edição especial, ainda na página 8, há mais um relato de uma cidade paraibana e seus avanços a serem retratados no momento das comemorações ao sesquicentenário. “Prefeito de Lagoa vai inaugurar obras em seu município”, obras de inauguração da praça da cidade e do calçamento de uma rua em frente a Igreja Matriz da cidade. Como nas outras notas sobre os

municípios paraibanos e suas formas de comemoração dos 150 anos de independência, Lagoa também irá lançar sua programação.

Para os festejos de comemoração do Dia da Independência do Brasil, na cidade de Lagoa haverá desfile dos estudantes dos cursos primário e ginásial além de palestras e conferências pronunciadas pelas autoridades que também farão discursos na praça pública alusivas aos festejos comemorativos do Sesquicentenário da nossa Independência. (JORNAL DA PARAÍBA, 7 de setembro de 1972, p. 8)

Após o caderno especial, publicado em 7 de setembro, há poucas menções sobre a festa. No dia 9 de setembro, em matéria de capa, o JP traz uma imagem com militares desfilando com a bandeira do Brasil em Campina Grande e ao fundo vemos parte da população que assistia ao desfile cívico. De todas as análises feitas até aqui, é a primeira imagem que observo a presença do público, e claro, enquanto espectador daquele momento. Em legenda desta foto, está: “O Pavilhão Nacional erguido em frente ao peito, as armas da segurança a cada lado e a perfeita integração da Pátria, representadas pelos nossos pracinhas atuais. ” Pela legenda, observamos o quanto os adereços e a representatividade que o militar tinha que passar, também eram um meio de chamar atenção da população para a imagem que o governo queria transmitir, a de ordem e progresso, e também de força. Sobre esta imagem, há mais à frente uma matéria completa sobre como foi o dia da Pátria em Campina Grande, a qual iremos também analisar.

IMAGEM 9 – Dia do Sesquicentenário



Ainda na primeira página do dia 9 de setembro de 1972, há uma pequena nota intitulada, “Médici em São Paulo conclamou à união a grandeza do País”, falando um pouco sobre o pronunciamento do general em detrimento ao encerramento da festa e ao seu dia acompanhando o desfile na capital paulista. O JP destaca pequenos trechos da fala de Médici, como, “Peço a Deus que as motivações do Sesquicentenário sejam inspiração permanente para a obra de renovação e mudança que estamos todos empenhados, em proveito do desenvolvimento fundado na Justiça Social” e “O país inteiro viveu o Sesquicentenário, sem que se desviassem recursos substanciais dos nossos

programas de desenvolvimento, sem excesso, sem desperdício, sem ostentação”. Como bem sabemos, e já fora explanado anteriormente, não foi bem assim...Não foi uma festa pequena e singela. O que mais se chama atenção nesses pequenos trechos é o destaque para o “desenvolvimento” do país. O governo Médici se empenhou fortemente em mostrar para o Brasil que ia tudo bem, a economia estava de vento em polpa e que o Sesquicentenário vinha a brindar este momento, claro que com bastante excesso, desperdício e ostentação...Foram 5 meses de festa, em todo o território nacional, nas várias cidades possíveis, como vimos nas notícias anteriores, com os restos mortais de Dom Pedro I percorrendo todas as capitais, com criação de moedas e até hino do sesquicentenário, com a atenção da mídia internacional e tantos outros argumentos que tornam tais comemorações nem um pouco simplistas.

Passando para a página 5, dedicada totalmente a como foi o dia da Independência em Campina Grande, há logo no centro uma espécie de título para a página, “Desfile cívico-militar atraiu grande multidão” e um pequeno texto trazendo algumas informações, com o público de aproximadamente 20 mil pessoas que acompanhou aquele dia de civismo, inclusive muitas pessoas de outras cidades, fazendo com que o desfile em Campina Grande tivesse uma dimensão estadual. Outra informação importante que o JP relata, é que não houve nenhuma anormalidade e que o cordão de isolamento só foi transposto quando uma chuva fininha começou a cair, fazendo com que o palanque oficial ficasse parcialmente tomado ao seu redor por populares, dificultando o trabalho dos profissionais da imprensa que ali exerciam suas atividades.

Há três fotos que retratam um pouco do dia 7. A imagem de um menino tocando e desfilando, sob a legenda, “A participação da juventude foi a beleza do desfile”, remete a como o governo queria que a festa atingisse os diversos públicos, e principalmente, aos jovens, que seriam o futuro da nação. A segunda imagem intitulada “Alegria cívica”, se vê duas mulheres carregando bandeiras e com um sorriso no rosto, aproveitado pelo jornal para engrandecer aquele momento e legendar a foto como “No sorriso a certeza de estar contribuindo para um Brasil maior”. A terceira foto, “Segurança militar”, traz a imagem de soldados desfilando com suas armas e a legenda, “A Segurança da Pátria está firme com as armas do nosso glorioso exército”...

**IMAGEM 10 – A participação da juventude**



**IMAGEM 11 – Alegria Cívica**







**IMAGEM 12 – Segurança militar**

Era essa a imagem que os militares queriam passar, de que eles trariam a segurança do país e que o povo deveria confiar plenamente naqueles homens, que estavam ali para os proteger. Também é importante salientar que boa parte dos que contestavam a ditadura eram jovens, que estiveram à frente de movimentos principalmente em 1968. Mas o próprio regime buscou fazer uma dicotomia entre a juventude suja, aquela que era subversiva, ligada ao comunismo, as lutas armadas, e a juventude sadia, patriótica, cumpridora de seus ideais de civismo, de obediência. Assim momentaneamente parte dos estudantes foi poupada quando não foi alvo dos militares, a partir do ideal do jovem que era o futuro do país, do Brasil que preparava seus jovens para continuar o seu desenvolvimento.

Logo após as imagens, há algumas notícias todas relacionadas ao dia 7 de setembro. São notícias “rápidas” que trazem alguns pontos do dia cívico, como “Bandas marciais foram atração do desfile dia 7”, retratando a presença de 27 estabelecimentos de ensino de Campina Grande participando do desfile; “Homenagens de Campina Grande não tiveram carros alegóricos”, alegando que mesmo não tendo carros alegóricos, havia a presença de pelotões especiais e

outros atrativos visuais característicos de paradas cívicas; Há também a notícia “Exército e Polícia deram o toque alto aos desfiles comemorativos do Sesqui”, demonstrando a união dos militares, 5ª Companhia de Infantaria e II Batalhão de Polícia Militar da Paraíba<sup>58</sup>, como um ponto de destaque do desfile; “Representação da FEB esteve presente ao desfile cívico louvando a Independência” onde sua delegação, integrada por 14 associados, se fez presente ao desfile trazendo a mensagem dos ex-combatentes ao povo brasileiro; “Parada no Açude Velho ofereceu maior segurança para estudantes”, sobre a transferência de local para o Açude Velho da parada estudantil e militar, que garantiu uma maior área para o público e a facilidade de colocação de cordões de isolamento e maior segurança.

Pela real dificuldade com as fontes do IHGP, traremos como exemplificação das instituições que participaram das comemorações, algumas notícias publicadas no jornal Diário da Borborema<sup>59</sup>, como também, algumas atas da Câmara Municipal de Campina Grande – Casa Félix Araújo, antes utilizadas no trabalho de conclusão de curso, que ajudam a explicitar bem isto.

Tomamos como exemplo a utilização do jornal Diário da Borborema, pertencente aos Diários Associados, de propriedade de Assis Chateaubriand, com circulação em Campina Grande, a partir de 02 de outubro de 1957. Mediante a pesquisa realizada nos arquivos digitalizados do DB, constatou-se a primeira notícia relativa as comemorações do Sesquicentenário datada de 19 de abril de 1972, com o título “Entidades de classe presentes às festas do Sesquicentenário” e texto “A Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, a Associação

---

<sup>58</sup> Em pesquisa para o trabalho de conclusão do curso de História, foram garimpadas fontes no acervo do II BPM, porém não há registros mais aprofundados feitos sobre as comemorações do sesquicentenário, apenas um boletim interno sobre a presença da instituição no hasteamento da bandeira no dia 06 de setembro de 1972 e a relevação do castigo de 3 sargentos e um cabo em razão da “data magna da independência do Brasil”.

<sup>59</sup> O Diário da Borborema utilizava-se de forma recorrente da ideia de progresso, da euforia do desenvolvimento, comparando Campina Grande a um centro moderno, ligando a cidade à noção de que se estava sempre em movimento, em modernização, associando a fantasia do progresso que também assolava o Brasil desde que os militares haviam tomado o poder. De 1960 em diante, o processo industrial ganhou força em todo o país, modificando o quadro organizacional do espaço regionalizado por Campina Grande, que deixava de ser agrícola e comercial para se tornar um centro industrial. “Com isto se queria alardear que a modernidade estava se efetivando através da afirmação, na cidade, de atividades dinâmicas, que viriam para substituir atividades antigas e já desvinculadas da realidade capitalista de então.” (AGRA DO Ó, 2006, p. 20)



Comercial e o Clube dos Diretores Lojistas de Campina Grande também tomarão parte ativa nas comemorações do sesquicentenário da independência.” (Diário da Borborema, 19 de abril de 1972, p. 1). Ao longo das publicações do periódico, observou-se várias notícias deste cunho, relatando a presença de entidades de classes, clubes de serviço (como o Lions, o Rotary e a casa da Amizade), de segmentos como os Radiotécnicos e como também Igrejas, que fizeram algum tipo de homenagem em relação a festividade.

Em notícia intitulada “Comemorações Gloriosas”, se observa toda a exaltação dada ao sesquicentenário e a importância em se comemorar a independência do país. A própria expressão “comemorações gloriosas” nos faz observar o quanto quem redigiu a nota queria chamar a atenção para a grandiosidade daquele momento, a glória da história política e cultural do Brasil, o ápice de um governo e de uma festa comemorativa que deveria ser celebrada com todo “o fervor cívico”, deixando assim claro, o posicionamento do jornal.

O ano de 1972 que estamos vendo transcorrer, vem sendo assinalado por uma série de comemorações gloriosas da história política e cultural do Brasil. A maior de todas, sem dúvida, é a comemoração do sesquicentenário da independência, acontecimento que estamos celebrando com todo fervor cívico, desde o primeiro dia do ano, lembrando o grito heroico do Ipiranga, que nos conferiu o direito de nos constituirmos como nação livre, libertando-nos do jugo da coroa lusitana. (Diário da Borborema, 09 de julho de 1972, p.2)

A todo momento observa-se como as notícias vem carregadas de um discurso engrandecedor do regime através das comemorações, evidenciando como na citação acima, que é colocado: “nos conferiu o direito de nos constituirmos como nação livre, libertando-nos do jugo da coroa lusitana”, deixando explícito o sentimento de “compaixão” que se queria transmitir para os leitores, “compaixão” pela “independência” e pelo atual momento que o país estava passando, o momento do “milagre”.

Com a queda da Ditadura Vargas, em 1947, o país inseriu-se no primeiro processo de redemocratização após a promulgação da Constituição de 1946 e as instituições parlamentares municipais passaram a se chamar Câmaras Municipais. De acordo com o Memorial da Câmara Municipal de Campina

Grande, a primeira Legislatura campinense compreendeu o quinquênio de 1947 a 1951.<sup>60</sup>

É importante frisar que um órgão como uma Câmara de Vereadores teve um certo papel na legitimação do golpe, através de seus políticos e sendo um sustentáculo do projeto militar no âmbito local. À exemplo dos jornais, a Câmara também aderiu ao golpe, comprovado através das atas de suas sessões e da forma como vangloriavam abertamente o governo em suas pautas.

“Ata da vigésima quarta sessão ordinária do segundo período da sexta legislatura da Câmara Municipal de Campina Grande ‘Casa de Felix Araújo’, realizada no dia 04 de setembro de 1972”. Tal ata traz apenas menção a um convite do Sindicato dos Empregados do Comércio de Campina Grande para

[...] solenidade de entrega de prêmios aos ganhadores do Concurso de Trabalhos Manuais e Composição, sobre os vultos da história do Brasil em comemoração ao Sesquicentenário da Independência. O Presidente designou o Vereador Manoel Joaquim Barbosa para representar a casa. (ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, 04 de setembro de 1972)

A segunda ata de sessão ordinária traz alguns convites que foram feitos por entidades e suas respectivas homenagens ao sesquicentenário. “Ata da vigésima sexta sessão ordinária do segundo período da sexta legislatura da Câmara Municipal de Campina Grande “Casa de Felix Araújo” realizada no dia 11 de setembro de 1972”.

Convite da diretoria do SESC, para participar das comemorações, que aquela Entidade levou a efeito por ocasião da semana da Pátria. [...] Convite da diretoria da Escola Politécnica da Universidade Federal da Paraíba, para assistir a conferência que será realizada no auditório daquela escola, dentro do programa de comemoração do Sesquicentenário da Independência. [...] Convite dos diretores do Ginásio Comercial “LUSO”, Grupo Estadual Monsenhor Sales e Grupo Municipal Cícero Correia para as solenidades comemorativas do 7 de setembro. [...] Convite do coral falado Paulo de Tarso da Igreja Congregacional de C. Grande para um culto de ação de graça em comemoração as festas do sesquicentenário de nossa independência política. (ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, 11 de setembro de 1972)

---

<sup>60</sup> Nota no Blog “Retalhos Históricos de Campina Grande”; Disponível em:

<http://cgretalhos.blogspot.com.br/2012/10/memoria-politica-1-legislatura-da.html#.VBBQePlDXwh>

Observa-se nas atas aqui dispostas e observadas, que além da própria Câmara de Vereadores, diversas entidades comungavam com as comemorações do Sesquicentenário, cada qual se dispondo a prestar algum tipo de homenagem e mostrando que também estava fazendo parte dos festejos, comemorando o patriotismo tão glorificado pelo regime militar que se utilizou do momento de crescimento da economia do país para se demonstrar enquanto forma de governo que deveria prevalecer no país.

Assim como analisado no Diário da Borborema, as Atas da Câmara de Vereadores também não trouxeram críticas às comemorações do Sesquicentenário, trazendo apenas sua divulgação e sua importância em festejar tal data e fazer com que Campina Grande também estivesse inserida na euforia nacional.

A partir da análise das fontes aqui estudadas - os periódicos, Diário da Borborema e Jornal da Paraíba e as Atas da Câmara Municipal de Vereadores de Campina Grande, podemos vislumbrar para a organização e realização dos festejos em alusão aos 150 anos de Independência do Brasil também na cidade de Campina Grande e em outras cidades da Paraíba, envolvendo o estado no clima de comemoração pelo qual passou o ano de 1972 e a Nação brasileira.

Entre abril e setembro de 1972 Campina Grande participou da comemoração do Sesquicentenário, através de desfiles cívicos e homenagens, que se deram em todo o âmbito nacional, proporcionando a cidade a se integrar ao todo, aquela festa que estava sendo realizada em todo país e que trazia em si o perfil grandioso pelo qual a ditadura militar queria se destacar. Não se pode negar que a festa ocorreu dentro dos conformes e que passou para a população campinense o quão grande e desenvolvida era a sua Nação e como eles enquanto cidadãos também estavam incluídos naquele país forte e próspero que se gestava no período em questão.

Era esse o sentimento que a propaganda ideológica queria passar, o de integração nacional, o de que todas as cidades estavam participando e contribuindo para a festa e assim para o crescimento do país, o país independente á 150 anos que estava “revivendo” o “Grito do Ipiranga”, comemorando aquele momento de libertação da sua Pátria que caminhara para um futuro de grandes conquistas e de destaque no cenário mundial, *o país do futuro.*

Além das notícias pontuais que estão sendo refletidas aqui, vemos ao longo de todo o jornal várias notícias que tentam evidenciar o crescimento do Brasil, como o país que “acordou” depois de 1964, com parcerias internacionais, com uma economia de exportação, construção da Transamazônica, entre outros feitos. Como diz um dos títulos, “Esfusante Brasil não quer parar”, tentando mostrar para o leitor que ele estava em um lugar que vinha crescendo muito e que com pouco mais seria uma potência mundial. Muito se ouve que o regime foi muito bom para a economia e que existia “ordem” no país, isso é reflexo do grande papel da mídia na época que não retratava para quem o crescimento vinha (para os ricos, claro) e abafava os casos de torturas, desaparecimentos e mortes durante os anos em que os militares estiveram à frente do “poder”. Isso é sentido até hoje, quando vemos pessoas pedindo “intervenção militar” e a onda de ódio as minorias. Muito nos preocupa a questão do conhecimento e de se saber a história do país, não se baseando apenas nos telejornais ou nas revistas, como a Veja, e sim, em muitos livros que retratam bem o lado dos que foram calados durante os 21 anos de ditadura, e também nos depoimentos daqueles que passaram por algum tipo de repressão na época ou que presenciaram algo do tipo, como vemos nas audiências públicas das Comissões da Verdade e aleatoriamente em outros espaços, como no próprio espaço acadêmico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*E não adianta vir me dedetizar  
Pois nem o DDT pode assim me exterminar  
Porque você mata uma e vem outra em meu lugar  
(Mosca na sopa- Raul Seixas)*

Ao pensarmos esta pesquisa, observamos que as considerações levantadas seriam bastante relevantes por se tratar de uma temática ainda inédita dentro das especificidades de temporalidade e localidade. Confiamos que esta dissertação seja um “ponta pé” para novas pesquisas e que traga condições para novas perspectivas, e assim, mais informações e conhecimento sobre o tema aqui abordado.

Tal tema é relevante por tratar de um acontecimento ocorrido em todo país, em um determinado recorte temporal e que pode ser trazido para a espacialidade da cidade de Campina Grande. Tal tema trará a sociedade, e também para o âmbito acadêmico, devido a escassa produção referente, novas leituras e uma percepção local acerca de um tema que abarca um evento que ocorreu nacionalmente, onde merecem ser destacadas as peculiaridades locais.

Abarca também a importante discussão em torno do termo “ditadura militar” ou “ditadura civil-militar”. Como percebe-se em todo o texto, vê-se que o “civil” tem nome, tem interesses, tem cortes de classe, como nos remonta Dreifuss em sua pesquisa. Quem estava nas solenidades? As instituições “civis” da sociedade “civil”? Soando genericamente, tais instituições eram ligadas a elite e acompanharam e apoiaram o golpe, não representando a sociedade civil como um todo. Era o caso do IHGB, das igrejas congregacionais, da Associação Comercial, da Escola politécnica, do SESC e o sistema S, dentre tantas outras. Daí a importância de um trabalho como este, ligado a um determinado campo de estudos sobre a história da ditadura militar e que se coloca oposto ao revisionismo afluído principalmente no auge dos 50 anos do golpe de 1964.

A partir das fontes analisadas, chegamos a percepção que a comemoração dos 150 anos de Independência do Brasil foi um acontecimento que marcou o ano de 1972 e que chamou a atenção da comunidade (também internacional) para o momento pelo qual o país estava passando, momento de

alta econômica e de destaque do governo militar através do presidente Médici, de sua propaganda ideológica e coerção (encoberta em parte pelo clima de euforia com os festejos do Sesquicentenário).

O que podemos destacar com tal acontecimento é que uma parcela da sociedade “viu”, durante o ano de 1972 e principalmente entre abril e setembro, a ditadura desfilar, pelas ruas do país, seja acompanhando os despojos de D. Pedro I pelas capitais, seja representada pela figura dos presidentes militares Castello Branco, Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici.

Eventos grandiosos combinados às mobilizações locais e das inúmeras cerimônias oficiais, permitiram que as comemorações se impregnassem fortemente no cotidiano das pessoas. Esta foi talvez uma das principais características que garantiram o “sucesso” da festa, a sua capacidade de mobilizar e tocar a vida cotidiana das pessoas. Tudo remetia à ideia de que se havia algo para se festejar.

Um período de intensas comemorações e de euforia pelo desenvolvimento do *país que ia pra frente*, um sentimento que já fazia parte do dia a dia de muitas pessoas, impulsionando e dando sentido aos seus projetos para o futuro, transformando a sensação de confiança na Nação e no *Milagre* que estava ocorrendo. O indivíduo deveria de identificar com a sua Pátria e foi assim que ocorreu com uma parcela da população, que se sentia integrada a comunidade nacional. Os militares procuravam assim, encarnar a própria Pátria.

A CEC foi a grande articuladora de todo este clima de festa no país, ligando o passado “glorioso” do país (Independência) ao momento do Brasil do *Milagre Econômico*, do Brasil grande, que cada cidadão estava ajudando a construir. Passado, presente e futuro estavam naquele momento unidos, demonstrando que o regime militar havia sido capaz de aproximar-se da sociedade, de reacender o sentimento patriótico, de relembrar e recuperar os heróis nacionais e de tornar-se “popular” através da figura do imperador D. Pedro I e também do presidente Médici, tão aclamado, como temido.

Mas, por trás de toda a atenção voltada para as comemorações do Sesquicentenário estava o fato do governo do general Emílio Garrastazu Médici ser o ápice da repressão social. Seria o período mais repressivo de todos os governos militares, com perseguições, cassação de mandatos, repressão, torturas e prisões, utilizadas como forma de controle da sociedade e das

manifestações no país. A propaganda ideológica foi uma ferramenta importante para que se encobrisse os atos do governo autoritário e se prosseguisse com as festividades sem que boa parte da população pudesse refletir sobre a situação do país com os “anos de chumbo”.

O agenciamento do passado para justificar o presente foi utilizado como meio para se tentar alcançar a legitimação tão desejada pelo poderio militar. O que se desejava era transformar um dado acontecimento histórico em uma memória nacional, algo que remetesse ao tão vangloriado “grito do Ipiranga”, a “independência” do país e os anos posteriores até o ápice para a República. Um bom exemplo disso é a volta dos despojos de D. Pedro I (um herói do passado) para o Brasil para a festa do sesquicentenário em 1972, juntando-se ao atual presidente, o general Médici... Como se fosse o caminhar de dois tempos distintos, comemorando os 150 anos de “liberdade”.

Campina Grande participou das comemorações ao Sesquicentenário, através de desfiles cívicos e homenagens, que se deram em todo o âmbito nacional, proporcionando a cidade “a se integrar ao todo”, aquela festa que estava sendo realizada em todo país e que trazia em si o perfil grandioso pelo qual a ditadura militar queria se destacar. É importante ressaltar que ao mesmo tempo que ocorriam tais comemorações também se tinha a atuação dos órgãos de repressão atuando na cidade, censurando, torturando e até assassinando aqueles que eram contrários a lógica do governo e que no clima que a propaganda transmitia, tais atividades eram “diluídas” e mascaradas.

Num balanço geral, analiso o Sesquicentenário da Independência do Brasil como fonte relevante para entender como a ditadura, através da propaganda ideológica, buscou propagar uma imagem mais popular e amenizar o seu caráter repressor. Evidentemente, o Sesquicentenário foi uma ferramenta de integração nacional, principalmente entre o governo federal e os governos locais, afim de se tentar uma legitimação e reafirmação de seu poder.

## REFERÊNCIAS

- **Fontes:**

- Atas da Câmara de Vereadores de Campina Grande “Casa Félix Araújo” – 1972;
- Correspondências enviadas e recebidas pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – 1972;
- Diário da Borborema – 1972;
- Jornal da Paraíba – 1972;

- **Bibliográficas:**

AGUIAR, Lilian Maria Martins de. *A ditadura salazarista em Portugal*. Disponível em: <http://alunosonline.uol.com.br/historia/a-ditadura-salazarista-portugal.html>. Acesso em: 24 de Jul 2017.

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2013. 356 p.

\_\_\_\_\_. *O regime militar em festa: a comemoração do sesquicentenário da independência brasileira (1972)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2009.

\_\_\_\_\_. *O Sesquicentenário da Independência brasileira (1972) e o regime militar*. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2005.

BETTO, Frei. *Batismo de Sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4 ed., 1982.

BOFF, Leonardo. *Igreja: carisma e poder*. 3ª edição editora: Vozes, Petrópolis, 1982.

CITTADINO, Monique. *Poder local e Ditadura Militar: o Governo João Agripino – Paraíba (1965 – 1971)*. Bauru, SP: EDUSC, 2006. 424 p.



\_\_\_\_\_. Pedro Gondim: um governador entre Deus e o diabo. In *Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania*. Elder Dantas, Paulo Giovani Antonino Nunes, Rodrigo Freire de Carvalho e Silva, organizadores. – João Pessoa. Editora da UFPB, 2014. 344 p.

CORDEIRO, Janaína Martins. *As comemorações do Sesquicentenário da Independência em 1972: uma festa esquecida?* In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26. 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, 2011. CD-ROM.

\_\_\_\_\_. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)*. Tese de doutorado. Niterói, 2012.

CHIAVENATO, Júlio José. *O golpe de 64 e a ditadura militar*. São Paulo: Moderna, 1994. Coleção Polêmica.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus. 1992.

CORREA, Antônio Jorge. *As comemorações do Sesquicentenário*. Rio de Janeiro: Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, 1972. Biblioteca do Sesquicentenário.

DANTAS, Eder; NUNES, Paulo Giovani Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. (Orgs). *Golpe Civil-Militar e ditadura na Paraíba: História memória e construção da cidadania*. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2014.

DREIFUSS, René. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jaqueline Leandro. *Recepção e apropriação da teologia da libertação em Campina Grande-PB (1960-1980)*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH- UFCG, Campina Grande, 2017.

FICO, Carlos. *Além do golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, n 47. p. 29 – 60. 2004.

\_\_\_\_\_. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão*. In: Ferreira, Jorge & Delgado, Lucília de Almeida Neves (Orgs). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil* – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1997. 200p.

FIGUEIREDO, Argelina C. *Democracia ou reformas?* Alternativas democráticas à crise política de 1961 – 1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *A ditadura acabada*. São Paulo: Intrínseca, 2016

GIANNAZI, Carlos. *O milagre econômico: uma economia politizada pela Doutrina de Segurança Nacional*. In. *A doutrina de segurança nacional e o “Milagre Econômico” (1969/1973)*. São Paulo: Cortez, 2013, pp.149/197.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GUEDES, Alexandre. Os 50 anos do golpe civil militar de 1964 e a efetivação dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambiental. In *Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania*. Elder Dantas, Paulo Giovani Antonino Nunes, Rodrigo Freire de Carvalho e Silva, organizadores. – João Pessoa. Editora da UFPB, 2014. 344 p.

GUEDES, Nonato. *A fala do poder*. João Pessoa: Forma Editorial, 2012.

GUIMARÃES, Luiz Hugo. *História do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. João Pessoa. Editora Universitária, 1998, 300p.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.1, 1988.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, volume 2. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

\_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 1982. 4ª edição.

GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. 4.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978. Política. (Traduzido do original Il Concetto di egemonia in Gramsci por Carlos Nelson Coutinho)

KARNAL, L; TATSH; F. G. *A Memória Evanescente*. In: PINSHY, C.B; LUCA, T.R. de (orgs). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003

LIMA, Damião. *Campina Grande sob intervenção: a ditadura de 1964 e o fim do sonho regional/desenvolvimentista*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.

LIMA, Luciano Mendonça de. ARAÚJO, Roberta Gerciane Viana de. Os arquivos militares e a pesquisa histórica: uma experiência de pesquisa. In. *História e sociedade: saberes em diálogo*/Ângelo Emílio da Silva Pessoa, Isamarc Gonçalves Lôbo, Josineide da Silva Bezerra (organizadores). Campina Grande: EDUFPG, João Pessoa: A União, 2014. 248p.

LIMA, Luciano Mendonça de. *História e poder nas páginas de um jornal: 1971-2011*. 2011. Disponível em: [http://www.ufcg.edu.br/prt\\_ufcg/assessoria\\_imprensa/mostra\\_noticia.php?codigo=12875](http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/assessoria_imprensa/mostra_noticia.php?codigo=12875) >. Acesso em 25 de Jul 2016.

\_\_\_\_\_. Um golpe de classe! A ditadura militar em Campina Grande. In. *Poder, memória e resistência: 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios*/Tiago Bernardon de Oliveira, José Luciano de Queiroz Aires, Vânia Cristina da Silva, organizadores – João Pessoa: Editora do CCTA; Mídia Editora, 2016.

LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, C. B. (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153.

MAIA, Tatyana de Amaral. *Os cardeais da cultura nacional: O Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)*. São Paulo: Itaú Cultural/Illuminuras, 2012.

MARQUES, Thiago Trindade. *Do desenvolvimentismo ao alinhamento à conduta militar: As peripécias da política campinense (1963-69)*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH- João Pessoa, 2012.

MARTINS, Ricardo Constante. *Ditadura Militar e Propaganda Política: A revista Manchete durante o governo Médici*. São Carlos, 1999. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciência Política, UFSCar.

MARX, K. ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Teses sobre Feuerbach. São Paulo: Ed Moares. 1984.

MATTOS, Marcelo Badaró. *O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica*. Revista Brasileira de História. São Paulo. V. 28. N 55, p. 245 – 263. 2008;

\_\_\_\_\_. *O sentido de classe do golpe de 1964 e da ditadura – um debate historiográfico*. Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In. *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Demian Bezerra de Melo (org.); Virgínia Fontes, (prefácio). Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MELO, Demian Bezerra de. (Org.) *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Demian Bezerra de Melo (org.); Virgínia Fontes, (prefácio). Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

\_\_\_\_\_. *Ditadura “civil-militar”? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente*. Espaço Plural • Ano XIII • Nº 27 • 2º Semestre 2012 • p. 39-53 • ISSN 1518-4196.

MELLO, José Octávio de Arruda. *Da resistência ao poder: o (P)MDB na Paraíba (1965/99)*. Campina Grande: EDUEPB, 2010. 296p.

MORAES, Cleodir da Conceição. *O Pará em festa: Política e cultura nas comemorações do Sesquicentenário da Adesão (1973)*. Dissertação (Mestrado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006.

MORAIS, Fabrício de Sousa. *Pátria nossa a cada dia: o capitalismo editorial e a invenção da nação no auge da ditadura militar (150º aniversário da Independência do Brasil)* – Recife: O autor, 2015. 261f:il;30cm.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*/Organiza~Jap Daniel Aarão Reis Filho,

Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Motta. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NASCIMENTO, Talita Hanna Cabral. *Do fragmento à reorganização: movimento estudantil da UFPB (1975-1979)*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH-UFPB, João Pessoa, 2015.

NAVES, Laura Maria. *O Papel da Aerp na Construção da Identidade Nacional: Análise das Propagandas Políticas Durante o Governo Médici*. Universidade de Brasília. 2012. Disponível em: <http://www.unicentro.br/redemc/2012/artigos/41.pdf>. Acesso em: 01 de Fev 2015.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro* – 1. ed., 1ª reimpressão. –São Paulo: Contexto, 2014.

NETTO, José Paulo. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)* – São Paulo: Cortez, 2014.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. “As experiências de ‘luta armada’ na Paraíba.” In. AVELINO, Nildo.; FERNANDES, Telma Dias.; MONTÓIA, Ana (Orgs.). *Ditaduras: A desmesura do poder*. São Paulo: Intermeios; Brasília: Capes, 2105. (Coleção Contrassensos), pp. 29-50.

\_\_\_\_\_. “Ataque ao parlamento: as cassações de mandato durante a ditadura militar no estado da Paraíba (1964-1969)”. In *Saeculum* – Revista de História, nº 31, João Pessoa: jul/dez, 2014, pp. 285-304.

\_\_\_\_\_. “Golpe civil-militar e repressão ao movimento sindical no imediato pós-golpe no estado da Paraíba.” In. OLIVEIRA, Tiago Bernadon de. (Org.) *Trabalho e trabalhadores no nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba*. Campina Grande: EDUEP, 2015, pp. 179-214.

\_\_\_\_\_. Golpe Civil-Militar na Paraíba: Repressão e Legitimação. In *Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania*. Elder Dantas, Paulo Giovani Antonino Nunes, Rodrigo Freire de Carvalho e Silva, organizadores. – João Pessoa. Editora da UFPB, 2014. 344 p.

\_\_\_\_\_. *Os movimentos sociais, o governo Pedro Gondim e o golpe civil-militar na Paraíba*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias. *Paraíba: “Heróica desde dos primórdios”*. Revista Patrimônio e Memória. São Paulo. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.7, n.1, p. 38-53, jun. 2011.

OZOUF, Mona. A festa – Sob a Revolução Francesa. In *História: novos objetos*, direção de Jacques LeGoff e Pierre Nora; tradução de Terezinha Marinho, revisão técnica de Gadiel Perruci. Rio de Janeiro, F. Alves. 4ª edição. 1995.

POLLACK, Michael. *Memória e identidade social*. Tradução Monique Augras. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>>. Acesso em: 29 abril 2017.

PORTELLI, Huges. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

RAMOS, Erica Lins. *Da convivência ao despertar militante: o movimento universitário na cidade de Campina Grande-PB (1964-1968)*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH- UFPB, João Pessoa, 2013.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

RESENDE, Lino Geraldo. *Intelectuais orgânicos e contra-hegemonia*. Revista Ágora, Vitória, n.4, 2006, p. 1-17.

RODRIGUES, Jefferson Vasques. *A práxis educativa entre direção e base no partido revolucionário: uma análise a partir de Gramsci*. Campinas, SP [s.n.], 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

SILVA, Helenice Rodrigues da. *“Rememoração”/Comemoração: as utilizações sociais da memória*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 425-438. 2002.

SILVA, Maurício Ferreira. *Comunicação e Autoritarismo no Brasil: a política de comunicação do regime militar*. Cruz das Armas – BA. UFRB, 2012.

SILVA, Rosicleide Henrique da. *O movimento estudantil em Campina Grande-PB: entre sonhos, frustrações e lutas (década de 60)*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH- UFCG, Campina Grande, 2014.

SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. O Anticomunismo no “A IMPRENSA”: Igreja Católica e golpe civil-militar na Paraíba. In *Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania*. Elder Dantas, Paulo

Giovani Antonino Nunes, Rodrigo Freire de Carvalho e Silva, organizadores. – João Pessoa. Editora da UFPB, 2014. 344 p.

\_\_\_\_\_. *Para além do “sim, senhor”*: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a ditadura militar na Paraíba (1964-1969). Dissertação (Mestrado em História) – PPGH- UFPB, João Pessoa, 2016.

SOUSA, Maria de Fátima Marreiro de. Os “anos de chumbo” na Paraíba. In *Conceitos* / Ricardo de Figueiredo Lucena e Ricardo da Silva Araújo (Orgs.). – Vol. 2, n. 19 (Dez. 2013). – João Pessoa: ADUFPB – Seção Sindical do ANDES-SN, 2013.

SOUSA, Rainer. *As fontes históricas*. 2011. Disponível em: <http://hid0141.blogspot.com.br/2011/06/as-fontes-historicas.html>. Acesso em: 24 de Jul 2015.

SOUZA, Ana Carolina Machado de. *A Igreja Católica e a Ditadura Militar*. 2011. Disponível em: < <https://historiandonanet07.wordpress.com/2011/08/08/a-igreja-catolica-e-a-ditadura-militar/> > Acesso em: 15 Jan 2015.

SOSNOSKI, Thaisy. *Historiografia e Memória*: Biblioteca do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás. 2013.

TOLEDO, Caio Navarro. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. Crítica Marxista. São Paulo. 2006.

VENTURA, Zuenir. 1968: o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

## **ANEXO A – DISCURSO DO PRESIDENTE MÉDICI NO LIMIAR DO ANO NOVO, TRANSMITIDO EM REDE NACIONAL DE RÁDIO E TELEVISÃO**

**NOSSO CAMINHO – 31 DE DEZEMBRO DE 1971**

No dia da Fraternidade, trago, uma vez mais, aos brasileiros a minha saudação consciente da solidariedade que nos une. Pela primeira vez nesse dia, falei ao País, dois meses depois de haver chegado ao Planalto, a fim de dizer que se rasgavam para a Nação perspectivas amplamente promissoras e que saberia enfrentar os desafios do presente, a fim de corresponder às esperanças do futuro.

Nesse dia voltei a falar, no amanhecer de 1971, e, tendo já vivido um ano como Chefe do Governo, fui à casa de todo brasileiro para avaliar o que, juntos, havíamos podido fazer a bem do nosso país.

Ao raiar o ano do Sesquicentenário, desejo refletir, antes de tudo, no grande passado desses 150 anos. No retrospecto desse século e meio de vida independente, encontramos a inteligência, a cultura e o caráter de nosso homem em todos os domínios do pensamento e da ação.

Surpreendemos a participação individual de tantos brasileiros, em descobertas, em gestos, em exemplos, em palavras, em formas, em cores, em sons, mas está na contribuição sedimentada e conjunta de todas as gerações, a do povo brasileiro como um todo, a grande contribuição do Brasil à humanidade nesses 150 anos de sua vida.

Desejo referir-me ao humanismo brasileiro e ao muito que tem dado à concórdia e à paz universais. Desejo referir-me a esse modo brasileiro de viver, que faz sem fronteiras esta terra, que não apenas integra um país continente, mas abraça e incorpora quantos aqui venham radicar-se. Não hesito em dizer que a contribuição maior ao longo desse tempo terá sido a colheita da generosidade e da hospitalidade, do espírito de tolerância, da harmonia entre as raças, e do nosso desprendimento, em favor da compreensão entre todos os homens e entre todas as nações.

Mas forçoso é confessar o quanto, na maior parte desse tempo, fomos descuidados, irrealistas e sonhadores; o quanto fomos indefinidos na vontade, nos propósitos e nos rumos. Ao contrário do ocorrido na maioria dos países. de potencialidades iguais à nossa, no Brasil madrugou o desenvolvimento dos valores morais e espirituais, enquanto tardava o indispensável crescimento de natureza econômica. Tudo mudou, porém nestes últimos oito anos.

Amadurecemos o bastante para descobrir as vantagens do equilíbrio e da ordem, do planejamento do método, da continuidade e da convergência. O Brasil emergiu, em oito anos apenas, da longa infância e da tumultuária adolescência,



para o estágio de nação adulta e séria, que sabe para onde vai e sabe o que pretende.

A Nação tem hoje a tranquila consciência de sua grandeza, em termos realistas, possíveis e via veis. Temos agora a certeza de que o eterno país do futuro se transformou, afinal, no país do presente. Assim conscientes do que somos e do que esperamos ser, encerramos 1971 e começamos o ano do Sesquicentenário. O que passou foi um ano de resultados concretos e positivos; de esperanças e antecipações confirmadas; ano de povo unido, de país ouvido e respeitado, de alento e de vontade para enfrentar o muito ainda por fazer.

O ano que passou nos viu crescer, em dimensões maiores do que em 1970, na indústria e na vida do campo. Crescemos em confiança, em poupança interna e em livre empresa. Crescemos na ajuda técnica, na ajuda financeira, na assistência social aos desajudados de sempre, decrescendo na desigualdade, no juro, na inflação. Crescemos no PROTERRA, no PRO-RURAL, no Programa de Integração Social, no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, no PRODOESTE, na Educação e no MOBREAL.

Crescemos aqui dentro e lá fora; no respeito próprio e na coragem de sanear os costumes públicos, em austeridade, em moralidade e em eficiência administrativa. Crescemos nos números que contam os bens da Nação como um todo, e mais crescemos na distribuição desses bens e na justiça social.

Entramos em 1972 com todas as condições internas para manter esse ritmo ascendente de crescimento, que a todos nos empolga, e que dá a cada homem a alegria e a certeza de estar construindo um grande país.

Entramos em 1972 com todos os mecanismos econômicos ajustados e com os padrões de segurança necessários ao progresso, para ter, com a ajuda de Deus e com o esforço do povo, um ano igual ou melhor, e para enfrentar lá fora as surpresas e os riscos da competição mundial, assim como as incompreensões, as dificuldades e os problemas que, inelutavelmente, a nova dimensão de grandeza irá trazer.

Voltando-me para o futuro, pressinto sempre maior a contribuição brasileira para os destinos do mundo. Vejo a continuidade e a amplificação de nosso caminho de entendimento, de tolerância e de fé. Vejo chegar, afinal, depois desses 150 anos de vida independente, a emancipação econômica do sonho dos inconfidentes. Vejo o crescimento material irmanar-se com esse humanismo brasileiro que nos distinguiu no mundo em século e meio de trajeto. Vejo o homem como o princípio e o fim de todo o nosso esforço.

Assim pensando, assim medindo o passado e assim sondando o futuro, mais me animam a fé em Deus e a confiança de meu povo para cumprir o meu dever. E de todos me aproximo, no voto de homem comum pela felicidade de

cada brasileiro e de quantos fizeram desta a sua pátria, pelo bem-estar do Brasil e pelo entendimento entre todos os homens.

Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/discursos-1/1971/24.pdf/view>

**ANEXO B – DISCURSO DO PRESIDENTE MÉDICI ATRAVÉS DE REDE  
NACIONAL DE RÁDIO E TELEVISÃO NA ABERTURA DAS  
COMEMORAÇÕES DO SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA**

**O GRANDE ATO – 21 DE ABRIL DE 1972**

INICIANDO, no dia de Tiradentes — nosso maior herói popular e patrono cívico da nação brasileira — as comemorações do Sesquicentenário da Independência, em um imenso encontro dos brasileiros com o Brasil, e dos brasileiros consigo mesmos, queremos todos significar que o povo é quem faz a História.

Reunidos, nesta mesma hora, em milhares de encontros, por todas as cidades e todos os povoados do Brasil, para colocar no alto, de por do sol a por do sol, a bandeira de nossa pátria, concentramos; na memória do grande alferes, do cavaleiro e porta estandarte dos ideais de justiça e liberdade, nossa homenagem a todos os heróis, consagrados, esquecidos ou anônimos, que, antes e depois do gesto do Ipiranga,, ajudaram a fazer desta terra uma grande nação.

Voltamos o pensamento para os que, nas manifestações nativistas, nas lutas externas e fronteiriças» nos movimentos precursores e nas guerras da Independência, ensinaram às sucessivas gerações que a soberania de uma nação não se outorga, não se recebe de presente, antes se conquista, se preserva e se amplia, com o trabalho, a inteligência, o idealismo, a renúncia e se preciso, o sangue de homens como todos nós.

Voltamos o pensamento para os que começaram a afirmar-se como brasileiros na expulsão do estrangeiro invasor — para os Guararapes, para Negreiros, Camarão e Henrique Dias. Voltamos o pensamento para todos os que, serenamente, transmutaram sofrimento e vilipêndio em sementes de emancipação, bem como para os heróis ignorados do povo, que se deram e que se dão, no silêncio e por inteiro,, à construção deste país.

Assim voltados para a História, sentimos que nós mesmos a fazemos com a nossa humildade, nossas canseiras e vigílias, nosso entusiasmo, nossas vidas.. Daí por que estamos convencidos de que a Independência não foi o grande ato de um passado morto,, mas que acontece todo dia no dever bem cumprido de cada um.

Tendo a Independência como processo sempre em marcha, entendemos este encontro como o signo das comemorações do Sesquicentenário: o encontro da comunidade de todos os brasileiros, o encontro com a nossa consciência patriótica e com a nossa vocação de fraternidade e de paz.

Não se limite este encontro à comunhão dos amigos; aos jogos, aos festejos,, ao entusiasmo de contágio; às emoções e alegrias da justa

comemoração. Seja ele o encontro de brasileiros solidários, não somente nas horas alegres, senão em todas as horas; seja o encontro de homens que fazem da justiça social o mais alto valor da fraternidade humana, o indispensável vínculo entre os brasileiros providos de instrução, de capacidade de consumo e do exercício da liberdade e todos aqueles,, irmãos nossos, ainda à margem dos benefícios da civilização; seja o encontro da comunidade de todos e nunca o da comunidade de alguns; seja o encontro do compromisso visceral entre o homem e a Nação; seja o encontro, por fim, com o Brasil constantemente valorizado, aperfeiçoado e defendido com todo o nosso ardor.

Mais brasileiros cada dia, na simplicidade de nossa casa e de nosso trabalho, coloquemos acima de quaisquer interesses, o interesse nacional, buscando a solução nossa e a prevalência de nossa arte e de nosso engenho.

Com entusiasmo ainda maior, entreguemo-nos à realização dos programas nacionais de desenvolvimento e integração, ativando setores ociosos, eliminando desperdícios,, recuperando o tempo, a energia e a riqueza malbaratados.

Vivamos a nossa vocação de fraternidade e de paz, que amanhã mesmo será demonstrada no encontro com Portugal e no reencontro com Pedro» Primeiro, o nosso Imperador do gesto final da libertação,, como um permanente anseio de entendimento entre as nações. Voltando o pensamento a Deus, a quem devemos agradecer a inspiração, a altivez e a coragem, com que temos sabido ser nação livre e soberana, fazemos votos para que todos possam descobrir» no encontro do Sesquicentenário, os caminhos da permanência deste momento, em que» na união, na confiança; e na fé, os brasileiros de agora constroem a grandeza, vislumbrada no sonho dos precursores.

Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/discursos-1/1972/07.pdf/view>

**ANEXO C – MENSAGEM DO PAPA PAULO VI POR OCASIÃO DO  
SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (03 DE  
SETEMBRO DE 1972)**

*Veneráveis Irmãos e diletos Filhos*

A graça e a paz a vós, da parte de Deus, nosso Pai, e do Senhor Jesus Cristo, que aqui vos congregou, no amor do seu Espírito, para afirmardes a vossa fé e a vossa esperança!

Sesquicentenário da Independência do Brasil: em solene ato religioso e num lugar significativo, Hierarquia e fiéis desse querido País evocam a grande efeméride.

A convite da Conferência Nacional dos Bispos, queremos afirmar-Nos presente, de algum modo, nessa assembleia eucarística, a impetrar os favores celestiais sobre a Pátria brasileira.

Peregrina com a humanidade, no seio da história, a Igreja não se alheia dos acontecimentos e datas que marcam os destinos dos povos. E, dada a sua missão própria, de ordem religiosa, ao inserir-se nas vicissitudes deste mundo, intenta ela iluminá-las com a luz do amor de Deus, manifestado em Cristo.

O fato comemorado aqui - a Independência - não é algo perfeito, alcançado de uma vez para sempre: é de vir, aquisição a renovar cada dia. Nesse processo vital, todos os interessados, e portanto também os filhos da Igreja, têm um papel, que não podem declinar, porque integra a sua fidelidade a Deus e influi no indispensável crescer na graça e conhecimento de Jesus Cristo.

O Brasil recebeu o dom da Fé, ao tornar-se, desde os alvares da sua descoberta, parcela do novo Povo de Deus. Assinalado com marca inconfundível «Terra de Vera Cruz», começou a percorrer a sua história fortalecido pela Eucaristia, na primeira Missa, nas plagas de Pôrto Seguro. E, graças à proteção do Altíssimo, acha-se essa história nimbada por gloriosa tradição cristã.

Mas, a Fé que ilumina todas as coisas com uma luz nova, e faz conhecer o desígnio divino acerca da vocação integral do homem, é um compromisso: para as pessoas e para os grupos, o compromisso de «ficarem atentos a tudo o que Deus ordena» (Cfr. Ex. 34, 11); depois, movidos pela caridade, de cooperarem para o bem comum, com sentido de responsabilidade, buscando sempre e em todas as coisas, a justiça do reino de Deus (Cfr. *Apostolicam Actuositatem*, 7).

É assim que se há de corresponder, em fidelidade, às exigências da «vida nova», em Cristo, pois «fiel é Deus, que nos chamou à comunhão de seu Filho» (1 Cor. 1, 9), a fim de sermos, também nós, filhos; e, em família, vivermos e proclamarmos as virtudes do seu reino, «procedendo como filhos da luz, porque o fruto da luz consiste em toda a sorte de bondade, de justiça e de verdade» (Eph. 5, 8-9).

Ora, isto há de refletir-se no comportamento individual e na vida social, na santidade da família, e no esforço conjugado em promover a ordem e o progresso colectivos, para superar situações de necessidade e para um equilíbrio cada vez mais humano e fraterno, entre os membros da comunidade, participantes, todos, nas responsabilidades e nos direitos que cabem aos cidadãos.

Que a Mãe da Igreja e Padroeira do Brasil - Nossa Senhora Aparecida - alcance de Deus que, de acôrdo com a sua tradição cristã, cada brasileiro contribua, segundo os dons e as funções que lhe foram confiadas, para uma Nação cada vez mais próspera; e que aí, o reino de Cristo se afirme e cresça sempre, como «reino de verdade e de vida, reino de santidade e de graça, reino de justiça, de amor e de paz», a iluminar os caminhos de serena fraternidade, em progresso crescente e por todos comungado.

Com saudações cordiais e amigas, a todos os brasileiros, a Nossa Bênção Apostólica: em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo. Amen!

Disponível em:

[http://w2.vatican.va/content/paulvi/pt/speeches/1972/september/documents/hf\\_p-vi\\_spe\\_19720903\\_indipendenza-brasile.html](http://w2.vatican.va/content/paulvi/pt/speeches/1972/september/documents/hf_p-vi_spe_19720903_indipendenza-brasile.html)

## **ANEXO D – DISCURSO DO PRESIDENTE MÉDICI TRANSMITIDO EM REDE NACIONAL DE RÁDIO E TELEVISÃO NO ENCERRAMENTO DAS COMEMORAÇÕES DO SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA**

**O SINAL DO AMANHÃ – 07 DE SETEMBRO DE 1972**

RECOLHIDOS os restos mortais do fundador do Estado brasileiro à capela do Monumento do Ipiranga; silenciados os últimos aplausos das ruas de São Paulo ao grande desfile militar desta manhã; e transposta a hora mais intensa das comemorações do Sesquicentenário de nossa Independência, quisera chegar à casa de quantos, por nascença ou opção, têm o Brasil por pátria, para unir-me às alegrias, às emoções e aos votos de cada um, neste dia maior que todos os dias.

Assim procurei fazer também, a 21 de abril, quando começaram oficialmente os festejos, naquele imenso encontro cívico nacional, na reverência a Tiradentes, o guia iluminado e consciente, o herói popular que a Revolução de março consagrou como o patrono cívico da nação brasileira.

Voltei-me, então, para o passado, no preito aos precursores e fundadores da pátria emancipada. Ao longo desses meses em que se concentraram as celebrações de iniciativa oficial, o País inteiro viveu o Sesquicentenário, sem que se desviassem recursos substanciais dos nossos programas de desenvolvimento, sem excesso, sem desperdício, sem ostentação.

Com dignidade, entusiasmo e amor, os brasileiros viveram emoções simples e justas: o abraço a nossos irmãos portugueses, o recebimento e a peregrinação dos despejos do nosso primeiro Imperador, ofícios religiosos e festas populares, competições esportivas e manifestações culturais.

A luz do passado iluminou estes dias de celebração, em estudos e pesquisas, cultos e evocações, reminiscências, análises, retrospectos, legados e tradições, retemperamento de energias, fidelidade às raízes de nós mesmos e aos valores que demarcam os nossos caminhos.

Certo de que a História deve ser entendida como um processo de mudança, valendo as lições do passado para iluminar os rumos do porvir, quisera, neste fecho do Dia do Sesquicentenário, que todos refletíssemos sobre o nosso tempo e os tempos vindouros.

O que fazemos agora e o que havemos ainda de fazer, nosso trabalho, nossos sacrifícios, influenciando nas gerações de hoje, influirão, ainda, com maior intensidade, nas gerações futuras.

Assim como fomos beneficiários do patriotismo daqueles que fizeram a Independência, para que fôssemos hoje uma nação soberana, de nós depende, também, que a multidão incalculável dos compatriotas que nos hão de suceder encontre um país amadurecido e poderoso, capaz de contribuir para a solução dos grandes e graves problemas que afligem o mundo.

Este é o nosso compromisso, o desafio que enfrentamos todos nós. O penhor da segurança, da paz e da felicidade dos que hão de vir, assim como a

fórmula do bem-estar presente, é a nossa fidelidade ao interesse nacional, o nosso trabalho construtivo, a nossa confiança, a nossa união.

Que a celebração do Sesquicentenário da Independência seja o sinal do amanhã, a anunciação e o frêmito da verdadeira paz, o limiar da aberta claridade.

No tempo em que a humanidade começa a perceber que é mais fácil invadir e dominar a órbita dos astros que harmonizar os caminhos do homem, sejamos nós exemplo de concórdia, de convivência fraterna, de convergência de impulsos e de organização da vida social.

Um grande país todo dia se renova na imaginação criadora, na coragem e na vontade de seus filhos.

Peço a Deus que as motivações do Sesquicentenário sejam inspiração permanente para a obra de renovação e mudança em que estamos todos empenhados, em proveito do desenvolvimento fundado na justiça social.

Com vontade e imaginação, energia e coragem, trabalhemos ainda mais firmes na luta do dia a dia, nós todos que tivemos o privilégio de testemunhar este grande momento do Sesquicentenário.

Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/discursos-1/1972/13.pdf/view>